

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE SANTOS DA SILVA

LEY CON QUÉ MEDIOS?:
O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO NO CONTEXTO DO CONFRONTO POLÍTICO
ENTRE CLARÍN E CRISTINA KIRCHNER

CURITIBA
2015

MICHELE SANTOS DA SILVA

LEY CON QUÉ MEDIOS?:
O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO NO CONTEXTO DO CONFRONTO POLÍTICO
ENTRE CLARÍN E CRISTINA KIRCHNER

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para aprovação no mestrado no Curso de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio.

CURITIBA
2015



PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **Michele Santos da Silva**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "**LEY CON QUÉ MEDIOS?: O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO NO CONTEXTO DO CONFRONTO POLÍTICO ENTRE CLARÍN E CRISTINA KIRCHNER**" é de parecer favorável à *aprovação com distinção*..... da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação, Política e Atores Coletivos" da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 27 de março de 2015.


Prof. Dr. Afonso Albuquerque (UFF)


Profa. Dra. Carla Rizzotto


Profa. Dra. Kelly Cristina Souza Prudêncio
Orientadora e presidente da banca examinadora

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Michele Santos da

Ley con qué Medios?: o enquadramento noticioso no contexto do confronto político entre Clarín e Cristina Kirchner / Michele Santos da Silva. – Curitiba, 2015.

117 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelly Cristina de Souza Prudencio
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes,
Comunicação e Design,
Universidade Federal do Paraná.

1. Comunicação – Política. 2. Comunicação – Aspectos sociais.
3. Mídia social. 4. Argentina. *Ley de Medios*. 5. Diário Clarín
(Argentina). 6. Kirchner, Cristina, 1953-. I. Título.

CDD 302.23

AGRADECIMENTOS

Muitos de vocês desconhecem o quanto caminhei para chegar até aqui. Mas é certo que meu sonho de ser pesquisadora em Comunicação só foi possível com a renúncia de uma imensa zona de conforto e muito sacrifício. Mas valeu a pena!

Quero agradecer a CAPES, pela concessão da bolsa que viabilizou boa parte do tempo dedicado à minha pesquisa.

A Biblioteca Nacional e a Hemeroteca del Congreso da cidade de Buenos Aires, pelo acervo tão fundamental para a concretização deste estudo.

Ao PPGCOM da UFPR e aos professores que o compõem. Especialmente, aqueles com quem cursei as disciplinas. Obrigada pelo estímulo e confiança.

Aos meus colegas de curso. Pela amizade, apoio, caronas e bebidas regadas a boas doses de risada e angústia, fazendo esta jornada menos dura. Em especial, a Wesley Dalcol Leite, Renata Calefi, Eduardo Dias Covalesky, Juliana de Amorim Rosas e Marcos Mariano, pessoas a quem confiei minhas ideias e dúvidas.

A Márcio Carlomagno, Camila Jordán, Lina Preciado, Andrés Tarruella, Maria Leonor Ayala e Marcia Bredow pela amizade e força nos momentos difíceis.

A minha irmã, Dayane Dalmaz, pelo empenho de ler e criticar o projeto que apresentei durante o processo seletivo deste mestrado. Sei que não é fácil aguentar minhas crises de ansiedade. Seu apoio incondicional foi imprescindível.

A Luis Gonzalez que, desde os tempos da graduação, tanto me ajuda com formatações e normas da ABNT. Gracias por la paciencia, compañerismo y amor.

As professoras Rousiley Maia e Luciana Panke, pelas valiosas contribuições na qualificação e aos professores da banca de defesa Afonso Albuquerque e Carla Rizzotto, por fazerem parte de um momento tão decisivo desta pesquisa.

A minha querida orientadora Kelly Prudencio. Pela confiança, amizade e pelos inestimáveis conselhos acadêmicos e pessoais. Você é uma inspiração e a prova de que a vida científica deve ser intelectualizada sim, mas sem perder a ternura, o bom humor e a camaradagem. Sentirei saudades dos nossos cafés!

Aos meus pais, pelo amor incondicional e incentivo. Obrigada meus amores, por fazer de mim esta mulher determinada e que sonha alto, mas com os pés no chão. Dedico este trabalho especialmente a vocês dois.

“Quando se descobriu que a informação era um negócio, a verdade deixou de ser importante”

RYSZARD KAPUSCINSKI

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar o enquadramento dado à *ley de medios* no diário Clarín, a partir do conceito *media frames* proposto por Robert Entman (1993). Parte-se da premissa de que as políticas voltadas para a regulamentação dos meios foram resultado do confronto político entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín, estabelecido em 2008, cuja contextualização é realizada a partir da teoria da mobilização política ou processos políticos. Considera-se, portanto, que o debate governamental sobre a pluralização de vozes teve como propósito retaliar seu antigo aliado após uma ruptura de aliança. Uma vez configurado o confronto político, a sanção da *ley de medios* intensificou o conflito entre os atores, fomentando estratégias de comunicação que disputaram sua legitimidade, através do enquadramento “democracia”. Isto é, enquanto a presidência defendia a medida como ação necessária para promover as demandas democráticas, a empresa argumentava que ela era um tipo de censura praticada contra a imprensa crítica e independente. Considerando que o Grupo Clarín foi o maior afetado e o principal articulador do debate em torno da *ley de medios*, problematizou-se de que forma esse tema foi mediado em seus textos jornalísticos. Assim, o percurso deste estudo teve como estratégia metodológica a análise narrativa direta do enquadramento noticioso do jornal Clarín. Para tal observação foram selecionados os textos jornalísticos que abordaram o tema “*ley de medios*” nas 98 edições que correspondem aos três meses que antecederam a data 7D. Nosso objetivo principal foi verificar quais critérios de enquadramento foram utilizados pelo jornal Clarín e se eles trataram de deslegitimar a *ley de medios* ao associá-la com enquadramentos negativos ao governo Kirchner. Este tipo de estudo justifica-se porque a medida foi a razão de disputa que permeou os interesses políticos, midiáticos e sociais, sendo uma questão relevante e pioneira em território latino-americano.

Palavras-chave: *Ley de medios*. Enquadramento noticioso. Confronto político. Grupo Clarín. Cristina Kirchner.

ABSTRACT

This research aims to analyze the framework given to the *ley de medios* in the daily Clarín, from the media frames the concept proposed by Robert Entman (1993). It starts with the premise that the policies for the regulation of media was a result of political confrontation between Cristina Kirchner and Clarín Group, established in 2008, whose context is performed from the theory of political mobilization or political processes. It is considered, therefore, that the government debate on the voices of pluralization aimed to retaliate his former ally after an alliance rupture. Once you set the political confrontation, the sanction of the *ley de medios* intensified the conflict between the actors, promoting communication strategies that disputed its legitimacy through the framework "democracy." That is, while the president defended the move as necessary action to promote the democratic demands, the company argued that it was a kind of censorship practiced against the critical and independent press. Whereas Grupo Clarín was the most affected and the main coordinator of the debate around the *ley de medios*, conceptualized that way this issue was mediated in their journalistic texts. Thus, the course of this study is methodological strategy to direct narrative analysis of news framing of Clarín newspaper. To this observation were selected articles that focused the theme "*ley de medios*" in 98 editions corresponding to the three months preceding the date 7D. Our main goal was to determine which underlying criteria were used by the newspaper Clarín and if they tried to delegitimize the *ley de medios* to associate it with negative frames at Kirchner government. This type of study is justified because the measure was the reason of dispute that permeated the political, media and social interests, being a pioneer and relevant issue in Latin American territory.

Key-words: *Ley de medios*. News frame. Political contention. Grupo Clarín. Cristina Kirchner

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio publicado no Clarín ironizando a ley de medios	44
Figura 2: Esquema de múltiplos fluxos de Kingdon.....	48
Figura 3: Cartaz digital do 8N veiculado no Facebook	68
Figura 4: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 25-10-12	89
Figura 5: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 18-10-12	90
Figura 6: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 03-11-12	91
Figura 7: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 06-12-12	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE EDIÇÕES, MATÉRIAS COLETADAS E MATÉRIAS SELECIONADAS NO JORNAL CLARÍN DURANTE O PERÍODO SELECIONADO PARA ANÁLISE	71
TABELA 2 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE SETEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:.....	72
TABELA 3 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:.....	72
TABELA 4 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:.....	73
TABELA 5 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:.....	74
TABELA 6 – DADOS DE ENQUADRAMENTO CATALOGADOS NO EXCEL:.....	75
TABELA 7: CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: <i>LEY DE MEDIOS</i> E GOVERNO KIRCHNER	76
TABELA 8 – CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: <i>LEY DE MEDIOS</i>	76
TABELA 9 – CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: GOVERNO KIRCHNER.....	77
TABELA 10 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO 7D	78
TABELA 11 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO REJEIÇÃO AO GOVERNO	78
TABELA 12 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO GAGLIARDI	79
TABELA 13 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS	80
TABELA 14 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO REJEIÇÃO AO GOVERNO	81
TABELA 15 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO <i>PER SALTUM</i>	82
TABELA 16 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS	82
TABELA 17 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO <i>PER SALTUM</i>	83
TABELA 18 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO AFSCA	84
TABELA 19 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO AFSCA.....	85
TABELA 20 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO <i>LEY DE MEDIOS</i>	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O ENQUADRAMENTO NA INTERFACE DO <i>MEDIA EFFECTS</i>: ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA E CRITÉRIOS DE PESQUISA	23
2.1	ORIGEM E APLICAÇÕES DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO	24
2.1.1	As molduras ou quadros de sentido como objeto de estudo dos processos interacionais	25
2.2	O ENQUADRAMENTO NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE EFEITO DA MÍDIA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS	26
2.3	PERÍODO E EDIÇÕES DE ANÁLISE DO JORNAL CLARÍN.....	28
2.4	METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE PESQUISA PARA ANÁLISE DO CORPUS.....	29
3	GRUPO CLARÍN: RELAÇÕES DE PODER COM GOVERNOS ARGENTINOS E SUA RUPTURA COM O CASAL KIRCHNER	31
3.1	GRUPO CLARÍN: UMA BREVE HISTÓRIA.....	31
3.2	TEMPOS DE PAZ: A RELAÇÃO DO KIRCHNERISMO COM O GRUPO CLARÍN	35
3.3	RESOLUÇÃO 125: A ESTRATÉGIA ECONÔMICA QUE RENDEU PREJUÍZOS À PRESIDENTE.....	38
3.4	“¿QUÉ TE PASA CLARÍN, POR QUÉ ESTÁS TAN NERVIOSO?”: O DESENLACE DO CONFRONTO POLÍTICO ENTRE GOVERNO E IMPRENSA	41
4	POLÍTICAS DE VINGANÇA: A JANELA DE OPORTUNIDADE QUE LEVOU À LEY DE MEDIOS	47
4.1	O FUTEBOL QUE TORNOU-SE PARA TODOS	51
4.2	<i>PAPEL PRENSA</i> : O DISCURSO DA RELAÇÃO COM O REGIME MILITAR E A CONFIGURAÇÃO DO OLIGOPÓLIO NA IMPRENSA GRÁFICA.....	52
4.3	LEY DE MEDIOS: A NORMA QUE DEFLAGROU O CONFLITO POLÍTICO ARGENTINO.....	54
4.4	LEY DE MEDIOS: ASPECTOS E PONTOS DE VISTA	57
5	DOS MAGISTRADOS AO POVO: A OPORTUNIDADE POLÍTICA PARA AS MANIFESTAÇÕES CONTRA CRISTINA KICHNER	60
5.1	A INJUSTIÇA CONTRA A JUSTIÇA: MAGISTRADOS EM MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO KIRCHNER.....	60

5.2	OS INGREDIENTES DO PANELAÇO CONTRA O GOVERNO	62
5.3	REIVINDICAÇÕES 13S: O OUTONO QUE QUIS SER PRIMAVERA.....	65
5.4	8N: O PROTESTO QUE MOBILIZOU ARGENTINOS EM VÁRIOS PAÍSES	67
6	A DISPUTA QUE NÃO DELIBEROU: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE O ENQUADRAMENTO DA <i>LEY DE MEDIOS</i> NO JORNAL CLARÍN.....	71
6.1	CATALOGAÇÃO DOS DADOS PARA ANÁLISE.....	71
6.1.1	Enquadramento noticioso nas amostras obtidas a partir dos assuntos com frequência mínima.....	77
6.1.2	Enquadramento nas capas do Clarín.....	88
6.1.3	Enquadramentos gráficos	93
6.1.4	Fontes: o enquadramento da omissão.....	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
8	BIBLIOGRAFIA	100
9	ANEXOS.....	105

1 INTRODUÇÃO

No dia 10 de outubro de 2009, a presidente Cristina Fernández de Kirchner sancionou e promulgou a *Ley de Servicios Audiovisuales* n. 26.522 – popularmente conhecida por *ley de medios*. Apesar da importância e mérito de seu pioneirismo no cenário latino-americano, as políticas para a regulamentação das mídias só tiveram destaque na agenda do governo após seu confronto político com o Grupo Clarín (GC) - maior empresa de comunicação da Argentina (HENKEL e MORCILLO, 2013; MOCHKOFKY, 2011; MONTENEGRO, 2011; SARLO, 2011; SIMÓN, 2013). A preocupação súbita com a democratização dos meios levantou suspeitas, pois ela soava mais à retaliação que uma política pública articulada a favor da sociedade. Como o Grupo Clarín era o maior afetado pela medida, utilizou sua rede de veículos de comunicação para mediar as informações sobre a lei. Mas, com sua capacidade técnica de selecionar alguns aspectos da realidade e, sabendo que a *ley de medios* reduziria seu número de licenças, a oportunidade para um verdadeiro debate foi minimizada pelo interesse privado, reduzindo a função articuladora do jornalismo para o tema.

Outro aspecto que prejudicou a discussão em torno da *ley de medios* foi que antes do embate entre governo e imprensa ocorrer, a relação entre eles foi de anos de camaradagem. Logo que assumiu a presidência em 2003, Néstor Kirchner¹ fez do Grupo Clarín o porta-voz da Casa Rosada e mais, concedeu-lhe novas licenças que ampliaram seu poder comercial e de difusão. Em troca, recebeu um jornalismo chapa branca e o apoio eleitoral que ajudou a eleger Cristina Kirchner em dezembro de 2007.

Entretanto, a lealdade do GC permaneceu até o terceiro mês da gestão de Cristina. Enquanto ela sofria uma queda de popularidade, também enfrentava uma crise com o setor rural após aprovar a Resolução 125 - um imposto cobrado aos grãos exportados para aumentar a arrecadação pública (LEIRAS e CRUZALEGUI, 2009). A ação repudiou os membros da elite agropecuária, que organizaram uma série de protestos massivos e *cacerolazos*² durante 127 dias.

¹ Néstor Kirchner foi o antecessor e marido de Cristina Kirchner, vindo a falecer em outubro de 2010.

² Manifestação cujo repertório utiliza caçarolas. A performance tornou-se típica na Argentina a partir de 2001, durante os protestos contra o governo de Fernando De la Rúa (1999-2001).

Até aquele momento, os principais meios de comunicação da Argentina apoiavam e noticiavam favoravelmente os atos do governo. A imprensa opositora porém não ignorava as manifestações, os bloqueios nas estradas e as greves que afetavam o abastecimento de alimentos nos supermercados. A pressão popular, somada ao seu crescente apoio aos ruralistas, impediam a imprensa oficialista de permanecer à margem da questão. Em junho, a Resolução 125 foi anulada no senado com o voto de desempate do vice-presidente da república, Julio Cobos, cuja crise política na esfera presidencial refletiu na derrota do kirchnerismo³ nas eleições legislativas de 2009, levando à perda de sua hegemonia no congresso⁴.

Enquanto o governo lidava com essas dificuldades, o apoio editorial do Grupo Clarín era cada vez menor. As notícias que antes salientavam as qualidades do casal Kirchner agora destacavam problemas macroeconômicos, sociais e os escândalos de corrupção (MOCHKOFKY, 2011). Elas estavam endossadas pelo clima de insatisfação estabelecido na sociedade. Portanto, o afastamento do GC fez a presidência retirar a exclusividade do Grupo na cobertura de assuntos relacionados à Casa Rosada, assim como sua exclusão nas entrevistas coletivas ou com membros do governo, de forma geral. A ruptura de aliança tornou-se pública em um emblemático discurso feito por Néstor Kirchner em 2009, o qual acusou o Grupo Clarín de ser mentiroso e de atentar contra os interesses democráticos⁵.

A partir de então, os conglomerados de mídia tornaram-se inimigos públicos, ocasionando um frenesi rumo à democratização dos meios. Paulatinamente, o Grupo Clarín foi sendo enquadrado como um modelo a ser destituído, inflamando o embate entre esses dois atores. Tal situação foi amplamente explorada pela imprensa, que fez circular o rumor de que as medidas governamentais foram criadas exclusivamente para atingir o GC, posicionando a *ley de medios* como uma espécie de “lei Clarín”. Portanto, o projeto de lei que tinha como proposta atualizar⁶ as políticas regulatórias dos meios de comunicação, acabou configurando uma polarização ideológica, deflagrando um embate anteriormente estabelecido. Sobre isso Montenegro (2011) explica:

³ Termo referente à gestão do casal Néstor e Cristina Kirchner.

⁴ O Kirchnerismo perdeu 15 membros na Câmara dos Deputados e 4 na Câmara de Senadores (Jornal La Nación, 29/06/2009): <http://goo.gl/A3AyBF>.

⁵ Para mais informações, acessar vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=rxyHI_O6o9E.

⁶ A primeira medida para regulamentar os serviços de radiodifusão da Argentina foi a Lei n. 22.825, criada em 1980, durante o regime militar.

Sem dúvida, a ação mais audaz foi a aprovação da *ley de medios*. Até um mês antes das eleições de junho de 2009, Kirchner assegurava a seus interlocutores que a “lei não sairá”. [...] Mas a derrota eleitoral eliminou qualquer dúvida. Fortalecido, Clarín ia com tudo. Já não lhe interessava negociar com um governo “debilitado”. Enquanto que Kirchner, com pouco a perder, decidiu apostar fundo (p. 109, tradução nossa, grifos do autor)⁷.

Desse modo, observamos a *ley de medios* como fruto dessa disputa e uma *janela de oportunidade*⁸ (KINGDON, 2003) explorada pelo governo de Cristina Kirchner para retaliar o Grupo Clarín. O pretexto da política pública argumentada pela presidência fica mais evidente quando recordamos que o próprio kirchnerismo fomentou a concentração de mídias do Grupo antes da rivalidade desatar, conforme explica Sarlo (2011, p. 217):

Por isso, o kirchnerismo apenas recordou que queria com urgência uma nova lei de mídias audiovisuais, quando agudizou a escalada contra o Grupo Clarín, esse que nos primeiros anos do governo havia sido considerado seu aliado (tradução nossa).

O confronto político em torno da *ley de medios* estabeleceu uma verdadeira disputa sobre sua legitimidade, colocando a democracia como pauta das estratégias comunicacionais de ambos os atores. Ou seja, se para o governo a lei representava um meio para asseverar a pluralização de vozes, para a imprensa - majoritariamente representada pelo Grupo Clarín – era um mecanismo de censura contra a mídia crítica e independente. A argumentação de cada lado demandou na esfera pública o entendimento sobre o tema, para que, posteriormente, ela pudesse ter seu próprio posicionamento. Certamente, coube à imprensa desempenhar a função mediadora sobre o que era emitido pelos dois atores. Considerando o potencial de impacto do Grupo Clarín com seus veículos de comunicação, fica evidente que a deliberação do assunto já estava comprometida, pois a lei era rejeitada pelos grandes grupos e meios. Por isso, não é difícil prever que a conveniência da apuração jornalística penderia para os interesses comerciais dessas empresas, cujo porta-voz do debate foi o Grupo Clarín, investindo-se de guardião dos interesses públicos.

⁷ Grifo do autor.

⁸ A expressão original, na Língua Inglesa, é *policy window*. Mas neste trabalho utilizaremos o termo traduzido ao Português “janela de oportunidade”.

Os três meses que antecederam o prazo⁹ para a justiça determinar a constitucionalidade dos artigos 45 e 161¹⁰ e, logo, a aplicabilidade integral da *ley de medios*, foi um período de intenso embate. Primeiro, porque governo Kirchner e Grupo Clarín instituíram uma luta sobre quem tinha mais poder sobre o poder judiciário. Isto é, através de seu poder governamental, o kirchnerismo tratou de pressionar a justiça para impedir a extensão da cautelar que mantinha a inconstitucionalidade dos dois artigos citados da lei. Enquanto que o GC usou seu poder midiático para coagir a justiça a manter a cautelar, inclusive após o 7D, alegando o risco de estar sendo injustiçado pelo governo déspota que o perseguia com uma lei à medida para ele.

Por outro lado, os escândalos de corrupção, acompanhados pelo aumento dos índices de inflação, mais a intervenção governamental para restringir o acesso ao dólar - forma típica de investimento econômico no país, incrementou a indisposição dos argentinos para com o governo, fomentando um cenário favorável para o Grupo Clarín intensificar suas críticas à Kirchner. Tanto que no lapso desses três meses, os argentinos tiveram a oportunidade política (TARROW, 2012) de organizar dois protestos massivos contra a presidente Cristina: o 13S e o 8N¹¹. As duas ações mobilizaram 4 milhões¹² de pessoas aproximadamente, cujo destaque na imprensa internacional¹³ deu mais visibilidade à disputa entre governo e imprensa.

É interessante mencionar que esses fatos ajudaram a esboçar a primeira intenção de pesquisa desta dissertação que, inicialmente, pretendia identificar algum tipo de influência do Grupo Clarín no protesto 8N – por ter sido o mais representativo em número de pessoas, envolvendo argentinos em diversos países e por ter incluído em seu repertório (TILLY, 2006) a comunicação através das mídias digitais. Mas pela impossibilidade de entrevistar os manifestantes dos protestos e pela ausência de estudos acadêmicos que fornecessem dados empíricos, percebemos que seria difícil identificar uma transferência de saliência (MC COMBS, 2004) da agenda do Grupo para a dos manifestantes. Contudo, ponderando que a luta simbólica pelo poder foi

⁹ A data foi determinada para o dia 7 de dezembro de 2012, representada pela emblemática sigla 7D.

¹⁰ Através de medidas cautelares, o Grupo Clarín impugnou dois artigos que tratam respectivamente da limitação ao número de licenças de TV aberta e a cabo por empresa e o desmembramento das licenças para as empresas que ultrapassam o número dessas licenças.

¹¹ Siglas referentes às datas em que ocorreram os protestos: 13 de setembro e 8 de novembro de 2012, respectivamente.

¹² Esse número varia entre a imprensa mundial.

¹³ Ambas as mobilizações tiveram destaque na imprensa internacional como o Le Monde, Le Figaro, Times, El País, El Universal, El Comercio de Peru, El Mercurio, ABC Color, El Tiempo, Folha de São Paulo, O Globo, Gazeta do Povo, entre outros.

configurada no discurso midiático e que esse processo narrativo poderia estruturar a construção de significados na consciência da esfera pública, decidimos realizar duas pesquisas exploratórias para ajudar a diagnosticar uma possível relação entre os veículos do Grupo Clarín e a opinião dos argentinos que participaram da ação 8N.

A primeira estudou o que os vídeos¹⁴ do jornal *Telenoche*¹⁵ destacaram como problemas emergentes no país durante os 29 dias que antecederam a ação. O objetivo foi relacionar os destaques do programa com as declarações dos manifestantes, além de verificar o nível de coincidência entre eles. Através do conteúdo analisado foi possível observar que 58% do programa foi destinado para tratar de assuntos sobre a presidência. Todos eles abordavam algum tipo de denúncia ou crítica que reforçava negativamente as ações do governo, anulando a voz de fontes que pudessem interagir com os fatos apresentados. A investigação também revelou, para aquele período, uma possível transferência de saliência dos programas para a agenda dos manifestantes, através da análise das gravações dos protestos realizadas pela imprensa argentina e disponibilizadas no *Youtube*. Inclusive, alguns participantes mostraram-se convictos ao descrever a *ley de medios* como “antidemocrática”, “ato contra à liberdade de imprensa e expressão”. Entretanto, outros reconheceram não saber em detalhes as diretrizes da norma, não conseguindo identificar qualquer benefício para a sociedade. Alguns descreveram-na como uma represália para atingir especificamente o Grupo Clarín, o que se mostrou curioso. Já a segunda sondagem consistiu em um *survey* online para corroborar qual porcentagem dos entrevistados havia participado de alguma das manifestações de 2012. Tratou também de averiguar o veículo de comunicação pelo qual eles obtinham as informações sobre os principais problemas do país, incluindo a lei audiovisual. Dos 143 entrevistados, 53% participou de algum dos protestos de 2012. Desses, 43% admitiram saber da lei superficialmente e 30% dos manifestantes destacaram que obtinham essa informação exclusivamente através de algum meio do Grupo.

Apesar de os dois estudos abrangerem um universo reduzido, eles nos deram a perspectiva de que o Grupo Clarín é um ator político hábil para organizar quadros de referência em seus conteúdos jornalísticos, com disposição para influenciar sua

¹⁴ Material foi coletado na homepage do Canal Trece.

¹⁵ Transmitido pelo Canal Trece (de propriedade do Grupo Clarín) desde 1966, sendo considerado um dos telejornais mais tradicionais do país. Possui uma audiência média de 12.2 pontos e ocupa o segundo lugar no rating dos canais mais assistidos. (TELEVISIÓN ARGENTINA, 17/07/2013).

audiência, embora esses dois estudos tenham apenas indicado e não comprovado tal potencial.

De todos os modos, essa análise inicial explicitou que enquanto o governo Kirchner utilizaria uma lei para afetar o Grupo Clarín, este usaria seu jornalismo para enquadrar o governo como déspota e antidemocrático, cuja *ley de medios* foi resultado de uma estratégia de perseguição política à imprensa crítica e independente. É interessante observar que as matérias jornalísticas não interagem com seu adversário, isto é, o governo. As fontes empregadas eram exclusivamente partidárias e convenientes a seus argumentos, cuja linguagem incluía recursos como a ironia, a dramatização e o sensacionalismo, orientando-nos a considerar que tal conteúdo afastava-se dos critérios do jornalismo.

Diante dessa contextualização, partimos do pressuposto que existe um confronto político entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín, cujo conceito advém da teoria da mobilização política ou processos políticos (MCADAM, McCARTHY e ZALD, 2008; TARROW 2009, GAMSON, 1990). Ele é definido como uma alteração no cenário político em decorrência do fortalecimento ou fraqueza do Estado, da divisão nas elites ou qualquer outra situação cujos atores percebem uma ameaça em seus interesses, favorecendo a oportunidade ou restrição política. Tanto a oportunidade quanto à restrição incentiva lutas, revela a vulnerabilidade e a força dos oponentes, estimulando a formação de alianças. No contexto argentino, esse conceito ajuda a analisar o comportamento dos atores antes e depois da ruptura, possibilitando a compreensão da dinâmica do embate. Ainda, contribui na identificação dos processos que envolveram a discussão em torno da *ley de medios*, e como esse conteúdo foi estruturado nos textos jornalísticos.

Com isso, definimos o enquadramento da notícia jornalística o **objeto** desta pesquisa. O conceito de enquadramento tem sua origem na *Frame Analysis*. Inicialmente desenvolvido pelo sociólogo Erving Goffman, na década de 1970, o enquadramento ou *framing* é definido como um conjunto de princípios que coordenam a interpretação subjetiva dos eventos e fatos, governados pela experiência cotidiana do indivíduo que interage com demais pessoas. Tais quadros ou molduras atuam no processo da construção de significados, afetando a forma como a realidade é decodificada e interpretada no âmbito social. No campo da comunicação, ele é analisado na interface do *media effects* ou efeitos da mídia, cujos estudos tiveram início em 1980, com os trabalhos de Gaye Tuchman (1978), Todd Gitlin (1980),

Gamson e Modigliani (1989) e Robert Entman (1993, 2004). Sua abordagem contempla as estruturas simbólicas organizadas nas narrativas jornalísticas, utilizadas pelos meios de comunicação para dar sentido a um fato ou evento com propósitos pré-definidos. Correlacionando a capacidade técnica de salientar aspectos da realidade nos textos com o desconhecimento das pessoas para muitos assuntos que circulam na esfera social e política, aumenta a possibilidade para que o enquadramento jornalístico seja absorvido pelas audiências, conforme apontaram Kahneman e Tversky (1984), Iyengar (1991) e Zaller (1992). Entretanto, Entman enfatiza que o enquadramento oferece uma importante ferramenta para compreender o poder e a influência dos discursos midiáticos, pois é através das mensagens que se pode identificar os atores e os interesses disputados.

Com base no conceito de enquadramento, buscamos evidenciar quais foram os aspectos da *ley de medios* que o jornal Clarín destacou, salientou ou omitiu em seus textos jornalísticos. Tratando-se de um veículo que pertence ao Grupo Clarín, queremos analisar e discutir o papel jornalístico desenvolvido pelo jornal Clarín no processo de debate sobre a democratização dos meios com a sociedade. Ainda, verificar até que ponto os interesses empresariais atingiram o cumprimento da função de articulador de informação, diagnosticando os ganhos e prejuízos para a sociedade.

Quanto às **hipóteses**, nós trabalhamos com duas. A primeira tem como pressuposto que as notícias veiculadas pelo jornal Clarín deram ênfase às críticas ao governo Kirchner para deslegitimar a *ley de medios*. A segunda é que a oportunidade política oferecida nos protestos 13S e 8N foram aproveitadas pelo jornal Clarín para intensificar suas críticas à lei, condicionadas pela insatisfação dos argentinos com o governo. Logo, a média semanal de textos criticando o governo aumentaram.

Para corroborar as hipóteses, formulamos cinco **questões de pesquisa**, cuja primeira é a central: 1) De que forma o jornal Clarín enquadrou as notícias relacionadas à *ley de medios*? 2) A *ley de medios* foi desqualificada através dos enquadramentos feitos nas notícias que associavam o tema com o governo Kirchner? 3) Como se deu o enquadramento da *ley de medios* na ausência de interação direta com o governo, haja vista que a presidência excluiu o Grupo Clarín das coletivas de imprensa e não lhes concedia entrevistas? 4) Qual foi o enquadramento predominante nas capas dos jornais que cobriram temas sobre a *ley de medios*? 5) Ocorreu o aumento na média semanal de publicações sobre a *ley de medios* nos dias que antecederam os protestos 13S e 8N?

A proposta de pesquisa que apresentamos é predominantemente qualitativa, apresentada por Godoy (1995, p.62) como um estudo profundo do mundo empírico, que busca analisar um ambiente, um sujeito ou uma situação particular, capaz de oferecer dados descritivos mediante o contato do pesquisador com o objeto de estudo. Logo, nossa pesquisa qualitativa é realizada através da análise do enquadramento noticioso no diário impresso Clarín. A escolha do veículo, além de delimitar o campo desta investigação, se dá pelo fato de ser a mídia mais antiga e tradicional do Grupo.

Entre os conteúdos apresentados no Clarín, optamos em analisar os textos jornalísticos, de modo a identificar os quadros dominantes presentes nas matérias e o tipo de pauta utilizada pelo jornal para que um assunto ganhasse destaque em sua capa. Para verificar a presença de enquadramentos, utilizamos como referência as quatro funções de enquadramento de Entman (1993): 1) Definição de um problema; 2) Diagnóstico de causas; 3) Julgamento moral; 4) Recomendações. Para o autor, um texto deve conter ao menos uma dessas quatro funções para organizar molduras de referência. Também, buscamos entender como ficou o enquadramento na ausência de interação do jornal Clarín com o governo, ponderando que a presidência não se pronunciava com os meios do Grupo. Desse modo, tratamos de compreender a quem era dada a voz para endossar os assuntos tratados nesse meio.

O intervalo selecionado para realizar o estudo é 01/09/2012 a 07/12/2012, contabilizando inicialmente 98 edições. Este período refere-se aos três meses que antecederam a suposta data de vigência dos artigos 45 e 161 da *ley de medios* – 7 de dezembro de 2012. Nele ocorreu um forte embate entre os dois atores sobre o poder judiciário e também aconteceram os protestos 13S e 8N. Porém, nosso interesse foi catalogar apenas as edições nas quais houvesse em qualquer parte do jornal uma matéria jornalística mencionando a *ley de medios*, inclusive, que tivesse em seu conteúdo ao menos duas de qualquer uma das funções propostas por Entman. Desse modo, o número de edições para a análise foi reduzido para 54, totalizando 149 matérias.

Quanto aos nossos **objetivos**, os gerais centram-se em analisar os três principais eixos deste estudo sob a perspectiva da teoria da mobilização política, sendo eles: 1) embate entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín, através do conceito de confronto político, 2) manifestações 13S e 8N, utilizando os conceitos de repertório e oportunidade política e 3) enquadramento do Clarín, sob o viés do conceito de *framing* do *media effects*. Quanto aos específicos, 1) analisar como foi construído o

enquadramento da *ley de medios* ao longo desse período no Clarín; 2) observar se a *ley de medios* foi desqualificada através das notícias que enquadravam o governo negativamente; 3) verificar como se deu o enquadramento da *ley de medios* na ausência de interação com o governo, 4) identificar o enquadramento predominante nos dias que antecederam os protestos 13S e 8N e 5) apontar se ocorreu um aumento na média de publicações antes dos protestos 13S e 8N. Cabe esclarecer que não é nosso objetivo discutir os artigos da lei ou apontar se ela é justa ou não. A lei é importante nesta pesquisa pelo fato de ter consolidado o conflito entre os dois atores, orientando, então, as discussões aqui apresentadas. Também não é nosso objetivo analisar o confronto e a interação entre os atores, já que o estudo está focado apenas na análise de enquadramento do jornal Clarín.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro refere-se ao aspecto teórico-metodológico do enquadramento, cuja abordagem inicial trata da cronologia do uso do conceito e suas aplicações no campo da comunicação. Também fazemos a apresentação do corpus da pesquisa e os critérios utilizados para chegar aos objetivos propostos. O segundo aborda o confronto político entre os atores e seus principais eventos, esclarecendo que aqui pretendemos discuti-lo sob o viés da teoria da mobilização política, sem de fato analisar o confronto que não é nosso objetivo, apenas fazemos a contextualização dos principais eventos. Aborda, ainda, o Grupo Clarín e suas relações de poder com os governos argentinos até chegar ao casal Kirchner. O terceiro trata das medidas governamentais criadas para coibir os oligopólios de mídia, cujo foco central é a *ley de medios*, o disparador do conflito. Para tal, argumentamos a construção da agenda política em torno da lei como uma janela de oportunidade para o governo Kirchner retaliar o Grupo Clarín. Já o quarto capítulo discute os três meses que antecederam a aplicação da *ley de medios*, apontando os acontecimentos já mencionados: disputa pelo poder sobre a justiça entre governo e magistrados e protestos 13S e 8N. O quinto e último capítulo faz a abordagem teórico-metodológica com a discussão dos resultados obtidos através da análise dos textos jornalísticos emitidos pelo jornal Clarín.

A importância deste trabalho está no fato de apresentar a análise do comportamento de um jornal afetado diretamente pela *ley de medios*, assunto pioneiro e relevante na América Latina. Inclusive, por revelar que nem todos os quadros de referência organizados pelo Clarín estiveram relacionados com a lei em si. Isto é, ela foi usada pelo jornal como pretexto para enquadrar outros aspectos de seu confronto

com o governo Kirchner, demonstrando que seu interesse principal não foi deliberar a *ley de medios* na sociedade. Nosso estudo também aponta que a discussão da lei tinha uma característica meramente comercial, e que tanto governo como imprensa se apropriaram do conceito de democracia para acusar-se mutuamente, desconsiderando a necessidade de uma verdadeira discussão que pudesse informar o público. Neste caso, as demandas democráticas foram utilizadas para medir forças. A pesquisa poderá também oferecer subsídio empírico aos estudos que pretendem analisar as relações de poder entre as empresas de comunicação e os processos políticos que envolvem a democratização dos meios, e como ocorre a deliberação do tema no espaço público, principalmente, em regiões que já implementaram ou estão implementando normas regulatórias, como é o caso do Equador, Uruguai e México.

2 O ENQUADRAMENTO NA INTERFACE DO *MEDIA EFFECTS*: ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA E CRITÉRIOS DE PESQUISA

Nas arenas democráticas, existe o consenso em afirmar que a relação entre governo e mídia¹⁶ é uma conveniência necessária para a manutenção da governabilidade. Embora isso não seja aceito integralmente, ocorre de a imprensa criar pactos com o sistema político para assegurar seus interesses materiais e ideológicos, enquanto que os governos instrumentalizam os meios de comunicação para dar visibilidade às posições políticas assumidas (RUBIM, 2000), e tratam de obter uma imagem positiva para ter credibilidade.

A imprensa a serviço dos governos surgiu com a mudança na lógica produtiva da informação, a partir do desenvolvimento tecnológico após a ascensão da burguesia (GOMES, 2004, p.47). Assim, a expansão dos meios de comunicação inevitavelmente impactou no jornalismo, de modo que seu papel como instrumento da luta política na esfera civil perdeu espaço para a questão comercial (TRAQUINA, 2012, p. 34).

Apesar de nem sempre a imprensa priorizar as demandas sociais, tem-se como ideia básica que o interesse coletivo deva estar acima do seu. Nesse sentido, a credibilidade é fundamental para manter a legitimidade de sua função como defensora dos interesses da sociedade e da democracia, embora, esse poder possa ser articulado para influir na tomada de decisões sem que elas estejam necessariamente a serviço do público. Logo, podemos visualizar o potencial que a imprensa possui, especialmente, por sua capacidade técnica em direcionar a interpretação de um fato ou evento. Pois se de um lado ela coopera para a descrença na política e nos governos através de suas denúncias e cobranças, do outro ela também é condizente com as regras e composições que os caracterizam (MIGUEL e BIROLI, 2010), tornando os meios de comunicação uma “uma importante ferramenta para a construção de enquadramentos” (GAMSON, 2011, p.24).

Direcionando nosso olhar para a Argentina, partimos do pressuposto que existe um confronto político entre a presidente Cristina Kirchner e o Grupo Clarín e que, a partir desse embate, a atualização da *ley de servicios audiovisuales* ganhou

¹⁶ Entende-se mídia neste trabalho por imprensa, meios de comunicação voltados para a informação jornalística.

destaque no espaço midiático. Como o Grupo Clarín foi o maior afetado pela medida, ele assumiu a função de mediar diretamente o assunto, de acordo com seus enquadramentos.

Com base nesta breve discussão, queremos abrir este capítulo enfatizando que a *ley de medios* foi a razão de disputa entre esses dois atores, cujos interesses privados reduziram no próprio jornalismo as chances de um verdadeiro debate da lei na esfera pública.

2.1 ORIGEM E APLICAÇÕES DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

O conceito de enquadramento advém de uma ampla linha de pesquisas que permite operacionalizá-lo em diferentes abordagens nas ciências humanas e sociais. Contudo, essa dimensão adaptativa - aparentemente aplicável a distintos objetos de estudo, aponta uma certa dispersão quanto ao seu uso (ENTMAN, 1994; SCHEUFELE, 1999), o que significa que na ausência do determinismo conceitual dois desafios são impostos aos pesquisadores: a clareza na sua definição e o rigor com o critério metodológico (PORTO, 2004; MAIA e VIMIEIRO, 2011).

Em vista disso, cabe-nos esclarecer que este conceito pode ser utilizado em duas principais perspectivas de pesquisa: o enquadramento interpretativo e o enquadramento da notícia (PORTO, 2004). A primeira se relaciona com os estudos sociológicos, apoiada na teoria da mobilização política, compreendida como “padrões interpretativos das identidades dos atores sociais” (TARROW, 2009, p.155). É utilizada em análises de ações coletivas como movimentos sociais, manifestações e protestos de forma geral. Já a segunda vertente é atribuída aos estudos de efeitos da mídia ou *media effects*, a qual dedica-se a investigar o enquadramento estruturado e organizado nas narrativas jornalistas, através da “seleção e saliência de alguns atributos de uma dada realidade” (ENTMAN, 1993).

O percurso teórico-metodológico que fazemos nesta pesquisa vem da linha do *media effects*, cujos enquadramentos são construídos na notícia jornalística, ou seja, os que foram produzidos pelo jornal Clarín. Mas antes de discutir o nosso corpus, faremos uma breve exposição da origem e o curso do conceito de enquadramento. Não pretendemos debruçar extensivamente sobre o tema. Vamos apenas apontar o

desenvolvimento do conceito até ele ser integrado às pesquisas no campo da Comunicação Social.

2.1.1 As molduras ou quadros de sentido como objeto de estudo dos processos interacionais

A noção de enquadramento reside na psicologia, inicialmente apresentada por Gregory Bateson, em sua publicação *A Theory of Play and Phantasy*, de 1954 (GOFFMAN, 2006, p.1). Com a proposta de analisar a esquizofrenia e refletir a comunicação entre paciente e terapeuta, Bateson centrou-se na interação entre os indivíduos e a produção de mensagens metacomunicacionais – denominadas enquadres. Ele estudou a relação dos enquadres com os quadros de sentido, observando se eles atuavam como referência nas interpretações e ações dos atores envolvidos em uma dada situação. Apesar de sua pesquisa ter sido realizada com animais, foi possível demonstrar que “todo enquadramento permite identificar o tipo e a natureza da interação entre os interlocutores em uma determinada situação” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p.189), fornecendo um importante subsídio para os estudos dos processos comunicacionais.

Anos mais tarde, Erving Goffman deu continuidade a um percurso teórico similar, mas com o foco na interação face a face. Diferente de Bateson, seus estudos tiveram influência do interacionismo simbólico¹⁷, cujo enquadramento foi analisado em convenções e normas sociais presentes nas atividades cotidianas, dando origem aos estudos de microssociologia. Em sua obra *An Essay on the Organization of Experience* (1974), conseguiu ampliar a metáfora do enquadramento, caracterizando-o como quadros interpretativos de significados que organizam a experiência dos indivíduos mediante uma situação qualquer:

Assumo que as definições de uma situação se elaboram de acordo com princípios de organização que governam os acontecimentos - ao menos os sociais – e nossa participação subjetiva neles; enquadrar é a palavra que eu

¹⁷ Corrente sociológica desenvolvida na Universidade de Chicago, nos anos de 1920, que analisa a interpretação dos símbolos como resultado de interações humanas, (BLUMER, 1980).

uso para referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar (2006, p.11, tradução nossa).

A ideia central do *frame analysis*¹⁸ de Goffman foi demonstrar que a experiência dos sujeitos é o resultado subjetivo de como se compreende e se interpreta o mundo circundante. As molduras de referência são, portanto, estruturas de símbolos que confluem na atribuição de significados, estando ancoradas a um contexto cultural em uma determinada situação concreta e/ou abstrata.

Contudo, os sujeitos estão expostos a vários acontecimentos simultâneos, que nada mais são que sobreposição de quadros. Desse modo, o ato de atribuir sentido a um significado desprovido de significação é definido por Goffman como esquema de referência primário, sendo o marco interpretativo para organizar uma determinada realidade:

[...] qualquer que seja seu grau de organização, todo quadro de referência primário permite ao indivíduo situar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de situações concretas definidos em seus termos (Idem, p. 23, tradução nossa).

Entretanto, os quadros de referência primários não são permanentes. Eles podem sofrer transformações ou tonalizações a partir de uma nova perspectiva interpretativa, isto é, com novas camadas de significação. Também, podem admitir um processo de maquinação, empregado na manipulação de um enquadramento para ressaltar ou omitir alguns aspectos da realidade (GOFFMAN, 2006). Esses pressupostos serão retomados mais adiante, quando discutirmos os quadros primários produzidos nas notícias sobre a presidente Kirchner, que o jornal Clarín utilizou para desqualificar a *ley de medios*.

2.2 O ENQUADRAMENTO NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE EFEITO DA MÍDIA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

Os postulados de Goffman sobre o enquadramento ofereceram um relevante aporte teórico-metodológico que ajudaram a ampliar as possibilidades de pesquisa

¹⁸ Em português o termo é traduzido e utilizado como “análise de enquadramento”.

nas ciências sociais e humanas. No campo da mídia, o *framing*¹⁹ foi empiricamente estudado a partir dos anos 1980, integrando o modelo de investigação do *media effects*²⁰ que se preocupa em analisar os conteúdos emitidos pelos meios de comunicação e seu impacto cognitivo nos sistemas sociais (GUTMANN, 2006, p. 29).

Na perspectiva das práticas e do conteúdo jornalístico, o pioneirismo das investigações está presente nos trabalhos de Gaye Tuchman (1978), Todd Gitlin (1980), Gamson e Modigliani (1989) e Entman (1993, 2004). No caso de Tuchman, o enquadramento é observado sob o viés da rotina jornalística, objetivando identificar os princípios que estruturam e organizam os fatos noticiosos (JOHNSON-CARTEE, 2005). Gitlin (1980) analisando os conteúdos informativos que envolviam os movimentos estudantis no contexto da guerra do Vietnã, descreveu o enquadramento como modelos persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão a partir dos conteúdos narrativos. Já Gamson e Modigliani (1989) sustentam o enquadramento na perspectiva dos pacotes interpretativos, ou seja, eles são um conjunto de símbolos que concentra uma ideia organizadora central que servem de moldura para um fato ou evento relevante. Tratando de identificar a influência midiática na opinião pública dos americanos, eles demonstraram que os quadros de referência criados pela imprensa sobre a energia nuclear coincidiram com os quadros interpretativos manifestados pela audiência. Na mesma perspectiva, Entman explicou o enquadramento como uma embalagem que inclui um processo de seleção e saliência sobre alguns aspectos de uma dada realidade. Sua constatação foi fruto de estudos em textos jornalísticos, comparando a cobertura da imprensa em dois acidentes aéreos²¹. Neles, o autor se certificou que os quadros de referência transpassam a rotina jornalística, pois estão subordinados a questões ideológicas das organizações midiáticas que os constroem. Ele também avaliou a capacidade deste tipo de enquadramento em promover a definição de um problema, realizar uma interpretação, fazer avaliações morais ou recomendações (Ibid., p.52).

Enfatizamos, portanto, que o enquadramento noticioso será o conceito-chave para analisar os quadros de referência construídos pelo jornal Clarín ao tratar da *ley de medios* em suas notícias. Para a abordagem metodológica, utilizaremos os critérios

¹⁹ Termo pelo qual designa os estudos de enquadramento na esfera da mídia (ENTMAN, 1993).

²⁰ No português, o termo é utilizado como “efeitos de mídia” (GUTMANN, 2006).

²¹ O primeiro foi com a queda de um avião coreano da Korean Air Lines em 1983 e o outro com um iraniano da Iran Air em 1988.

de enquadramento propostos por Entman (1993), conforme explicaremos mais adiante.

2.3 PERÍODO E EDIÇÕES DE ANÁLISE DO JORNAL CLARÍN

O intervalo de coleta de dados condiz com os três meses que antecederam a suposta data de vigência dos artigos 45 e 161 da *ley de medios* – 7 de dezembro de 2012 (7D). A seleção deste período é interessante, pois nele ocorreu um forte embate entre Grupo Clarín e governo Kirchner sobre o poder judicial e, também, porque aconteceram em setembro e novembro os protestos 13S e 8N.

Assim, o critério inicial para a escolha das edições estudadas refere-se ao período 01/09/2012 a 07/12/2012, somando 98 edições. Sobre os textos jornalísticos, eles variaram de acordo com cada edição, totalizando 171. Mas a condição de seleção do material a ser pesquisado é que deveria conter ao menos uma matéria referente à *ley de medios* em qualquer parte do jornal. Os artigos de opinião sobre a *ley de medios* foram descartados, por não serem indicados para este tipo de análise, embora seja interessante mencionar sua presença em todas as edições catalogadas. Logo após essa nova seleção, o número de edições destinados à análise foi reduzido para 54 e o de matérias para 149.

Apesar de as edições conterem um expressivo número de textos relacionados à *ley de medios*, selecionamos apenas as matérias que atenderam, ao menos, duas funções de enquadramento propostos por Entman, sem a preferência por alguma em particular. O autor justifica que é necessário haver ao menos uma das funções em um texto para que possam ser organizados os quadros de referência. Entretanto, no decorrer da pesquisa percebemos que uma função apenas seria insuficiente para identificar os quadros preponderantes nos textos do Clarín.

Para facilitar o entendimento sobre tais funções, expomos as quatro funções de enquadramento proposto por Entman: 1) Definição de problemas; 2) Causas diagnosticadas; 3) Presença de julgamentos morais e 4) Sugestões para solução do problema. Seus respectivos significados correspondem a: 1) Determina o que um agente causal está fazendo; 2) Identifica as forças que produzem o problema; 3) Avalia

os agentes causais e seus efeitos; 4) Oferece e justifica soluções para os problemas, predizendo seus prováveis efeitos (1993, p.52, tradução nossa).

2.4 METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE PESQUISA PARA ANÁLISE DO CORPUS

O objeto da presente pesquisa é o enquadramento noticioso realizado pelo jornal Clarín, sobre o tema *ley de medios*.

Para tratar desse tema, usaremos os autores Erving Goffman (2006), Robert Entman (1993; 2004), William Gamson (2011) e Sidney Tarrow (2009), além dos aportes de pesquisadores brasileiros como Rousiley Maia e Ana Carolina Vimiero (2011), Mauro Porto (2004), Ricardo Fabrino de Mendonça e Paula Guimarães Simões (2012) e Juliana Freire Gutmann (2006).

A partir do conceito de enquadramento, desenvolvido através dos estudos do *media effects*, buscamos evidenciar quais foram os aspectos da *ley de medios* que o diário selecionou, hierarquizou, salientou ou omitiu em sua narrativa jornalística durante o período de nossa análise. Pois, conforme avalia Entman:

O *framing* oferece um caminho para descrever o poder do texto comunicacional e sua influência sobre a consciência humana, exercida pela transferência da informação [...] através de uma declaração, expressão ou reportagem (1993, p.51-52, tradução nossa).

Reconhecendo que as empresas de jornalismo possuem a competência técnica de enfatizar ângulos e saliências a temas não experimentados ou dominados pelo público – constituindo-se em uma fonte primária na redução dessas incertezas, vemos no enquadramento da notícia o método mais adequado para verificar como a *ley de medios* foi tratada pelo jornal e por ele apresentada publicamente. Pois, de acordo com Miguel (2002, p.6), “a mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos [...]”. Inclusive, porque o Grupo Clarín foi o porta-voz mais representativo do confronto político com o governo em torno da lei, por ser o mais afetado por ela.

Entre os conteúdos hábeis de estudo, Entman (2004) explica que é possível analisar ao menos quatro locações de enquadramento no processo comunicativo: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura.

A princípio, esta pesquisa estava inserida em uma perspectiva metodológica cuja pretensão era o de verificar o impacto dos enquadres noticiosos do jornal Clarín na audiência. Mas pela dificuldade de relacionar uma possível influência do meio na opinião pública, decidimos analisar os seguintes conteúdos: imagens, textos e fontes. Além da *ley de medios*, a intenção foi analisar as notícias referentes aos temas Cristina Kirchner, governo, economia e protestos 13S e 8N.

Contudo, reconhecendo a necessidade de delimitar o *corpus* de investigação, optamos por selecionar exclusivamente os textos jornalísticos do jornal Clarín pois, além de existir mais pesquisas empíricas com os textos, a imagem não é o forte do diário. Raramente foram visualizadas manchetes ou matérias com fotografias de impacto. Quanto às fontes, desde sua ruptura com o kirchnerismo o governo e membros diretos dele não concederam mais entrevistas ao Grupo. Ademais, a opção de estudar o principal impresso do Grupo Clarín vem do fato de ele ser a primeira mídia do Grupo e um dos meios mais tradicionais da Argentina.

Esta pesquisa desenvolve uma abordagem indutiva, através da perspectiva holística manual (MAIA e VIMIEIRO, 2011, p.237), cuja definição dessas autoras é que a técnica holística manual identifica os enquadramentos a partir de uma “avaliação interpretativa dos textos da mídia [...], que refletem o discurso de uma temática ou de um evento”. Logo, no processo de apuração do conteúdo criamos uma planilha no *Excel* – que vai aparecer no último capítulo onde discutiremos os resultados, para realizar a catalogação dos dados apurados e dar início à análise do enquadramento direto. A escolha pelo programa digital deu-se pela possibilidade de utilizar seus filtros para combinar as variáveis que levassem a um resultado mais completo.

3 GRUPO CLARÍN: RELAÇÕES DE PODER COM GOVERNOS ARGENTINOS E SUA RUPTURA COM O CASAL KIRCHNER

3.1 GRUPO CLARÍN: UMA BREVE HISTÓRIA

A história do Grupo começa com o diário impresso Clarín, fundado no dia 6 de agosto de 1945. Seu idealizador, o advogado e aspirante a presidente da nação, Roberto Noble, desejava influenciar e intervir na vida política do país (SIVAK, 2013), embora, os primeiros anos do diário estivessem longe do prestígio, influência e circulação dos impressos mais tradicionais da época como o La Prensa, La Nación ou La Razón. Nessa época, não passava de um folhetim com publicações populares, sem tiragens significativas, politicamente neutro (MOCHKOFSKY, 2011).

Contudo, em meados de 1951 deu seu pequeno e importante salto. Foi quando o governo de Juan Domingo Perón expropriou o jornal La Prensa, que na época retinha o monopólio de classificados. Essa oportunidade permitiu a Noble aproveitar a fatia disponível no mercado concorrente para expandir seus negócios:

Os classificados eram uma máquina de fazer dinheiro; com esses fundos, o diário aumentou suas estruturas e circulação, e começou a influir, se não sobre o poder, ao menos sobre o “homem comum”. Manteve distância de governos e partidos até que Frondizi e Frigerio chegaram ao governo (MOCHKOFSKY, 2011, p.33, tradução nossa).

Roberto Noble tinha uma forte inclinação com a política desenvolvimentista. Seu alinhamento ideológico com Arturo Frondizi e Rogelio Frigerio – presidente da nação e empresário que atuou durante muitos anos na direção do Clarín respectivamente, serviu de apoio para o crescimento do diário, que foi beneficiado com créditos estatais (PÁGINA/12, 2013), permitindo a aquisição de seu primeiro edifício e planta impressora. Entretanto, o Clarín quase desaparece após a morte de seu fundador, em 1969, por suas dívidas e instabilidade gerada com seu testamento, pouco antes de morrer. Noble nomeou sua ex-amante, Ernestina Herrera, como herdeira, ao invés de sua única filha. Isso causou insegurança sobre o destino do jornal.

Assumido seu papel de proprietária do Clarín, logo em seguida, Herrera depositou sua confiança em Héctor Horacio Magnetto, o maior ícone da história do

jornal. Contratado no setor administrativo na década de 1970, Magnetto deu ao diário um formato mais empresarial e moderno (Ibid., p.43), que aos poucos foi se consolidando como o jornal mais popular do país. Ainda, foi o responsável por mediar a aproximação do diário com os políticos de relevância nacional, logrando importantes benefícios. Entre eles, as concessões obtidas no governo Menem (1989-1999) e Kirchner (2003-2007), que ofereceram a oportunidade para expandir seus negócios de mídia, consolidando o que hoje é o Grupo Clarín: uma empresa multimidiática composta por jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão aberta e a cabo, além de sites de conteúdo e serviços de banda larga.

Mas Magnetto não apenas criou o Grupo Clarín. Hoje ele é o diretor executivo e proprietário de 35,335% das ações - seguido por Ernestina com seus 35,555% (GRUPO CLARÍN, 2014). Tornou-se uma figura emblemática nos bastidores políticos e um dos homens mais poderosos da Argentina.

Retomando aos anos 1970 e a cronologia do Clarín com suas relações de poder na esfera política, esse período permitiu ao jornal sair da crise e adquirir mais estabilidade econômica. Com a chegada dos militares ao poder, o impresso optou por apoiar a ditadura, “mantendo uma linha editorial essencialmente acrítica ao poder militar” (Ibid., p.83). Foi então que ele consolidou-se politicamente e obteve – de forma questionável, quase a hegemonia da produção de papel para a fabricação de jornais e revistas (LINS, 2009), impedindo o crescimento de outros jornais ou revistas impressas, principalmente no interior do país. Esse monopólio, anos mais tarde, foi convertido pelo governo de Cristina Kirchner em mais uma medida para limitar o Grupo Clarín, fato que será discutido mais adiante.

Entretanto, com o enfraquecimento da ditadura militar e, conseqüentemente, com a abertura para a democracia, o jornal de Ernestina Herrera passou a fazer campanha contra os generais. Essa mudança garantiu a sobrevivência do jornal em tempos difíceis que, segundo as explicações de Sivak:

Diria que é um diário não ideológico. Seus leitores não esperam tal coerência, esperada em diários como o La Nación ou o La Vanguardia. Até dois dias antes da queda de Perón, eles eram peronistas e, de repente, houve um furioso anti-peronismo. Mas se olharmos para a venda de jornais... cresce com isso (PÁGINA/12, 2013, tradução nossa).

A relação bipolar de Clarín também ocorreu com os presidentes pós-ditadura, como Raúl Alfonsín (1983-1989) e Carlos Menem (1989-1999), cujo intuito era

conseguir a revogação do artigo 45 da Lei de Radiodifusão²², aprovada pelos militares (LANDI, 1992). No caso de Menem, por exemplo, o jornal conseguiu a concessão do Canal 13 e da Radio Mitre. Também, foi beneficiado pelo Decreto 100 – referente ao número de licenças permitidas a um mesmo prestador. Neste caso, de quatro passou para 24 (HENKEL e MORCILLO, 2013, p.41). Em troca, fazia um jornalismo negligente e cego aos esquemas de corrupção que desmantelavam o país com privatizações e negócios obscuros. Contudo, após uma publicação do diário Página/12²³ sobre os negócios ilícitos que envolviam os funcionários de Menem, o Clarín se viu forçado a atuar para não perder a credibilidade frente à opinião pública:

O crescimento do Página/12 o encurralava. A narrativa sobre o menemismo era poderosa e compartilhada por um público que era, em sua maioria, a classe média que comprava o Clarín, escutava Radio Mitre e assistia o Canal 13. Página/12 moldava opinião, convertendo-se em uma referência para o público, o qual refletia um clima social que obrigava o Clarín e o resto dos meios a perceber suas investigações realizadas e seus efeitos sobre o governo²⁴ (MOCHKOFKY, 201, p. 108, tradução nossa).

Carlos Menem e Clarín romperam relações, e, durante uma entrevista no aniversário de seu terceiro ano de mandato, o presidente disse que seu maior erro foi ter anulado o artigo 45 da lei sobre radiodifusão, a mesma que havia aprovado para consolidar o Grupo Clarín:

Não medi as consequências. Fiz para estabelecer a liberdade de imprensa, mas essa anulação [...] a monopolizou. Não esperava que algumas empresas se convertessem em proprietárias de jornais, canais de televisão, rádios e até em uma parcela do Papel Prensa. É um erro que teremos que corrigir (LA NACIÓN, 1992, tradução nossa)²⁵

Fernando de la Rúa (1999-2001) assumiu o governo estabelecendo uma relação cordial com a mídia, incluindo o GC; concedeu-lhes uma antiga demanda referente à desregulação da venda de jornais e revistas, antes exclusiva dos vendedores de rua - conhecidos por *canillitas* (PÁGINA/12, 2001). Com a medida, os impressos passariam a ser comercializados em qualquer lugar, como farmácias e

²² Este artigo impedia que uma empresa proprietária de um jornal adquirisse uma licença de rádio ou de televisão.

²³ Jornal independente e de esquerda, criado em 1989. Ficou conhecido por seu jornalismo investigativo e matérias com denúncias de corrupção, rendendo-lhe muita credibilidade no setor político.

²⁴ Tradução nossa.

²⁵ Resposta do presidente Carlos Menem ao jornal La Nación (08/07/1992), sobre os maiores erros cometidos durante seus três anos de gestão.

supermercados. Porém, a harmonia durou até que sua Secretaria de Mídias revisou uma série de concessões realizadas no governo Menem, a qual havia decretado amplas licenças de rádio e TV – no caso da televisão foram de 4 para 24, outorgadas para uma única organização. Isso contrariava a lei de radiodifusão, o que estimulou o governo a preparar um projeto de reforma para regularizar as redes de televisão existentes e criar licitações para novas licenças com o estabelecimento de um número para cada repetidora de canal aberto para o país (MOCHKOFISKY, 2011, p. 134-135). Era a oportunidade para o Grupo Clarín expandir o alcance do *Canal 13*, mas o decreto nunca foi ratificado.

A forte crise instalada na Argentina, consequência do aumento da pobreza, inflação, limitação na extração de dinheiro nos caixas eletrônicos, retirada em massa de investidores estrangeiros e o fechamento de créditos internacionais levou o país ao colapso em 2001. A pressão social aumentou, eclodindo em múltiplos protestos e saques, os quais tiveram uma exaustiva cobertura do Grupo Clarín (Ibid., 138). De la Rúa não sustentou tamanha tensão e renunciou à presidência no dia 20 de dezembro, fugindo da Casa Rosada de helicóptero. O clima de instabilidade piorou, agravado pela sucessão de 5 presidentes em apenas 10 dias (BBC Brasil, 2001).

A Argentina estava marcada pela “anarquia, caos, depressão econômica, colapso social e violência” (KASTA, 2009). Naquele momento, o objetivo do país era reestruturar-se politicamente e socialmente, mas tanto os cidadãos quanto os empresários estavam coagidos pela eminência da desvalorização do peso argentino frente ao dólar americano²⁶ que, até então, tinha a mesma convertibilidade (CUNHA e FERRARI, 2009). A paridade entre as moedas estimulou muitos empresários a contrair, nos anos 1990, dívidas em dólares, as quais aumentavam o risco de serem multiplicadas com a desvalorização do peso. Para o GC o cenário era semelhante, especialmente porque 90% de suas dívidas deveriam, por contrato, ser quitadas na moeda americana (MOCHKOFISKY, 2011, p. 137).

Quando Eduardo Alberto Duhalde Maldonado (2002-2003) tomou posse, a estratégia do governo foi normalizar a situação com a desvalorização da moeda nacional e *pesificar* os depósitos e as dívidas feitas em dólares. Com a *pesificação*, quem havia depositado em dólares recebeu seu dinheiro em pesos desvalorizados.

²⁶ Os bancos argentinos fornecem às pessoas físicas e jurídicas tanto a conta poupança em dólar americano como em peso argentino.

Os índices de pobreza atingiram níveis recordes, e os *cacerolazos*²⁷ voltaram às ruas. Curiosamente, esses eventos não apareciam nas notícias do GC.

Para Mochkofsky (ibid., p.138-139), o interesse do Grupo com o presidente interino já não era a não desvalorização ou que o Estado fizesse cargo de suas dívidas. Tratava-se de conseguir apoio da Casa Rosada para eliminar um artigo da “lei bancarrota”²⁸ (ARGENTINA, 2014), que permitia aos credores estrangeiros apropriarem-se das empresas nacionais, ato conhecido por *cram down*. Duhalde cedeu à pressão e a norma ficou conhecida como “Ley Clarín” (BITONTE e DEMIRDJIAN, 2004). Mas a vitória foi passageira. O Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou o governo e o artigo retomou sua vigência. Mas o Grupo encontrou seu subterfúgio na criação da Lei de Bens Culturais, cujas empresas argentinas desta categoria – como as de jornalismo, estariam isentas do *cram down* (CLARIN, 2003). Diante de outras urgências, a lei só foi aprovada em junho de 2003 quando, um mês antes, Néstor Kirchner sucederia Duhalde na presidência.

3.2 TEMPOS DE PAZ: A RELAÇÃO DO KIRCHNERISMO COM O GRUPO CLARÍN

Quando Néstor Kirchner chegou ao governo, ele era praticamente um desconhecido. Foi empossado em um momento cuja percepção dos argentinos sobre a presidência era de debilidade político-institucional (CHERNY, FEIERHERD e NOVARO, 2008, p. 24). Desse modo, cabia ao novo mandatário recuperar a imagem da figura presidencial, contrastando com o período de crise e inconstância dos governos provisórios. Sua estratégia iniciou-se com “uma combinação instável de repercussão mediática e registro da opinião nas enquetes, de vozes emergentes consideradas representativas [...]” (SARLO, 2011, p. 203), e de uma aproximação com a imprensa. Sobre esse aspecto, Mochkofsky (2011) afirma que Kirchner, assim como os demais presidentes democráticos, acreditava que um sistema de bom trato com a mídia garantiria uma relação cordial. Porém, o alvo do presidente era o Grupo Clarín, pois para ele era “um dos maiores fatores de poder da Argentina, embutido no manejo da notícia entre seus veículos” (p.158, tradução nossa). Como era um político sem

²⁷ É um tipo de panela (caçarola em português) que é símbolo de mobilizações e protestos na Argentina.

²⁸ Ley de concursos y quiebras”- n. 24.522.

muita visibilidade nacional, cuja vitória foi “sem vasta estrutura própria” (SARLO, 2011, p. 204, tradução nossa), julgou conveniente tê-lo a seu favor.

Essa aproximação foi vista com interesse por Magnetto, porque era notória a necessidade de uma nova proposta de governo. Viu em Kirchner a possibilidade de uma gestão firme e conveniente, pois Néstor havia governado a Patagônia e estava longe da visibilidade da capital Buenos Aires. Assim, indicou ao presidente recém eleito a necessidade de solucionar temas sensíveis como a renegociação da dívida em dólares adquirida pelas empresas durante a crise econômica e a recomposição do poder perdido após as sucessivas renúncias dos presidentes anteriores. Kirchner cumpriu com todas essas prioridades e também recuperou o prestígio presidencial, “reestabelecendo o funcionamento normal do sistema político argentino” (CHERNY, FEIERHERD e NOVARO, 2008, p. 39, tradução nossa). Magnetto não só aprovou a postura de Néstor como passou a refletir seu apoio midiático nos veículos do Grupo, respaldando as políticas relevantes da primeira metade do mandato kirchnerista:

Durante dois anos houve, sobretudo, gestos e palavras de acordo. Os funcionários nacionais recebiam os jornalistas do *Clarín*; O próprio Kirchner providenciava quais notícias anunciar no jornal, que sempre obtinha as premissas sobre os atos do governo [...] (MOCHKOFKY, 2011, p.162, tradução nossa).

Uma vez que a política nacional ganhou estabilidade, o próximo passo do Grupo foi expandir os serviços de televisão a cabo, seu negócio mais lucrativo. A aproximação com o kirchnerismo permitiu a compra da *Cablevisión* pela *Multicanal* - empresa do Grupo Clarín (LINS, 2009, p.13), cuja fusão foi concretizada em dezembro de 2007, três dias antes de Néstor transferir o poder à sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner. Contudo, a ratificação da fusão foi polêmica, porque *Multicanal* e *Cablevisión* não eram apenas operadoras de TV a cabo, elas também competiam com as empresas de telefonia pelo crescente mercado da internet por banda larga. Logo, a fusão foi interpretada como uma perigosa concentração de poder por funcionários do governo (MOCHKOFKY, 2011, p.166), a qual sofreu denúncias pelo próprio Presidente da Comissão Nacional de Defesa à Concorrência – instituição pertencente ao Ministério da Economia e Finanças Públicas, José Sbatella, encarregado em realizar a fusão das empresas. Na época, ele alegou que a ação era uma prática de monopólio e que junto com a transmissão exclusiva dos jogos de futebol – assunto que será tratado mais adiante, atentava à livre competitividade de mercado.

Para se ter ideia do que a compra de *Cablevisión* representou, o GC passou a deter, na época, o controle de cerca de 50% do mercado de televisão por assinatura e de serviço de banda larga no país (LINS, 2009, p.7), operando em grande escala nas cidades mais populosas da Argentina, isto é, 75% do mercado na capital Buenos Aires e região metropolitana, 85% em Santa Fé e 94% em Córdoba (MONTENEGRO, 2011, p.98). Em contrapartida, para dar uma aparência de pluralismo de vozes e neutralidade, o governo impôs às empresas fusionadas a condição de oferecer planos básicos em áreas carentes, serviços gratuitos às escolas públicas, hospitais, asilos, estações policiais e de bombeiros, além de incluir em seus serviços uma ampla quantidade de canais, entre outras ações (MOCHKOFISKY 2011, p.168).

Apesar de alguns escândalos de corrupção envolvendo o governo - como o caso Skanska²⁹ (MOCHKOFISKY 2011; MONTENEGRO, 2011), os primeiros questionamentos sobre a manipulação de dados no Instituto Nacional de Estatística de Censo (INDEC)³⁰ e o caso Guido Antonini Wilson³¹, as capas do jornal Clarín para esse período apenas faziam eco a essas denúncias. Sua política era refletir como nenhum outro meio as mensagens da presidência, publicando as boas notícias sobre economia, infraestrutura e o potencial político da candidata à presidência, Cristina Kirchner (MONTENEGRO, 2011, p.101). Afinal, antes de Néstor Kirchner deixar a presidência, o plano era inserir o Grupo Clarín na Telecom Argentina para instalar acionistas locais, já que a sociedade estava sob controle da Telecom Itália e o Grupo Wertheim – de origem nacional.

Para Magnetto, isso significava a última fase da expansão do Grupo, já que a participação no setor de telefonia representava a possibilidade de oferecer serviços *triple play*, com transmissão de áudio, dados e imagem, com domínio nos mercados de telefonia, internet e televisão (Ibid., p.106). Mas, apesar de seu tímido apoio à Cristina Kirchner, a reeleição de um governo era algo que não agradava ao Grupo

²⁹ Empresa sueca acusada de superfaturar obras de dois gasodutos construídos na Argentina, além de pagar comissões ilegais a funcionários ligados ao presidente Néstor Kirchner, durante sua gestão presidencial (MOCHKOFISKY, 2011, p. 171).

³⁰ Durante a gestão do casal Kirchner, ambos foram acusados de manipular os dados econômicos, principalmente, sobre inflação.

³¹ Empresário venezuelano-americano que entrou na Argentina com quase 800.000 dólares em bilhetes sem declarar, em um avião privado onde viajavam funcionários do governo Kirchner, caso conhecido como *malegate* ou escândalo da mala. De acordo com Mochkofsky (2011), na época, os jornais apontaram que o dinheiro estava destino para a campanha de Cristina Kirchner, financiado pelo governo do presidente venezuelano Hugo Chávez, que chegou ao país dois dias depois do ocorrido, embora não haja provas que relacione essa informação.

(MOCHKOFISKY 2011, p.172)³², assim como a possibilidade de uma associação formal com o kirchnerismo - caso o empreendimento da Telecom ocorresse (MONTENEGRO, 2011, p. 107).

No final de seu mandato, Néstor Kirchner saiu do governo com 70% de aprovação pública, deixando convenientemente alguns assuntos do Grupo pendentes para o governo de Cristina, que assumiu a presidência em dezembro de 2007 com 45% dos votos (MOCHKOFISKY 2011, p.179).

O Grupo Clarín manteve-se ao lado do novo governo, mas não por muito tempo. A queda na imagem da presidente por conta da instabilidade no setor macroeconômico, mais um imposto sancionado que desagradou a elite agrária, marcariam a ruptura definitiva entre o kirchnerismo e o Grupo Clarín.

3.3 RESOLUÇÃO 125: A ESTRATÉGIA ECONÔMICA QUE RENDEU PREJUÍZOS À PRESIDENTE

Ao assumir a presidência, a senadora da nação Cristina Kirchner foi alertada por Martín Lousteau, seu ministro da economia, que as turbulências financeiras de 2007 poderiam agravar a economia mundial (MONTENEGRO, 2011, p.30). Para o ministro, se suas previsões estivessem corretas, 2009 seria um ano com baixa arrecadação tributária, o que resultaria em um déficit fiscal de difícil solução. Deveriam portanto tomar providências urgentes para preservar o superávit das contas fiscais para evitar uma recessão econômica que poderia ser desastrosa para o governo. Desse modo, Lousteau e o secretário de comércio, Guillermo Moreno, deram início a algumas alternativas como o cancelamento de subsídios no transporte, energia e gás, embora fossem insuficientes para cumprir com o objetivo principal.

Em quatro meses de gestão, a avaliação positiva da Cristina já havia caído de 56% para 26% (MOCHKOFISKY 2011, p.178). Para a autora, o motivo estava relacionado com problemas graves herdados da gestão anterior, e longe de serem solucionados como a “crise energética, inflação, manipulação dos índices oficiais, proximidade com o governo de Hugo Chávez e os escândalos de corrupção”. Pois

³² Na Argentina não é comum a reeleição à presidência. Apenas Juan Domingo Perón (1946 e 1952) e Carlos Menem (1989 e 1995) foram eleitos duas vezes.

além de eles comprometerem a credibilidade da presidente na esfera pública, afastava-a do único grupo de meios capaz de reverter sua situação.

Naquele momento, a exportação da soja estava em alta, favorecida pela diferença cambial entre o dólar e o peso argentino. Lousteau viu a oportunidade de incrementar a arrecadação e propôs um aumento de 12% nos grãos exportados, sob o discurso do incentivo indireto ao cultivo de cereais como o milho e o trigo. Porém, Cristina fez prevalecer a retenção criada por Moreno, que atribuía um acréscimo de 63,4%. Para dispensar reajustes periódicos, o valor variaria segundo a cotação do dólar (MONTENEGRO, 2011, p.36). O valor acima de 60% sem consulta prévia aos ruralistas causou um desconforto no ministro, que logo renunciou o seu cargo. Ele sabia que a medida tinha a capacidade para desencadear um mal estar com o setor agropecuário, o mesmo que havia apoiado Cristina rumo à presidência (Idem, p.33).

No dia 11 de março de 2008, a Resolução 125 - cuja origem veio de um plano econômico, foi anunciada pela presidência com o pretexto de um governo intolerante aos produtores que enriqueciam com a lucratividade da exportação pelos altos preços do mercado internacional. A ideia do combate à expansão do agronegócio e a *sojificação* das áreas agrícolas também tinham como propósito conquistar o apoio dos pequenos e médios produtores (GIARRACA e TEUBAL, 2008). Mas essa estratégia desatou um embate ideológico entre os que defendiam a descentralização do poder do Estado e os que acreditavam que ele não deveria se envolver em assuntos privados (SARLO, 2011, p.214), o qual o governo estava desafiando as entidades patronais da *Mesa de Enlace* que, dificilmente, aceitaria semelhante intervenção governamental.

Composta pela elite argentina, a Mesa incluía as principais empresas do agronegócio, como a *Confederación Intercooperativa Agropecuária* (CONINAGRO), *Federación Agrária Argentina* (FAA), *Sociedad Rural Argentina* (SRA) e as *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA). Sobre a escolha da presidente pela elite agrária, Sarlo (2011), esclarece que a decisão foi pela facilidade em aceder esses créditos, dispensando aprovar uma nova legislação ou mexer com outros segmentos de semelhante poder como os bancos ou as mineradoras. A autora ainda pondera que apesar de a ação ser “uma medida redistributiva e de controle inflacionário”, confrontar os ruralistas não foi uma manobra inteligente, pois desencadeou uma disputa política que atraiu o repúdio da sociedade urbana às decisões do Executivo:

[...] isso consolidou uma oportunidade para unir inimigos do governo, que deveriam ser encarados isoladamente; [...]. Finalmente, conseguiu o mais improvável, que os setores médios urbanos entendessem o conflito agrário como conflito democrático e institucional, traduzida pela oposição como um embate entre democracia versus autoritarismo [...], (p. 215, tradução nossa).

Em um primeiro momento, o conflito agrário teve uma manchete neutra na capa do diário Clarín, em contrapartida dos demais jornais. A pequena chamada de capa, localizada na margem superior direita, foi: “Mudam as retenções para conter os preços e arrecadar mais”³³. Para Montenegro (2011, p.38) esta é a evidência de que o Grupo mantinha a presidente Kirchner como aliada, mesmo que as versões oficiais do governo apresentassem argumentos questionáveis. Mas o cenário foi se modificando a medida que os protestos incrementavam.

Henkel e Morcillo (2013) afirmam que o governo sequer deu a oportunidade de escutar outras posições e vozes, o que talvez poderia ter mobilizado algum apoio de outros setores. Sem consultar previamente os grandes, médios ou pequenos produtores, o governo favoreceu o enquadramento de governo antidemocrático. O resultado foi 129 dias de greve e múltiplas manifestações e bloqueios nas estradas. Isso prejudicou o abastecimento de produtos básicos nos supermercados (LA NACIÓN, 2008), estimulando saques, depredações e uma intensa cobertura da imprensa. Em pouco tempo, diferentes setores do campo conseguiram disseminar a ideia de que o objetivo do governo era “meter a mão” no lucro dos agropecuaristas e financiar gastos públicos (MOCHKOFKY, 2011, p.180). Apesar de algumas tentativas de repressão por parte do governo, os ruralistas aumentaram seus custos de organização – no sentido mobilizar recursos para as ações coletivas desencadeadas por todo o país, o que lhes rendeu uma gradativa simpatia da sociedade e apoio da imprensa.

De acordo com Sartelli (2008), o problema do conflito agrário foi amplificado porque já havia um considerado grau de descontentamento político na população, e isso foi refletido em uma pesquisa de amostragem feita em fevereiro de 2009, que demonstrou que 52,4% dos entrevistados apoiavam os protestos³⁴. Com o correr dos dias, as manifestações se estenderam a toda sociedade, convertendo-se em uma nova edição dos protestos de 2001, as mesmas que levaram à renúncia do presidente

³³ A capa pode ser observada no site: <http://tapas.clarin.com/tapa.html#20080312>

³⁴ Pesquisa divulgada pela empresa de consultoria *Management y Fit - Opinión Pública*, na qual entrevistou 2046 pessoas de várias regiões da Argentina.

de la Rúa. O enquadramento naquela altura dos fatos tinha a causa agrária como “nobre”, contrapondo com uma presidente “autoritária”, “corrupta” e “incompetente” (MOCHKOFISKY, 2011, p.180, tradução nossa).

Mas o governo não estava disposto a modificar a Resolução 125, visto que tal ato representaria debilidade. Como medida paliativa, em junho a presidente anunciou o envio de um projeto de lei da Resolução 125 ao congresso, enquanto tramitava a criação de um fundo de desenvolvimento estatal para destinar o dinheiro extra das retenções à construção de escolas e hospitais (MONTENEGRO, 2011, p. 57). Mas já era tarde para a presidente Kirchner. A forte pressão popular somada ao desgaste midiático do caso, culminou na maior derrota política do casal Kirchner.

No dia 17 de julho, o vice-presidente da república, Julio Cobos, derrocou a Resolução 125 com seu inesperado voto de desempate. Com semelhante vitória da bancada ruralista, virtualmente o governo de Cristina Kirchner estava derrotado, a ponto de especulações sobre sua possível renúncia.

3.4 “¿QUÉ TE PASA CLARÍN, POR QUÉ ESTÁS TAN NERVIOSO?": O DESENLAÇE DO CONFRONTO POLÍTICO ENTRE GOVERNO E IMPRENSA

O confronto político entre o Grupo Clarín e Cristina Kirchner, estabelecido com a Resolução 125, nos leva a interpretar que esses acontecimentos juntos à crise já estabelecida no governo provocaram uma mudança no cenário político. Essa mudança ficou ainda mais nítida, após o distanciamento de importantes aliados da presidência. A crise apontou a vulnerabilidade do governo, que foi percebida pelo Grupo como uma oportunidade política para retirar seu apoio editorial, pois já não havia mais vantagem de ser o porta-voz do kirchnerismo. Uma vez oficializado o confronto político e com a sanção da *ley de medios*, a oportunidade se estendeu aos enquadramentos negativos emitidos pelo Grupo Clarín sobre o governo.

Quanto ao conceito de confronto político, ele advém da teoria da mobilização política ou processos políticos, definido por Tarrow (2009, p. 99) como resultado de uma luta política que oferece oportunidades ou restrições para revelar a vulnerabilidade dos oponentes quando os atores percebem uma ameaça sobre seus interesses e ações. Apesar de geralmente ser utilizado em estudos de ações coletivas,

os quais interpretam que pessoas comuns se aliam a pessoas influentes para unir forças e enfrentar as elites, autoridades ou opositores a partir de um enquadramento de injustiça (GAMSON, 2011, p.19), acreditamos que o conceito possa ser empregado para observar o confronto na própria elite, isto é, entre governo e imprensa. Pois, conforme Tarrow (2009, p.21) explicita:

O confronto não se limita aos movimentos sociais, embora seja a sua forma característica de interagir com outros atores. Algumas vezes, os grupos de interesse se engajam em desafios diretos, como fazem os partidos políticos, associações voluntárias e cidadãos comuns [...].

Mas além da fragilidade do governo em crise, haviam outros motivos que motivaram o Grupo Clarín a retirar seu apoio. Mignetto, por exemplo, tinha investimentos no setor agropecuário (MOCHKOFKY, 2011, p.186) e, junto com o La Nación, era o maior organizador da feira Expoagro (Ibid., p.184). Outra questão foi a pressão das ruas e o posicionamento crítico dos demais meios de comunicação, que destoavam das notícias até então neutras do Grupo. Isso colocou em questionamento sua “imparcialidade” jornalística.

Para complicar a situação, em junho de 2009, o kirchnerismo foi derrotado nas eleições governamentais em regiões que costumava ganhar (SIMÓN, 2013, p. 18). A perda da maioria parlamentar com a renovação do congresso evidenciou um governo debilitado, embora fosse aguardada alguma reação do kirchnerismo (MOCHKOFKY, 2011, p. 210). Mas o partido que apoiava a presidência se fragmentou, colocando em dúvida a credibilidade do governo Kirchner.

Enquanto os protestos da causa rural estouravam na Argentina, Néstor Kirchner tentou reforçar bases com Mignetto, reconhecendo a importância política desse ator para melhorar a imagem do governo. Mas o CEO esclareceu que não pretendia arriscar a credibilidade da empresa comprando a briga contra um importante segmento da sociedade que, ademais, tinha um forte apoio das massas. Mesmo pressentindo a “traição”, Kirchner não queria romper laços naquele momento (Id., 2011), pois tinha para Mignetto seu maior objeto de cobiça - a Telecom. Era a última cartada para reconquistar o apoio editorial para Cristina. Mas, Mignetto não concordou com as condições da proposta - que incluía gente do kirchnerismo na posse da empresa. Com esta divergência nos interesses, o posicionamento do GC foi de ser contra o governo, encabeçando o papel de porta-voz das maiorias e a tempo de

recuperar sua credibilidade com a audiência, que deixava cada vez mais explícita sua rejeição à Cristina Kirchner.

Apesar de o objetivo inicial de Magnetto e sua imprensa não estar diretamente relacionado com as demandas públicas, para a sociedade ao menos a presidente estava sendo desafiada pelo Grupo Clarín. O posicionamento adotado pelo Grupo era uma demonstração de solidariedade aos ruralistas, que estava reconhecendo a causa agropecuária como legítima. Estratégia que permitiu ao GC condensar-se na identidade social que se formava: a de uma nação que não aceitava intervenções autoritárias como aquela. Esta ação foi decisiva para a presidência determinar o Grupo Clarín como um traidor (LINS, 2009; MOCHKOFKY, 2011; MONTENEGRO, 2011; SARLO, 2011; SIMÓN, 2013), disparando, posteriormente, confrontações que desenvolveram uma polarização entre militantes pró-K e anti-K.

Desde então, anonimamente, começaram a surgir em eventos públicos cartazes com o escrito “*Clarín Miente*” ou “*TN: Todo Negativo*” – em referência ao canal de notícias TN do Grupo Clarín. Sobre esse aspecto, Sarlo (2011) destaca que entre as táticas escolhidas para demarcar sua “guerra midiática” com o Grupo, o próprio Néstor Kirchner questionou publicamente uma notícia veiculada por ele, a qual anunciava que o ex-presidente deveria recolher-se do exercício político após a humilhação eleitoral sofrida (PERFIL, 09/03/2008, tradução nossa). As provocações “*¿Qué te pasa Clarín?*”, “*¿Por qué estas tan nervioso Clarín?*”, oficializou o início do confronto político entre esses dois atores, nas palavras de Néstor Kirchner:

Escutando um meio de difusão, Clarín, onde me inteirei que havíamos sofrido uma forte derrota em Catamarca e que não devia ter ido [...]. Irei até o último povoado para apoiar este movimento transformador, porque nós não lucraremos, temos convicções [...]. O peronismo em Catamarca conseguiu manter sua porcentagem histórica e não é Clarín que está dizendo, porque ele não fala com a verdade. O que foi Clarín? [...]. Em Todo Noticias ou Tudo Negativo disseram que Cristina não deveria ir a Mendoza. Por que você está tão nervoso Clarín? Você usa o meio para informar e desinformar as pessoas, que já estão percebendo como são as circunstâncias. Para esse diário só o peronismo não deve continuar no governo [...]. Não queremos viver sob monopólios midiáticos [...] (Perfil, 2008, tradução nossa).

A mídia teve dois lugares destacados no contexto desse enfrentamento. No campo da produção informativa foi um importante mediador entre a sociedade e os atores que disputavam seus enquadramentos argumentativos na esfera pública. Como “recurso externo” – fator não desenvolvido diretamente dos organizadores da ação coletiva, Tarrow define os meios de comunicação de massa como um

instrumento para explorar e dramatizar o confronto (Tarrow, 2009, p.168), a imprensa foi apenas uma integrante no processo de espetacularização que a envolveu com o governo. Sobre a espetacularização no âmbito político, Gomes (2005) observa que “a política é um show, um espetáculo para consumo de espectadores, consumível na esfera de visibilidade pública”. Logo, se por um lado os membros do governo atacavam o Grupo com declarações insinuanças, na ausência de um fato jornalístico este também emitia anúncios com insinuações sobre a *ley de medios* ou frases extravagantes de Cristina e membros do governo que impactaram a esfera pública, conforme pode ser observado na figura 1:



Figura 1: Anúncio publicado no Clarín ironizando a ley de medios³⁵

Tal exposição pode ser interpretada como um desgaste à imagem de ambos os atores, que se tornaram alvo de anedotas por conta de seu comportamento ofensivo um para com o outro; em certas circunstâncias beiraram ao ridículo, colocando em questionamento sua credibilidade. Tanto que uma pesquisa quantitativa desenvolvida pela consultora *Management y Fit - Opinión Pública*, apontou que em

³⁵ Aqui o Grupo Clarín enfatiza que é independente do governo, mas não de seu público. Ele ironiza que se tem um ator que atenta à democracia e é corrupto, esse ator seria o próprio governo. Edição de 12-11-2012.

junho de 2012 39,1% dos entrevistados³⁶ não confiavam no Grupo Clarín ou governo Kirchner. Em novembro de 2010, o nível de desconfiança cresceu, pois a mesma pesquisa indicou que apenas 27,3% dos entrevistados confiavam nesses atores.

Sobre os ataques mútuos, a presidência foi quem mais teve visibilidade, como no caso Angola por exemplo. Em uma comitiva da presidência ao país africano, cujos habitantes da aldeia sequer usavam sapatos por sua extrema pobreza, um funcionário distribuiu meias com a logo “Clarín Miente”³⁷. Os “presentes” foram amplamente explorados e ironizados pelos meios de comunicação local, apontando que nessa guerra não havia limites, nem para o governo que se envolveu neste tipo de situação.

Tanto nas mídias do GC como nas do governo, suas ações tiveram espaço. O programa estatal 6,7,8, com sua proposta de “olhar a imprensa escrita e audiovisual com a perspectiva da crítica ideológica” (SARLO, 2011, p. 103), usou a televisão para atacar o Grupo Clarín, cujos conteúdos eram formulados “quase sempre por funcionários ou simpatizantes dos Kirchner” (MOCHKOFKY, 2011, p. 210, tradução nossa). Já o programa jornalístico-humorístico *Periodismo Para Todos*, conduzido por Jorge Lanata no *Canal 13*, do Grupo Clarín, também fez uso de sua audiência para criticar, satirizar e ironizar o governo de Cristina Kirchner.

De modo geral, o Grupo Clarín já compunha a imprensa de oposição, não sendo novidade o fato de ter investido em um jornalismo empenhado a cobrir os escândalos de corrupção e as ações kirchneristas relacionadas aos temas mais sensíveis à sociedade como a inflação, desemprego, insegurança, etc. Em contrapartida, a presidência iniciou suas medidas para desconcentrar as empresas de comunicação. Mas o problema delas é que, mais uma vez, estavam com a roupagem da “luta político-ideológica em benefício de todos”, quando na verdade seu propósito foi uma retaliação. Sobre as ações governamentais voltadas para as mídias como mecanismo de vingança, Sarlo (2011) esclarece:

Como sucedia com Kirchner, uma lei que poderia ter sido democrática e culturalmente interessante foi uma arma na sua luta cotidiana [...]. Kirchner foi antiliberal não em termos econômicos, mas sim no campo ideológico (p. 217, tradução nossa).

³⁶ Pesquisa contemplou uma amostragem de 1626 pessoas, entre uma população de 18 a 70 anos, entre os estados mais populosos da Argentina.

³⁷ Em uma missão oficial à Angola, um membro do comitê do governo Kirchner distribuiu meias para crianças pobres angolanas com a mensagem “Clarín Miente”. Tal manobra foi bastante discutida e alvo de chacota na imprensa (*La Nación*, 18/05/2012).

Conforme discutimos, não foi apenas com o kirchnerismo que o Grupo Clarín estabeleceu relações de poder para obter vantagens políticas e comerciais. A mesma estratégia também foi utilizada com outros governos que buscavam propaganda e estabilidade. Esse tipo de relação entre governo e imprensa foi preponderante para o Grupo aumentar sua capacidade de influência como meio de comunicação, consolidando-se em um importante ator político. Tanto que o próprio Néstor Kirchner o reconheceu como peça fundamental para consolidar sua linha política. Mas enquanto desfrutaram dos benefícios de um jornalismo chapa branca, esses mesmos governantes puderam ver seu aliado voltar-se contra eles, levando à reflexão sobre as formas de democracia e o papel do jornalismo quando o assunto é o poder.

Após a fragmentação da aliança com Cristina Kirchner, o GC foi confrontado com uma verdadeira ameaça, através da lei de regulamentação das mídias. Apesar de ser um importante passo para as demandas democráticas dos meios de comunicação, os riscos de o governo sair lesado eram previsíveis e grandes. Além disso, suas ações poderiam ser interpretadas como uma vingança, o que de fato tudo apontava para ser.

O confronto político entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín é interpretado por nós como uma oportunidade para a construção da agenda política voltada à democratização dos meios. Se foi exclusivamente uma boa prática de políticas públicas, uma prática de conveniência ou ambas, é o que discutiremos a seguir.

4 POLÍTICAS DE VINGANÇA: A JANELA DE OPORTUNIDADE QUE LEVOU À LEY DE MEDIOS

Uma vez configurada a divergência de interesses, estabelecido pelo confronto político entre o Grupo Clarín e Cristina Kirchner, a disputa simbólica pelo poder ficou mais evidenciada pelos enquadramentos argumentativos realizados por cada ator: liberdade de expressão *versus* democratização dos meios. Sob o ponto de vista do Grupo, o governo bom e promissor converteu-se em uma instituição corrupta e déspota, enquanto que para a presidência, a empresa de comunicação a serviço das demandas sociais tornou-se um oligopólio nocivo para a democracia.

Desse modo, o confronto se estendeu pela instrumentalização dos recursos que cada antagonista tinha para mobilizar e convencer a esfera pública. O governo, por exemplo, usou sua governabilidade para aprovar ações que atingissem o conglomerado onde mais lhe afligia: nos negócios (MOCHKOFISKY, 2011, p. 188), enquanto esse utilizou seus veículos de comunicação para denunciar, criticar e ridicularizar o governo.

A partir de uma reflexão sobre as medidas governamentais aprovadas pelo governo Kirchner para promover a democratização dos serviços comunicacionais, o conceito “janela de oportunidades” (KINGDON, 2003) contribui na análise dessas normas como um subproduto do confronto entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín.

Considera, ainda, que tal abertura foi utilizada para apresentar ao público uma proposta de *agenda building* ou construção de agenda política (COBB, ROSS e ROSS, 1976), considerando a necessidade do governo de ter o apoio público para investir seu ataque ao Grupo Clarín. Sobre o conceito de construção de agenda, nós abordaremos tais medidas governamentais na perspectiva da construção da agenda política pois, apesar de a regularização e democratização dos meios ser uma demanda antiga de grupos minoritários, a pressão não veio de uma agenda pública e sim de uma agenda governamental.

Kingdon explica a janela de oportunidade como uma brecha surgida a partir de alterações ocorridas no meio político. Tais mudanças acompanhadas por um problema significativo têm capacidade de estruturar a agenda política, “pois os defensores de uma proposta podem empurrar suas soluções para problemas específicos” (2003, p.165, tradução própria). Desse modo, o autor interpreta uma

agenda como “uma lista de temas ou problemas que têm atenção dos membros do governo e/ou pessoas estreitamente associadas durante um determinado momento” (KINGDON, 2003, p. 3, tradução nossa). Essas transformações apontadas por Kingdon podem estar relacionadas com crises ou rupturas na esfera política, demandando mudanças no seu *status quo*. Analisando o cenário argentino, é possível identificar a partir da crise com o setor agrário uma mudança no contexto político do kirchnerismo. Depois da ruptura de Cristina Kirchner com o Grupo Clarín, a situação da presidência foi tornando-se difícil. Isso configurou um campo fértil na agenda do governo para priorizar um problema (concentração de meios), cuja solução (regulamentação midiática) seria a forma de impulsionar um processo de retaliação ao Grupo. Com esse esquema problema-solução, o kirchnerismo aumentou as chances de aceitabilidade pública.

Contudo, para que uma política pública tenha maior probabilidade de ser aceita na agenda e pela população, é importante que ela esteja associada a três fluxos de um processo denominado *coupling*, o qual Kingdon define como: fluxo de problemas, fluxo de soluções e fluxo político. O primeiro está relacionado às crises, o segundo à viabilidade de soluções para a crise e o terceiro aponta fatores que impulsionam a criação de uma agenda política, entre elas o humor nacional, as forças políticas e a mudança no governo (2003, p. 172).

A figura 2 mostra um esquema cujos três fluxos influenciam na abertura da janela de oportunidades:

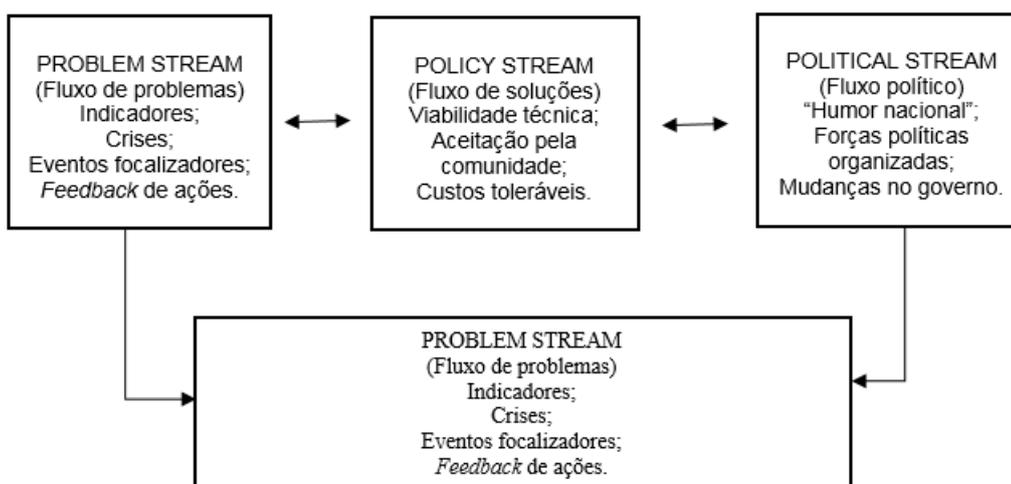


Figura 2: Esquema de múltiplos fluxos de Kingdon³⁸

³⁸ Adaptação feita a partir do esquema de CAPELLA (2005, p.13).

Analisando os três fluxos no contexto argentino, o fluxo de problema tem como indicador a instabilidade gerada sobre a presidência após a Resolução 125 que, posteriormente, foi intensificada pela ruptura com o Grupo Clarín. Esse período de vulnerabilidade indica que o fluxo de soluções viabilizado por Cristina Kirchner vinha de uma proposta de construção de agenda, cuja finalidade era afetar os interesses comerciais de seu rival. Já na esfera do fluxo político, o humor nacional poderia estar favorável para a criação dessas normas, cujas forças políticas concentravam-se no próprio governo com a ajuda de grupos minoritários que já discutiam a necessidade de regulamentar e pluralizar as vozes nos meios de comunicação. As mudanças no governo seriam impulsionadas com o resultado da implementação desses serviços, que poderiam ajudar na recuperação da imagem da presidente.

Mas nesse processo, tais reformas não poderiam ser interpretadas pelo público como uma retaliação, pois essa percepção seria ainda mais desastrosa para a imagem de Cristina Kirchner. Assim, a estratégia seria categorizar a questão da concentração de mídias como uma política pública necessária de ser solucionada, “pois as categorias definem nossas formas de olhar para os problemas” (KINGDON, 2003, p. 113). Portanto, as medidas governamentais não têm outro sentido se não o do argumento de uma *agenda building*, organizada a partir de uma janela de oportunidades.

Entretanto, o governo carecia de uma grande mobilização em torno desse tema para que houvesse uma maior aceitação do público. Desse modo, o *mobilization model* ou modelo de mobilização seria o exemplo mais apropriado para “realçar o status de uma agenda política como algo interessante e necessário para se implementar” (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 132, tradução nossa). Sobre a criação de um problema que evidencia a contradição das políticas kirchneristas, Sarlo (2011) ressalta:

Quando cortou relações com *Clarín*, Kirchner quis que a briga fosse interpretada em termos de um combate contra os monopólios [...]. Entretanto, antes ele não tinha problemas em realizar concessões a Magnetto³⁹. A ideia que teve sobre o poder foi hostil à liberdade de imprensa. Mas nem sempre ele foi hostil ao capitalismo concentrado (p. 217, tradução nossa).

³⁹ Héctor Horacio Magnetto é o diretor executivo do Grupo Clarín e proprietário de 35,335% das ações da empresa, seguido pela herdeira Ernestina Herrera com seus 35,555% (GRUPO CLARÍN).

Outro aspecto a ser considerado na estratégia de mobilização em torno de um assunto, é o papel do presidente. Quando ele considera um assunto prioritário, é comum que os demais envolvidos também o façam. Nesse sentido, o presidente tem posição de destaque no processo de construção de agenda, porque ele tem acesso aos recursos institucionais (KINGDON, 2003, p. 25). Também, porque ocupa o principal cargo de decisão política, com capacidade de estruturar a organização do Poder Executivo, podendo captar a atenção do público - que pode ser convertida em pressão. Cristina Kirchner foi a porta-voz das declarações que enquadravam o Grupo Clarín como monopólio, como uma corporação perversa que mentia e que atentava à democracia. Não é possível afirmar que suas declarações aumentaram um posicionamento anti-Clarín na esfera pública, mas é presumível que o impacto dos enquadres feitos de um presidente a uma empresa seja grande e mobilizador, especialmente se essa construção é feita de forma agressiva e negativa.

Para discutir a capacidade de manipular os valores predominantes de um assunto, para ratificar, vetar, interpretar ou dar sentidos para uma agenda política, Nieburg (1969) destaca:

Quem é favorecido pela lei, nas suas relações de barganha, buscará manter uma doutrina de legalidade; sustentará o cumprimento automático da “carta da lei”, tratando de sustentar algumas leis com outras novas que estreitam ou fecham a abertura de ponderação futura⁴⁰.

Apesar de as janelas de oportunidade serem processos passageiros, ocorrendo na forma programada ou imprevisivelmente, Kingdon destaca que quando “elas se abrem os defensores devem aproveitá-las para alterar o processo de política públicas das instituições, de acordo aos seus interesses” (KINGDON. 2003, p. 175, tradução própria). Logo, é possível observar que Cristina Kirchner soube aproveitar a janela aberta, enquadrando a concentração dos meios como um combate, uma luta política. A partir de então, suas principais ações contra os conglomerados, mas que atingiram o Grupo em especial, incluíram a transmissão gratuita dos jogos de futebol, a estatização do *Papel Prensa* e, finalmente, a *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*.

Como resultado, conseguiu apoio de intelectuais, artistas, jornalistas, profissionais da área da educação, cultura, artes, literatura, ou seja, “dos participantes

⁴⁰ (NIEBURG apud COBB e ELDER, 1971, p. 902, tradução nossa).

sem posições formais no governo, que incluem um grupo de interesse capaz de afetar a agenda política” (KINGDON, 2003, p. 45). Isto é, “uma massa crítica, minoritária, mas significativa que apoiava seu discurso contra o poder excessivo de Clarín e estavam de acordo em diminuí-lo” (MOCHKOFISKY, 2011, p.190).

Na perspectiva de Montenegro (2011), os dois maiores triunfos contra o GC foram a perda de credibilidade com a audiência e o impedimento de sua expansão:

Por um lado, desferiu um golpe inédito à credibilidade de *Clarín*, cujos conteúdos eram vistos por uma grande maioria – sem questionamentos – como “a realidade”. Com o conflito se transformou em um meio opositor, que misturou sem sutilezas as notícias com as operações para salvaguardar seus negócios próprios. E assim foi entendido por boa parte da opinião pública [...]. Por outro, por primeira vez, conseguiu frear a irresistível expansão do Grupo, que nos últimos anos investiu U\$ 800 milhões no anel de fibra ótica das empresas Fibertel-Cablevisión com o objetivo de disparar no mercado das telecomunicações, integrando os três serviços (banda larga, TV e telefonia), em melhores condições que seus concorrentes (p. 109, tradução nossa).

O uso da retaliação ao Grupo Clarín como processo de agenda building estava funcionando, ao menos para uma possível restituição de seu poder.

4.1 O FUTEBOL QUE TORNOU-SE PARA TODOS

Desde 1991, os jogos da primeira divisão da *Asociación de Fútbol Argentino* (AFA) eram transmitidos televisivamente pela empresa *Televisión Satelital Codificada* (TSC) - integrada pelo Grupo Clarín e *Torneos y Competencias* (LINS, 2009, p.12). A questão disso era o acesso limitado de certas partidas de futebol, cujo conteúdo gravado não poderia ser retransmitido por outros sinais, até sua emissão na TV a cabo ou pelo sistema pay-per-view.

Porém, como parte da estratégia presidencial pela democratização dos serviços audiovisuais, o contrato de exclusividade com o Grupo Clarín é rescindido após 18 anos de antiguidade. Mochkofsky aponta que a manobra custou caro ao Grupo, pois a ruptura no acordo fixou uma perda de 12 milhões de pesos por dia ou 2.280 milhões para os cinco anos que faltavam para terminar o contrato (2011, p.189).

Desse modo, em 11 de agosto de 2009, o governo Kirchner fechou um acordo de 10 anos com a AFA para que os jogos fossem transmitidos no canal 7 da *TV Pública*. Nasce então, o projeto “*Fútbol Para Todos*”, cujo valor pago pelo governo

equivaleu a 600 milhões de pesos ao ano (MONTENEGRO, 2011, p. 108), contra os 268 milhões de pesos que o GC pagava à associação.

Se por um lado o programa teve apoio de figuras públicas, por outro ele foi amplamente criticado, especialmente por jornais como o Clarín e o La Nación que argumentavam os gastos excessivos que a presidência fazia em publicidades institucionais, sendo que o país tinha outras prioridades em sua agenda política (LA NACIÓN, 2010).

Era certo que os direitos de transmissão do futebol reforçavam a posição dominante e anticompetitiva do Grupo Clarín. Mas uma vez instituída a transmissão gratuita de um esporte popular entre os argentinos, o programa converteu-se um aparelho de propaganda ideológica do governo:

A experiência começou diretamente naqueles meios que estavam em poder do Estado. Converteram-nos em órgãos do governo, sem matizes nem dissimulação. *Fútbol para Todos* completou a estratégia que, em nome do direito à informação, estabeleceu uma cabeceira de ponte da propaganda oficialista” (SARLO, 2011, p. 221, tradução nossa).

Para a autora, as transmissões de futebol abandonaram sua função instrumental do governo para adquirir uma consistência de paródia, pois havia um abismo entre o discurso apresentado pelo governo com a realidade de suas ações.

4.2 PAPEL PRENSA: O DISCURSO DA RELAÇÃO COM O REGIME MILITAR E A CONFIGURAÇÃO DO OLIGOPÓLIO NA IMPRENSA GRÁFICA

Outro motivo de disputa entre o governo Kirchner e o Grupo Clarín foi o controle da produção de papel celulose destinada à imprensa escrita, realizada pela empresa *Papel Prensa*. O mercado, dominado por essa organização, estava sob o poder de grupos concentrados, os quais os maiores acionistas eram os jornais Clarín/La Razón (47%) e La Nación (22%), seguidos pelo governo (27%), cujas demais ações estavam pulverizadas entre pequenos acionistas (LINS, 2009, p. 8). O embate também implicava o processo de aquisição da *Papel Prensa*, feita durante o regime militar, evento este que anos mais tarde alimentaria a luta pelos direitos humanos à imagem do casal Kirchner.

O ponto de partida presidencial centrava-se, portanto, em duas questões: a primeira referia-se às declarações de Lidia Papaleo sobre as ameaças de morte feitas a ela e a sua filha para que assinasse a venda da *Papel Prensa*; a segunda, pelo controle concentrado do mercado de produção do papel diário (MOCHKOFSKY, 2011, p.74), que fazia parte do combate aos monopólios.

A estrutura argumentativa em torno da *Papel Prensa* começa em torno de um acidente aéreo que tirou a vida de David Graiver Gitnacht - na época proprietário da *Papel Prensa*. Após o episódio, Lidia, sua esposa, retornou para a Argentina com sua filha recém nascida, justo em um momento cujo o país estava sob o poder do maior repressor da época, o general Jorge Rafael Videla (1976-1981) – que, após um golpe, destituiu a presidente Isabel Martínez de Perón (1974-1976).

De acordo com as declarações de Lidia Papaleo, realizadas depois da redemocratização do país, em dois de novembro de 1976, ela teria sido coagida a assinar a venda da empresa herdada, sob ameaça de morte pelo próprio Héctor Magnetto, embora este tenha negado veemente que jamais fez qualquer ameaça à viúva⁴¹.

Os relatos de Papaleo envolvendo o Grupo Clarín e atribuídos a um momento crítico da história argentina foram explorados por jornalistas próximos ao governo, que reforçaram o argumento de que a luta de Cristina Kirchner contra o Grupo era legítima, já que este possuía uma relação com a ditadura militar. Isso impulsionou a presidência a criar uma *Comisión sobre la verdad sobre Papel Prensa*, sob o decreto nº 1210, em agosto de 2010 (CASA ROSADA, 2010) que, entre outras determinações, acusou Magnetto de ter cometido um crime de lesa humanidade. Não obstante, associou os filhos adotados por Ernestina Herrera - acionista majoritária do conglomerado, aos filhos dos militantes desaparecidos, aproximando-se da causa das *Madres e Abuelas de La Palya de Mayo*⁴², eventos esses que só serviram para alimentar a guerra entre governo e mídia. Mas tanto Clarín como La Nación refutaram publicamente as acusações vindas do governo, colocando em prática uma operação de autodefesa que reuniu documentos e testemunhas, além de advogados e escritôres

⁴¹ Lidia Papaleo, assim como familiares e funcionários de Graiver, foram levados a campos clandestinos, os quais foram “torturados selvagememente, enquanto Lidia foi violentada reiteradas vezes” (MOCHKOFSKY, 2011, p.77).

⁴² Agrupação de mães e avós que lutam para desvendar o desaparecimento de seus filhos opositores ao regime militar (1976-1980). O destino dos filhos das mulheres grávidas, que foram sequestradas, também faz parte de sua reivindicação.

(MOCHKOFISKY, 2011, p.193). Mas, ainda estava a questão do suprimento de papel celulose destinado à mídia impressa, o qual 95% do mercado era controlado pela *Papel Prensa* (LINS, 2009, p. 8).

A configuração societária entre Clarín e La Nación após a compra do La Razón pelo Grupo Clarín nos anos oitenta, verticalizou a distribuição de papel no país, pois só a *Papel Prensa* produz 75% do que é consumido (NEPOMUCENO, 2011). Considerando que 70% de sua produção é destinada às edições dos próprios acionistas (LINS, 2009, p.8), esse modelo claramente inibe a competitividade do mercado. Daí, surge em 2011 o projeto de lei n. 26.736, com o propósito de estatizar a empresa de papel diário.

Os principais meios de comunicação argentinos, especialmente as maiores empresas Grupo Clarín e La Nación, apontaram a medida como uma forma de controle da imprensa, opinião esta compartilhada e amplamente difundida pela mídia brasileira. Se bem é um risco destinar ao governo o controle da produção do papel imprensa, manter tal domínio na mão de pequenos grupos tampouco oferece garantias significativas à liberdade de expressão. No caso da *Papel Prensa*, as demais empresas que necessitassem do papel para a produção de seus jornais e revistas estavam limitadas à importação desse insumo, cujos custos elevados limitariam a participação de um número maior de meios nesse tipo de segmento.

4.3 LEY DE MEDIOS: A NORMA QUE DEFLAGROU O CONFLITO POLÍTICO ARGENTINO

A *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* n. 26.522 é interpretada aqui como a medida kirchnerista mais relevante no processo de criação de políticas públicas da presidência argentina. Embora ela não tenha sido uma questão de princípios, mas de métodos colocados a serviço das necessidades do momento (SARLO, 2011, p. 217-219), o emblemático debate sobre a regulamentação e democratização de acesso aos meios, teve um importante impacto nacional, com relevância no contexto latino-americano. Assim, ela pode ser considerada a ação mais audaz do confronto político entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín (MONTENEGRO, 2011, p. 109).

Conforme discutido no capítulo anterior, o Grupo é um importante ator político na esfera argentina e internacional, dominando o mercado de mídias conquistado por sua relação de conveniência com o poder político, que permitiu sua expansão e consolidação. Tanto que a dimensão de seus negócios acumulados impulsionou a uma reconfiguração estrutural da empresa, para converter-se no que hoje é o Grupo Clarín: AGEA (diário Clarín, Olé, La Razón e Muy), Artear (Canal 13, TN e Volver), Artes Gráficas Rioplatenses (plata impressora), Radio Mitre (AM 80 e FM 100), Multicanal, Telered Imagen (TV codificada, TyC Deportes, Adtime, TyC Uruguay e Telered Deportes do Chile), Revista Elle, Auditel e Buenos Aires Televisión, PRIMA (Cablevisión e Fibertel – serviços de intrnet), CIMECO (La Voz del Interior e Los Andes de Mendoza, jornais do interior argentino comprados em sociedade com o La Nación); participação em produtoras de televisão, cinema e 51% de galaxy Entertainment Argentina, de televisão satelital, entre outras companhias (MOCHKOFISKY, 2011, p.114-115)⁴³.

Para se ter uma ideia sobre o que ele representa, junto com outros três importantes grupos midiáticos na América Latina - Organizações Globo (Brasil), Grupo Televisa (México) e Grupo Cisneros (Venezuela), possui 60% do faturamento total dos mercados latino-americanos (MASTRINI e BECERRA, 2003). Sozinha, a corporação argentina controla mais de 60% da receita publicitária em seus jornais impressos e pouco mais de 50% do mercado de televisão por assinatura. Na TV aberta, sua emissora *El Trece* alterna a liderança com a emissora *Telefé* e no mercado de radiodifusão sonora controla 50% do *share*⁴⁴ na AM e 12% na FM (LINS, p. 6, 2009). Tal concentração nos meios unificou a publicidade em veículos líderes, fomentando a baixa oferta de programação cultural local, entre outros problemas, o que torna indiscutível a importância e a urgência de normas que regularizem a concessão das licenças audiovisuais.

Promulgada e sancionada em 10 de outubro de 2009, além de comprometer-se com a quebra do monopólio nas comunicações, a lei prezava justamente a regulamentação das concessões de licença para o fomento do pluralismo de vozes incluindo a programação e a transmissão de conteúdos locais - medidas que atingiam diretamente o Grupo Clarín. Entre as normas regulatórias de maior destaque estão as

43 Incluindo dados informados na homepage do Grupo Clarín.

44 Corresponde à porcentagem de audiência de um programa com relação à audiência do total do veículo (rádio) para um mesmo período.

do artigo 41, 45, 48 e 161, os quais estabelecem respectivamente a intransferibilidade das licenças, o número de concessões permitidas, o controle de práticas concentradoras e o prazo de adequação (AFSCA, 2013)⁴⁵. Para o GC a lei estaria vigente, exceto por esses quatro artigos que mais tarde seriam contestados na justiça como inconstitucionais pelo Grupo, que foi aos tribunais pedir uma medida cautelar para que os artigos 45 e 161, especificamente, fossem julgados.

O ponto crítico desses dois artigos é que o Grupo tinha em seu poder 240 licenças de TV aberta, a cabo e rádio, mas uma vez que eles fossem julgados constitucionais, ele poderia ter até 24, reduzindo a 35% sua participação e cobertura nos diferentes seguimentos no mercado nacional⁴⁶. Outra questão dos artigos 45 e 161 refere-se ao impedimento das empresas terem licenças de TV aberta e a cabo em uma mesma cidade, razão de maior lucratividade do Grupo (LINS, p. 9, 2009).

O prazo inicial que estipulava a aplicação da lei tinha como data o dia sete de dezembro de 2012 – cuja sigla 7D foi um símbolo da luta kirchnerista para que os artigos fossem julgados constitucionais, encerrando a medida cautelar do Grupo. Logo, a performance que permeou esse intervalo foi semelhante à desenvolvida no embate com o setor agropecuário, denominado por Sarlo como “conversão de um conflito em causa abertamente ideológica” (2011, p.216, tradução nossa), cujo enquadramento argumentativo presidencial fomentava a discussão de que os grupos de mídia eram “corporações” ricas e poderosas.

Novamente, o governo estava impingindo para um cenário dicotômico rumo à polarização do país, entre os apoiadores das corporações e os que estavam do lado da democracia. Nessa linha de pensamento, Mangone em seu prólogo na obra de Henkel e Morcillo (2013, p.9), destaca que a *ley de medios*:

[...] foi a de maior protagonismo temático dos meios massivos de comunicação na agenda pública, seja pelo oportunismo político proporcionado pelo conflito com a elite do campo, seja pela oportunidade histórica para substituir o decreto-lei da ditadura militar que regia a radiodifusão em nosso país, tradução nossa).

A mobilização em torno dessa discussão, colocou o confronto político em evidência. O governo intensificou sua campanha sobre a perversidade⁴⁷ da

⁴⁵ Informação extraída da homepage da *Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual* (AFSCA), Presidencia de la Nación Argentina

⁴⁶ Jornal Clarín, edição 28-11-2012, seção El País, página 9.

⁴⁷ A disputa sobre o legislativo entre Grupo Clarín e Governo Kirchner foi desencadeado, após a

concentração de propriedade de mídias, apelando para uma intervenção social, ao passo que o Grupo usava seus meios para mostrar a dramaticidade e loucura instalados nos discursos e ações de sua presidente. A eloquência discutida pelo Grupo teve um conveniente apoio de grandes empresas midiáticas latinas, que defenderam a medida governamental como fruto de despotismo e censura. Em contraposição, a mesma lei foi elogiada e colocada como um exemplo a seguir por vários organismos internacionais, incluindo as Nações Unidas (ONU)⁴⁸. A seu modo, a estratégia do governo estava dando resultados. Sobre isso, Mochkofsky comenta:

[...] o conflito com os meios ficou instalado em termos ideológicos e políticos, com a imprensa ocupando o papel de oposição e não de instituição independente; o diálogo ocorreria no nível das cúpulas das empresas de meios, não entre os jornalistas assalariados, o que parecia simplificar e fazer mais eficiente a relação, tal como queria Néstor Kirchner desde um princípio [...] (2011, p. 157, tradução nossa).

Após quatro anos de mobilizações em busca de uma justificativa para dar legitimidade a seus argumentos, com briga na justiça e acusações que recaíram na imagem do governo - acerca de sua pressão exercida nos juízes que julgariam a sentença da inconstitucionalidade alegada pelo Grupo Clarín, no dia 29 de outubro de 2013, a Corte Suprema declarou constitucional a *ley de medios*, firmando a vitória do governo na sua batalha contra o Grupo Clarín, e determinando um avanço na discussão do tema na América Latina. Embora o Grupo tenha afirmado que irá recorrer nos tribunais internacionais, anunciando que o fim da guerra ainda não ocorreu.

4.4 LEY DE MEDIOS: ASPECTOS E PONTOS DE VISTA

Fazendo uma breve avaliação dos pontos positivos e negativos da lei argentina, Lins (2009, p.29-30) destaca alguns aspectos. Entre os positivos: 1. Marco legal relativamente independente da tecnologia; 2. Simplificação nos processos administrativos; 3. Limitação da concentração sem dificultar as atividades empresariais, estimuladas por um mercado competitivo e equilibrado. Os negativos

presidência lançar no intervalo da transmissão do programa *Fútbol para Todos* uma série de publicidades dizendo que o Grupo Clarín era um monopólio e que no dia 7D perderia suas licenças. Para mais, acessar: <http://goo.gl/DoPuFa>

⁴⁸ Informação divulgada no site das Nações Unidas no Brasil, publicada no dia 18/12/12.

referem-se: 1. Mecanismos de controle por parte do Estado, centrado nos critérios do processo licitatório que, na opinião do autor, são subjetivos; 2. Insegurança administrativa pela implicação do Estado em contratos particulares; 3. Pressão exercida pelo governo no sentido de induzir situações de autocensura, ao determinar a fiscalização sobre aquilo que considera uma ofensa aos princípios constitucionais.

Entre as metas que a lei argentina estipula está a regularização das concessões - que atualmente, não devem superar os 10 anos. Ou seja, é possível que a empresa renove sua licença, mas apenas uma vez e, de acordo com a norma, ela deve ser monitorada para a avaliação da qualidade das atividades prestadas. Entre os requisitos de qualidade para uma nova licença estão: o pluralismo de vozes, ética, informações de interesse público, garantia de produção local em todo o território argentino, etc. (ARGENTINA, 2010). Também inclui a reserva de 33% em todas as bandas terrestres de radiodifusão sonora e televisiva para os meios sem fins lucrativos, como os administrados por civis, fundações, cooperativas, sindicatos, entre outros. Quanto à fiscalização que impede a concentração de meios audiovisuais, estabelece um limite de 10 licenças de rádio e/ou televisão aberta por prestador ou 24 para serviços contratados, os quais não devem superar mais que 35% da audiência nacional, sendo o teto de participação estrangeira de até 30% (LINS, 2009). Além disso, especifica que dentro de uma mesma região não pode haver mais que três licenças, das quais uma para rádio AM, duas para FM e um canal aberto ou a cabo. A lei ainda reserva uma frequência de rádio AM e FM e televisão aos povos originários nos locais onde estão assentados (BURCH, 2013). Também estipula que os meios estatais devem ser públicos e não governamentais, cuja programação deve promover variedade informativa, educacional, cultural e de entretenimento.

Para Simón (2013), o projeto de lei careceu de tempo para debates mais aprofundados, ferindo a constituição - se forem consideradas as irregularidades nos seguimentos de sua sanção e promulgação. Enfatiza que seu propósito esteve longe da democratização das mídias, consistindo em uma publicidade oficialista para atacar o Grupo Clarín.

Nesse sentido, Sarlo (2011), também compartilha tal ideia, ressaltando que os princípios de pluralidade de vozes e representação de minorias e povos originários estão limitados ao serviço instrumental do *kirchnerismo*, pois os verdadeiros interesses estão no entorno particular do governo, o que considera grave.

Henkel e Morcillo (2013) afirmam que em momento algum a norma impulsionada pelo governo respondeu à pressão vinda da mobilização popular em torno da comunicação - que há anos desenvolve esse debate, mas sim, de uma disputa de interesses do governo.

Por outro lado, o Fórum Argentino de Rádios Comunitárias (FARCO), através da *Coalición por una Radiodifusión Democrática*, esclarece que o projeto de lei enviado ao congresso foi escrito pelo povo. E nenhuma lei foi tão estudada, analisada e discutida como a atual, cujo processo de elaboração teve início em 2004. Entretanto, reconhece que há vários aspectos a serem implementados, como a legalização de rádios que já estão funcionando sem ter obtido o reconhecimento legal e a implementação de um fundo de meios comunitários, indígenas, nas regiões fronteiriças, etc. O órgão ainda pondera que desde a sua criação, as normas da lei que visam a pluralidade de vozes estão sendo descumpridas, exemplificadas na falta do reconhecimento jurídico e a legalização dos meios comunitários, alternativos e populares, que há anos está sem soluções concretas; a entrega de licenças sem a realização das reservas do 33% que, pela nova lei, deveria ser destinada às entidades sem fins lucrativos: E conclui:

Diante da falta de respostas para os meios Comunitários, Alternativos e Populares, a *Red Nacional de Medios Alternativos* continua denunciando as ações dilatórias do Governo e a falta de políticas do Estado para a inclusão no marco legal deste setor historicamente prejudicado (p. 206, tradução nossa).

Com base aos temas apresentados, concluímos neste capítulo que apesar das medidas voltadas à democratização dos meios terem composto um plano de ação para vingar-se do Grupo Clarín, a janela de oportunidade para o governo fomentou a construção de uma agenda cujas políticas foram relevantes para o cenário latino-americano, onde se concentram oligopólios de mídia. Apesar de esse não ter sido o plano inicial, pode-se observar que o confronto político entre Cristina Kirchner e o Grupo Clarín criou um movimento nas agendas que, no caso da não ruptura de aliança, provavelmente não teria trazido à esfera pública esse tipo de debate.

Também, demonstra que a ruptura nas elites políticas pode apontar a vulnerabilidade dos oponentes, sendo uma oportunidade política para movimentar reivindicações e alinhar aliados, tema este que será abordado no capítulo seguinte.

5 DOS MAGISTRADOS AO POVO: A OPORTUNIDADE POLÍTICA PARA AS MANIFESTAÇÕES CONTRA CRISTINA KICHNER

5.1 A INJUSTIÇA CONTRA A JUSTIÇA: MAGISTRADOS EM MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO KIRCHNER

Os três meses que antecederam a data em que se julgaria a constitucionalidade da *ley de medios* foram tempos conflituos para os dois atores.

A primeira linha de conflito desatou em setembro de 2012, quando o governo veiculou publicidades criticando os monopólios de mídia nos intervalos do programa *Fútbol para Todos*⁴⁹, na TV Pública. Nelas o Grupo Clarín era enquadrado como o principal representante dos oligopólios argentinos. O mesmo mês dedicou espaços nas edições do jornal Clarín para acusar o governo de uso impróprio do recurso público para fazer política e atacar o Grupo⁵⁰. Em seguida, seu discurso focou na cobertura das supostas injustiças praticadas pelo governo com os juristas e camaristas que julgariam a inconstitucionalidade da *ley de medios*, que aqui denominamos de “conflito com o legislativo”. Sobre as estratégias de enquadramento utilizadas com o argumento da injustiça, Gamson diz:

O discurso da mídia coloca a injustiça experimentada em contexto, fazendo dela um caso especial de uma ampla injustiça. O recurso da experiência vivida concretiza a injustiça. Os recursos da mídia generalizam a experiência vivida, tornando-a compartilhada e coletiva (2011, p.221).

O alvo das críticas ao governo intensificou quando em outubro houve a tentativa de impor a juíza Maria Gagliardi no Conselho da Magistratura, para que fizesse parte do julgamento dos dois artigos da *ley de medios*. O problema é que Gagliardi era alinhada ao kirchnerismo e não possuía as habilidades requisitadas para o cargo, o que resultou na sua não classificação. Mas, uma revisão no processo a elevou de posição. Mas sua classificação só seria concretizada através de uma votação entre os membros do Conselho. Por cinco votos da oposição, a juíza não foi

⁴⁹ Para mais, acessar: <http://goo.gl/trQUEb>

⁵⁰ Na edição de 23-09-12, o jornal Clarín publica a manchete de capa “Ameaça direta do governo contra os meios do Grupo Clarín”.

admitida e, três dias depois, o governo fez uma nova tentativa para reverter a decisão. Tal articulação gerou vários questionamentos. As coberturas jornalísticas do Grupo passam a problematizar uma suposta opressão do governo sobre a justiça que tratava do “*caso ley de medios*”, explorando o discurso de que o governo não media esforços para vingar-se contra o Grupo Clarín.

Diante desses eventos, surgiram as primeiras manifestações de repúdio ao governo entre os membros da oposição que compunham o judiciário. Isso deflagrou uma nova disputa entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín, mas agora, sobre o legislativo.

Como o concurso ficou sob a investigação da justiça, foram designados dois juízes temporários para cobrir o caso. Um deles, Raúl Tettamanti, renunciou ao cargo, alegando sofrer pressão e violência moral por parte do ministro da justiça, Julio Alak. Como substituto de Tettamanti, a Câmara Civil designou o juiz Roberto Torti, recusado pelo ministro Alak por este ter opinado a favor do Grupo Clarín em algum momento. No dia 10 de outubro, em cadeia nacional, a presidente denunciou a justiça por frustrar o funcionamento do Conselho da Magistratura, endossando novas manifestações e críticas sobre a tentativa de manipular o judiciário.

O ministro da justiça, solicitou então a intervenção da Corte Suprema. Mas o pedido foi negado sob a justificativa de que não caberia a ela mediar uma crise no Conselho. Para substituir Torti, Cristina conseguiu a nomeação de um juiz aliado, Horacio Afonso que, embora não fosse concursado, teria a exclusividade de assumir o cargo de forma fixa, enquanto realizou algumas acusações e afastamentos entre juristas da oposição. Nesse ínterim, mais dois camaristas renunciaram ao cargo, alegando novos ataques e pressões da presidência. O ápice desse confronto foi quando o governo pediu na corte o *per saltum*⁵¹ de apelação, para assegurar que a causa sobre a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 161 fosse tomada pela corte.

Tais eventos são importantes, porque eles impulsionaram um verdadeiro arsenal noticioso⁵² no jornal Clarín, fazendo circular no espaço público as manobras do governo que, de certa forma, descaracterizavam o debate em torno da *ley de*

⁵¹ O *per saltum* é um recurso que permite à Corte Suprema julgar causas de notória gravidade institucional sem passar por instâncias inferiores (Clarín, 15-11-2012).

⁵² O número de publicações que envolvia a *ley de medios* com as ações do governo no judiciário, repúdio de entidades e atos contra o governo, renderam 95 matérias, ou seja, 64% de todo o conteúdo analisado.

medios. As campanhas governamentais acerca da descentralização de mídias⁵³ foram “convertidas em encarnações eternas do bem geral”, (SARLO, 2011, p.226). Por outro lado, através do Clarín, foram apontados aspectos negativos do principal articulador da lei: mentiras, autoritarismo, desafio à justiça, os quais são ponderados por Sarlo (Id.) como um fato grave, pois o próprio governo estava perdendo sua credibilidade e prejudicando as discussões em torno da *ley de medios*.

Nesse intervalo de tempo, novos atores posicionaram sua “preocupação”, “medo” e “rejeição” às ações do governo. Entre eles, a Sociedade Interamericana de Imprensa, grupo de empresários e políticos que endossaram repetidamente as supostas injustiças praticadas pelo governo. No dia 11 de outubro, em frente ao Conselho da Magistratura, dirigentes opositores e advogados de diversas agrupações profissionais se reuniram para mostrar seu repúdio às pressões praticadas pelo governo sobre a justiça.

O confronto estabelecido na elite argentina mais uma vez mostrou a vulnerabilidade do governo, colocando em questionamento as suas ações, incluindo as que tinham relação com a *ley de medios*. As marchas e greves anunciadas na imprensa direcionavam a uma oportunidade política para que novas reivindicações circulassem no espaço público. Foi nesse contexto que os protestos 13S e 8N eclodiram contra Cristina Kirchner.

5.2 OS INGREDIENTES DO PANELAÇO CONTRA O GOVERNO

Conforme discutimos em capítulos anteriores, a Resolução 125 desencadeou uma sucessão de desafios ao governo de Cristina, que incluíram os problemas herdados da gestão de Néstor Kirchner. O aumento da inflação e a depreciação da moeda nacional eram temas sensíveis para os argentinos que temiam uma nova recessão econômica (MOCHKOFKY, 2011, p. 178). Em 2001, eles haviam sofrido uma das piores crises financeiras do país e, na época, houve um empobrecimento generalizado que afetou as classes média e alta, especialmente, por uma medida governamental que restringiu a extração de valores das contas bancárias e aplicações

⁵³ Aparentemente, porque nos baseamos nos textos publicados pelo Clarín, pois não analisamos a comunicação do lado do governo.

de rendas fixas, cujos dólares depositados foram convertidos em uma moeda desvalorizada. Isso gerou um ciclo de saques decorridos pela violência, depredação e contestação, abrindo uma oportunidade política a uma série de ciclos de protestos massivos, conhecidos por *cacero/azos*. Sobre isso, Falleti (2012, p.83a) enfatiza que:

Houve um efeito de contágio a partir do ruído e da sensação de histeria por conta dos fatos que precederam o *cacero/azo*, que indicaram uma total perda de ordem institucional em matéria política, econômica e da vida social. Viviam-se um estado de crise generalizada que se retroalimentava com as imagens transmitidas pela televisão dos saqueios que haviam sucedido dias atrás em Buenos Aires (tradução nossa).

No governo de Cristina Kirchner a situação não foi diferente. Nele também foram criadas medidas de controle financeiro, principalmente quanto à aquisição de moeda estrangeira. Outro aspecto foi a acusação de manipular⁵⁴ os índices emitidos pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos) para ocultar os dados reais da inflação. Tais fatos somados à crise energética, denúncias de corrupção com a aproximação de Cristina a Hugo Chávez, geraram desconfiança e instabilidade sobre a governabilidade da presidente recém-eleita (MOCHKOFISKY, Id).

Nesse sentido, nós interpretamos que tais mudanças no panorama político, incluindo os embates do governo com os ruralistas, legislativo e, especialmente, com o Grupo Clarín, configuraram uma ampla crise na elite argentina, com o desgaste da imagem da presidente.

O descontentamento por parte da população também ajudou a estabelecer um confronto político da sociedade para com o governo, o qual Tarrow (2009, p.18) analisa que “o confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores”. Logo, o confronto contra o governo foi a oportunidade política para que as pessoas levassem suas reivindicações à arena política, já que “amplas mudanças no cenário político possuem forte influência sobre as possibilidades de transformação da consciência política em ação” (GAMSON, 2011, p. 27).

Sobre o conceito de oportunidade e restrição política, Tarrow (Ibid., p. 99) explica que:

Isso é feito através da difusão da ação coletiva, da indicação de possibilidades de coalização, da criação de espaço político para movimentos

⁵⁴ Elas alegavam que os dados eram maquiados para encobrir a crise econômica.

e contramovimentos e da produção de incentivos para provocar a reação das elites e de outros partidos. Os desafiantes que aproveitam as oportunidades políticas em resposta a aberturas do sistema político são os catalisadores para os movimentos sociais e ciclos de confronto [...].

Desse modo, seria bastante simplista supor que os protestos 13S e 8N foram apenas atos espontâneos (FALLETI, 2012, p.18b), pois as ações coletivas dependem de processos mais complexos, definidos por estruturas sociais preexistentes, experiências interpretativas individuais e capacidade de canalizar as queixas particulares em uma causa de todos (ZALD, 2008).

Para Snow e Benford, enquadramentos da ação coletiva são fundamentais no processo de desenvolvimento dos protestos por serem:

os espaços de crenças e sentidos orientados para a ação que inspiram e legitimam as atividades e campanhas [...]. Assim, construir uma grande mobilização supera as expectativas do desejo de transformação ou de justiça social, pois os quadros interpretativos abrangentes são as forças estruturantes para justificar, dignificar e animar os desafiantes identificados com as reivindicações (SNOW; BENFORD, 1992, tradução nossa).

Setembro e novembro de 2012 registraram dois protestos fortemente opositores à presidente Kirchner (EL PAÍS, 09/11/12). O primeiro foi no dia 13 de setembro e o segundo em 8 de novembro, nomeadas por seus organizadores como 13S e 8N, respectivamente. Pelo fato de eles terem ocorrido meses antes do 7D, a presidência e algumas mídias alternativas os anunciaram como partidários⁵⁵, ligados à oposição e ao Grupo Clarín, embora nas redes sociais digitais como *Facebook* e *Twitter*, eles foram apresentados como “autoconvocados”, sem representatividade formal.

Sua importância em nossa análise é que essas manifestações deram mais visibilidade ao cenário de confronto político. Logo, imprensa, judiciário e sociedade tiveram no governo o seu antagonista, cujo descontentamento generalizado deu a oportunidade para criar-se uma identidade coletiva, “capaz de encorajar as pessoas a transformarem suas reivindicações em ação” (TARROW, 2009, p.38).

Como as manifestações são processos sociais surgido das experiências coletivas e de uma interpretação subjetiva (GAMSON; MEYER, 2008, p. 276), elas refletiram a cultura reivindicatória dos argentinos, cujo histórico político-cultural tem

⁵⁵ Para mais, acessar: <http://veintitres.infonews.com/nota-5716-.html>

como referência grandes ações políticas como a das *abuelas* da Plaza de Mayo⁵⁶ e os pannels que fizeram De la Rúa fugir de avião da Casa Rosada, em 2001.

Portanto, essa cultura de repertório e estratégia de enquadramento da ação coletiva tiveram nesses elementos a referência para os protestos 13S e 8N em 2012, pois conforme Prudencio (2015) analisa, o desencadeamento do confronto com as elites “é um arranjo contingente de oportunidades e restrições políticas, que informam os atores sociais em disputa sobre como utilizar repertórios de confronto disponíveis para então ampliá-los e criar inovações pontuais”.

5.3 REIVINDICAÇÕES 13S: O OUTONO QUE QUIS SER PRIMAVERA

Diferente das manifestações típicas da classe média que reclama ao governo *como viajo a Miami* ou *quiero comprar dólares*⁵⁷, os protestos ocorridos no dia 13 de setembro de 2012 ou 13S tiveram um discurso mais direto de descontentamento e repúdio à presidente Cristina Kirchner. Desta vez, não se limitou às ruas dos bairros ricos da capital Buenos Aires.

Através das redes sociais digitais e, principalmente, do uso de mensagens de texto, mobilizou mais de dois mil argentinos em todo o país. Exceto pelo uso da tecnologia digital, o 13S teve um repertório semelhante aos das reivindicações de 2001, com seus cartazes e panela – caçarolas, em punho que reclamavam pela economia, insegurança, e que pediam pela liberdade de expressão, o fim da “ditadura K” e sua corrupção (LA NACIÓN, 2012)⁵⁸.

A escolha do repertório da caçarola como símbolo de convocação no 13S é emprestada das manifestações de 2001, Falletti (2012, p. 83b) explica que elas representam uma arma de luta coletiva dos argentinos, difundidas a partir de 2001:

No estado de efervescência coletiva do pannelo de 2001, o ruído das panelas teve um efeito de contágio; ao escutar esses ruídos as pessoas se sentiram convocadas e sem grandes delongas pegaram suas panelas, elemento da vida cotidiana, e as converteram em “arma” de protesto. Os vizinhos de Buenos Aires saíram às ruas guiados pela dinâmica coletiva e

⁵⁶ Acessar: <http://goo.gl/g4RGfZ>

⁵⁷ Para mais, acessar: <http://goo.gl/f1Xe8T>

⁵⁸ Para mais, acessar: <http://goo.gl/JrVV8D>

pela luz das fogueiras que se ascendiam em cada esquina (tradução nossa, grifo do autor).

Nesse aspecto, Zald (2012, p. 270) esclarece que as táticas herdadas de manifestações passadas “não só recorrem e recombina elementos de seu estoque cultural, também acrescentam novos”. Assim, as formas convencionais de ação coletiva podem ter contribuído na mobilização de um grande número de pessoas, pois o repertório usado partiu de quadros interpretativos já explorados anteriormente nessa sociedade. Além disso, a ruptura sem violência pôde ter atuado como um estímulo adicional, já que os participantes não enfrentaram qualquer tipo de ameaça ou risco.

Sobre o não uso da violência, Tarrow (p.128, 2009) afirma que as passeatas e as demonstrações pacíficas são “a maior contribuição de nosso século ao repertório de confronto”, típicas em Estados democráticos. Ainda observa que a manifestação convencional costuma ser mais atrativa para as sociedades, “tornando-se a principal expressão não eleitoral da política civilizada” (p. 133).

Sobre o conceito de repertório, Charles Tilly (2006) aponta que ele “é um conjunto de ações usado para expressar as reivindicações dos atores de um confronto em um determinado tempo e espaço”. Sua estratégia performática, no decorrer da história da ação coletiva, pode variar segundo a oportunidade política e o contexto social-ideológico apresentado, alterando-se de manifestação violenta à pacífica ou vice versa.

Considerando que o repertório não se trata de uma propriedade dos atores da ação e sim de uma expressão da interação histórica e atual entre os desafiadores e seus opositores (ALONSO, p.25, 2012), é importante que ele seja familiar e que esteja à disposição das pessoas, para que elas empreguem um estratagema compreendido e conhecido por todos. Quanto ao uso de recursos aplicados em ações passadas, Hill e Rothschild, *apud* Tarrow (1992, p. 193) explicam que:

À medida que os protestos e tumultos irrompem entre grupos que têm longas histórias de conflito, eles estimularam outros cidadãos em circunstâncias similares a refletir mais frequentemente sobre sua própria história de descontentamento e de ação de massa.

Apesar de o 13S ter impactado na mídia nacional e internacional, o governo não atendeu suas reivindicações ou pronunciou sobre o ocorrido. Entretanto, o protesto fomentou um novo ciclo de painelaços, que ocorreria em novembro, tempo

para os desafiadores reorganizassem seus repertórios, discursos e enquadramentos, conseguindo mobilizar um maior número de envolvidos.

5.4 8N: O PROTESTO QUE MOBILIZOU ARGENTINOS EM VÁRIOS PAÍSES

Discutimos na seção anterior que o repertório está sujeito à cultura pública da sociedade, cujas formas de expressão são herdadas ou reinventadas. Combinando a identidade coletiva com novos quadros de significação, “os desafiantes estabelecem os limites de seus adeptos futuros e definem seus inimigos através de atributos reais ou imaginários” (TARROW, 2009, p. 41). Nesse contexto, em oito de novembro de 2012 ou 8N ocorreram as maiores manifestações da Argentina após sua reintegração à democracia.

Os organizadores do 8N seguiram a tendência dos ciberativismos internacionais, investindo pesado na comunicação via mídias digitais como o *Twitter* e *Facebook*, mobilizando aproximadamente, três milhões de pessoas. Inclusive, contou com a participação de argentinos em mais de 10 países como a Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Colômbia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santiago e a própria Argentina que, além de suas principais cidades, teve uma concentração relevante no centro de Buenos Aires (LA GACETA, 09/11/2012). Isso demonstra que o desejo por mudanças “depende não só da justiça, da causa ou do poder persuasão de qualquer movimento singular, mas de sua extensão e das reações das elites e de outros grupos” (TARROW, 2009, p. 41).

De acordo com o Banco Mundial, 40% da Argentina está conectada à rede mundial de computadores, para um total de 40.100.000⁵⁹ de habitantes. O mesmo órgão ainda aponta que o acesso à internet tem tido um crescimento superior às taxas mundiais⁶⁰, sugerindo que essa acessibilidade poderia ter facilitado a interação e o número alcançado de participantes.

Segundo informações divulgadas pelo jornal *El País*⁶¹, os mais de 40 perfis responsáveis pelas convocações e difusão do 8N pertenciam a alguns poucos

⁵⁹ Dado do censo de 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (Indec).

⁶⁰ Dado do Banco Mundial.

⁶¹ Para mais informações, acessar: <http://goo.gl/4KLdLe>

administradores anti-kirchneristas⁶² que, em poucos dias, conseguiram uma média de 100 mil seguidores, fazendo circular na internet mais de uma dúzia de cartazes com apelo irônico e agressivo com os dizeres: “não temos medo de você”, “fruta para todos, futebol para todos...”, “fora Kristina”, “renuncia Cristina”, “chega de mentiras e corrupção”, “chega de censura”, “liberdade de imprensa e expressão”, “chega de ditadores”, “tem que terminar a ditadura dos K”, “Nestor, você esqueceu de levar a Cristina com você”, “não queremos ser a Venezuela”, “sou golpista, dou golpes em caçarolas”, “te desafiamos”, “chega de violência nas ruas”, “educação para todos”, “vão embora seus ladrões”, “diga não à lei de meios” (tradução própria). Apesar de os cartazes não comporem nenhuma inovação no repertório argentino, eles estavam relacionados com as demandas dos manifestantes que tinham queixas semelhantes aos do protesto 13S. Um fato curioso desses cartazes é que eles atribuíram a imagem da presidente a símbolos de perigo, malandragem, roubo, satanismo e prisão, conforme a figura 3:



Figura 3: Cartaz digital do 8N veiculado no Facebook

A peça acima foi veiculada para convocar os argentinos em Nova Iorque. Ela mostra a palavra *dictadura* - do espanhol, com a letra K de Kirchner, e descreve que a paciência esgotou, assim como o ciclo de governo do kirchnerismo. A ruptura da

⁶²Para mais informações, acessar: <http://goo.gl/grq6lc>

corrente remete que o 8N seria um grito de liberdade. A peça ainda expõe alguns dos problemas supostamente sentidos pela população, como as mentiras, corrupção, entre outras causas. Nossa intenção aqui é apenas amostrar o tipo de material usado na sensibilização dos convocados. Não pretendemos realizar nenhum tipo de análise imagética, além das descrições acima que contextualizam o 8N.

De modo geral, é possível observar uma forte agressividade para com Cristina Kirchner. Quanto às queixas manifestadas, sua pluralidade indicou um baixo poder argumentativo, pois elas levantaram inúmeras reivindicações como educação, segurança, economia, mentiras e corrupção, censura e liberdade de expressão, cujas duas últimas demandas estavam diretamente relacionadas com a *ley de medios*. Nossa observação indica que o objetivo principal do 8N foi obter a visibilidade da mídia *mainstream* nacional e internacional⁶³ pois, apesar do seu grande impacto não promoveu novas mobilizações ou impôs qualquer posicionamento de sua mandatária. Os comentários dos perfis das redes sociais digitais vangloriavam-se do número de participantes e sua exposição na mídia internacional.

As menções feitas sobre a *ley de medios* no 8N demonstraram que os reivindicadores criticavam a lei embora tivessem pouco domínio sobre o assunto, tanto que um dos enquadramentos dessa ação coletiva, aludia ao fato da Argentina estar vivendo sob censura, já que seu principal grupo de mídias estava sofrendo ataques da presidência. Enquadrada por alguns manifestantes com “lei Clarín”, um dos cartazes possuía este dizer: “*Podrán tener todos los medios, pero jamas nuestra libertad*”⁶⁴.

Novamente, o quadro de injustiça da ação coletiva impulsionou a adesão e a mobilização dos reivindicadores rumo ao 13S e 8N. Especialmente, porque suas demandas foram validadas no discurso da mídia, apontando o papel preponderante da mediação e do enquadramento do jornal Clarín quanto aos problemas do governo de Cristina Kirchner. Sobre o impacto da mídia ocidental na interpretação de fatos e eventos e na configuração de quadros de injustiça, McCarthy, Smith e Zald (2008, p. 291) definem que:

⁶³ O protesto foi divulgado por jornais como o Gazeta do Povo, O Estado de São Paulo, O Globo, El Clarín, La Nación, El Mercurio, ABC Paraguay, El Comercio de Perú, Grupo Caracol, Le Monde, Le Figaro, El País, The Guardian, The Washington Post, entre outros (observações feitas em jornais na versão online nos dias 8 e 9 de novembro de 2012).

⁶⁴ Vocês poderão ter todos os meios, mas nunca a nossa liberdade (tradução nossa).

Nas sociedades democráticas ocidentais, os meios de comunicação são produtores centrais de informações e imagens. Apesar das injustiças e privações serem diretamente experimentadas em contextos locais, o grande público e suas elites de referência aprendem com ela. Similarmente, através das autoridades políticas pode haver uma interação direta com os cidadãos e ver diretamente suas condições locais, percepções e sentir suas reações moldados através dos retratos de mídia (McCarthy; SMITH; Zald, 2008, p 293, tradução nossa).

Com base neste capítulo, concluímos que a construção de sentido através da organização técnica de significados realizados pelos meios de comunicação, ajuda a orientar a percepção de uma realidade percebida no espaço público. Eles são “mapas que indicam pontos úteis de entrada e placas de sinalização em várias encruzilhadas, indicando os marcos de referência importantes, avisando os perigos a serem enfrentados em outros caminhos” (Gamson, 2011, p.224). Detalharemos o poder do enquadramento na discussão dos resultados desta pesquisa.

6 A DISPUTA QUE NÃO DELIBEROU: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE O ENQUADRAMENTO DA *LEY DE MEDIOS* NO JORNAL CLARÍN

6.1 CATALOGAÇÃO DOS DADOS PARA ANÁLISE

Conforme já explicado, o total de matérias jornalísticas para o período selecionado contabilizou 149 exemplares, como poderá ser observado na tabela 1.

TABELA 1 – NÚMERO DE EDIÇÕES, MATÉRIAS COLETADAS E MATÉRIAS SELECIONADAS NO JORNAL CLARÍN DURANTE O PERÍODO SELECIONADO PARA ANÁLISE

Meses	Número de edições	Número de matérias	Total de matérias analisadas
Setembro	06	14	14
Outubro	23	69	66
Novembro	18	55	44
Dezembro	07	33	25
Total	54	171	149

FONTE: A autora (2014); Jornal Clarín (2012).

NOTA: Durante a semana, a média de páginas do jornal Clarín é de 82 páginas. Sua circulação é aos sete dias da semana, sendo que o domingo é uma edição especial (2012).

Apesar de as 149 matérias analisadas neste estudo de enquadramento apresentarem chapéus⁶⁵, títulos e até matérias de capa com o termo *ley de medios*, observamos que o principal componente enquadrado no jornal Clarín durante o período estudado foi o governo Kirchner, configurando 91% desse conteúdo.

Isso sugere que o diário tentou atrair o público com as chamadas da *ley de medios*, talvez porque houvesse o interesse público sobre o tema, especialmente, entre aqueles que desejavam obter mais informações para ter um posicionamento sobre qual dos dois atores em disputa apoiariam. Mas neste quesito, nos limitaremos apenas ao campo da especulação.

⁶⁵ Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela (Manual de Redação da Folha de São Paulo, 2015).

Reconhecendo a inviabilidade de detalhar nesta dissertação a análise de enquadramento realizada em todas as 149 edições, optamos por reduzir a amostra, selecionando as matérias cujos assuntos tiveram frequência mínima por mês.

A partir dessa seleção, foram escolhidos os textos com os conteúdos mais relevantes para o período analisado. Nosso critério de frequência mínima foi de três aparições, cujos assuntos são demonstrados e detalhados nas tabelas 2, 3, 4 e 5:

TABELA 2 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE SETEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:

Frequência do assunto com mais de três aparições	Total de frequência
7D	06
Rejeição ao governo	04

FONTE: A autora (2014); Jornal Clarín (2012).

A tabela 2 traz matérias sobre o 7D referentes às publicidades feitas pelo governo sobre o tema monopólio de mídias, as quais insinuam o Grupo Clarín como modelo dessa concentração de meios. Também fala das críticas à presidência quanto ao gasto de recurso público com propaganda política para atacar e perseguir o Grupo. Ainda, esclarece que apesar das ameaças do governo, a data é apenas um prazo para as empresas apresentarem voluntariamente seus projetos de readequação, já que algumas delas terão que se desfazer das licenças que possuem.

Rejeição ao governo trata do posicionamento de entidades internacionais e regionais como de imprensa, legislativo e empresariado contra o governo, que neste caso é apontado como praticante de ações déspotas e que pretende censurar a mídia privando a liberdade de expressão. Fomenta as críticas de políticos da oposição.

TABELA 3 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:

Frequência do assunto com mais de três aparições	Total de frequência
Magistrados	14
Gagliardi	12
Rejeição ao governo	11
Per saltum	05

FONTE: A autora (2014); Jornal Clarín (2012)

A tabela 3 tem maior frequência para o assunto magistrados. Essas notícias referem-se ao conflito entre governo e magistrados, no qual ocorreram nomeações, afastamentos e renúncias de juízes que julgariam a inconstitucionalidade ou não de

dois artigos da *ley de medios*. Elas apuram o processo do Conselho da Magistratura, retratando as pressões, ataques e privações cometidas por membros do governo Kirchner.

O assunto Gagliardi, é sobre a juíza kirchnerista que não aprovou o concurso para o Conselho da Magistratura, mas que subiu de classificação sendo então aprovada. Porém, o Conselho rejeitou sua nomeação por considerar que foi fruto de manobras do governo. Quanto a esse processo, a presidência recebeu duras críticas, especialmente após um pronunciamento de Cristina alegando que a justiça estava freando o processo de seleção de juizes que julgariam a causa da *ley de medios*.

Rejeição ao governo trata do posicionamento de entidades regionais e internacionais como de imprensa, legislativo e empresariado contra o governo, que neste caso é apontado como praticante de ações déspotas e que pretende censurar a mídia privando a liberdade de expressão. Fomenta as críticas de políticos da oposição.

Os assuntos associados ao *per saltum* abordam sobre o recurso de apelação que o governo tentou executar para que houvesse intervenção direta da Corte Suprema. O pedido de *per saltum* também é alvo de críticas e interpretado como um mecanismo de pressão do governo sobre a justiça.

TABELA 4 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:

Frequência do assunto com mais de 4 aparições	Total de frequência
Afsca	26
Magistrados	09
Per Saltum	04

FONTE: A autora (2014); Jornal Clarín (2012).

De acordo com a tabela 4, das 44 matérias totais para o mês de outubro, 26 são exclusivas para o assunto AFSCA (Autoridad Federal de Servicios de Comunicación), com o maior número de frequências entre todos os assuntos que excedem as 3 aparições mínimas para todos os meses estudados. O foco das notícias sobre a AFSCA é variado. Cerca de 50% do conteúdo refere-se às medidas para o 7D, como a mudança sobre a adaptação voluntária das empresas de comunicação que excedem em licenças e algumas concessões que beneficiam as empresas alinhadas ao governo. As demais notícias referem-se às declarações de ameaça do

presidente do organismo, Martin Sabbatella que, segundo o jornal Clarín, são para afetar o Grupo e confiscar seus bens. Também refere-se a denúncias feitas contra Sabbatella e seu desrespeito às determinações da justiça.

Sobre os magistrados, continuam com as denúncias de que o governo ameaça e desrespeita o poder judiciário. Relata sobre algumas manifestações realizadas pelos magistrados por causa das pressões, ataques e privações cometidas por membros do governo Kirchner. A novidade aqui são as denúncias feitas contra o ministro da justiça Julio Alak, que estimula o Conselho da Magistratura denunciar na Corte Suprema os mecanismos de pressão e ataque do ministro.

Quanto ao *per saltum* as notícias são sobre sua aprovação no senado e que ele representa mais uma estratégia de pressão do governo contra a justiça.

TABELA 5 – ASSUNTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012, COLETADAS NO JORNAL CLARÍN:

Frequência do assunto com mais de três aparições	Total de frequência
Afsca	08
Ley de Medios	03

FONTE: A autora (2014); Jornal Clarín (2012).

Na tabela 5, o assunto AFSCA tematiza a modificação de algumas regulamentações no processo de adaptação voluntária que ocorreram dias antes do 7D e sem publicação no diário oficial. Basicamente, todas as matérias para este período falam do abuso de poder cometido pelo organismo e sua tentativa de prejudicar o Grupo Clarín.

O assunto que retrata diretamente a *ley de medios* só aparece mais de três vezes no mês de dezembro. Nenhuma dessas matérias discute a lei em si. O Clarín traz uma matéria que diz que os Estados Unidos estão observando o processo de perto, anexa um texto do jornal espanhol *El País* que fala das ameaças à liberdade de imprensa e das manobras do governo para avançar sobre as licenças do Grupo.

A partir da triagem dos assuntos com maior frequência por mês, finalmente iniciamos a análise de enquadramento nos textos jornalísticos, a partir de uma planilha de dados catalogados no *Excel*, conforme detalhamos na tabela 6.

TABELA 6 – DADOS DE ENQUADRAMENTO CATALOGADOS NO EXCEL:

Nome	Descrição
Id	Número de identificação da matéria
Edição	Refere-se à data da matéria analisada
Capa	Identifica a presença de matéria de capa. Caso sim, inclui a localização e a existência de imagem
Assunto	Tema abordado em torno da <i>ley de medios</i>
Título	Nome da matéria e o respectivo “chapéu” que a identifica
Definição do problema	Função proposta por Entman para determinar o que o agente causal está fazendo
Causas diagnosticadas	Função proposta por Entman para identificar as forças que produzem o problema
Julgamentos morais	Função proposta por Entman para avaliar os agentes causais e seus efeitos
Sugestões e soluções	Função proposta por Entman para oferecer soluções para o problema
Saliência	Refere-se à palavra ou ideia salientada no texto
Componente enquadrado	Refere-se aos elementos enquadrado no texto. São duas opções: <i>Ley de Medios</i> e Governo Kirchner
Enquadramento preponderante	A partir de quadros previamente estabelecidos para os dois atores do confronto, foram definidas algumas categorias de enquadramento

FONTE: A autora (2014).

Quanto à categoria “enquadramento preponderante”, antes de realizar as análises dos textos, definimos previamente alguns critérios de enquadramento para avaliar como o componente *ley de medios* e governo Kirchner foram enquadrados, ver a seguir na tabela 7.

TABELA 7: CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: *LEY DE MEDIOS* E GOVERNO KIRCHNER

Componente enquadrado	Classificação do quadro
Ley de medios	1. Injusta 2. Incoerente 3. Mecanismo de controle
Governo Kirchner	1. Rejeição 2. Totalitário 3. Incoerente 4. Mentiroso

FONTE: A autora (2014).

Tratamos de fazer essa separação de componente enquadrado para que fosse possível diagnosticar se o jornal Clarín tratava da lei em si ou do governo. Sobre o componente “governo”, ressaltamos que foi considerável sinônimo a ele as palavras “presidente”, “presidência”, “Cristina Kircher”, “kirchneristas” e “kirchnerismo”.

Quanto à classificação dos componentes enquadrados, eles são os quadros que definimos previamente para organizar os assuntos que têm relação com o tema *ley de medios* ou Governo Kirchner os quais são descritos a seguir na tabela 8 e 9, e contextualizado em seguida com a pesquisa:

TABELA 8 – CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: *LEY DE MEDIOS*

Nome	Descrição
Injusta	Significa que a lei ou não é igual para todos ou possui normas inviáveis para as empresas de comunicação cumprirem.
Incoerente	Indica que a lei é contraditória com as próprias premissas da <i>ley de medios</i> .
Mecanismo de Controle	Refere-se à lei como uma solução para coibir os meios de comunicação na Argentina.

FONTE: A autora (2014).

TABELA 9 – CLASSIFICAÇÃO DO COMPONENTE ENQUADRADO: GOVERNO KIRCHNER

Nome	Descrição
Rejeição	Indica que as ações do governo são alvo de rejeição por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.
Totalitário	Refere-se ao governo que ameaça, pressiona ou ataca seus adversários e instituições democráticas, mesmo que respaldados pela justiça. Utiliza seu poder político para coagir os demais atores sociais dentro de um cenário político.
Incoerente	Trata-se das ações praticadas pelo governo e que são contrárias às propostas de sua <i>ley de medios</i> .
Mentiroso	Significa que o governo manipula, mente, faz manobras para atingir seus propósitos.

Com base no processo de classificação e depuração das informações extraídas nos textos do Clarín, selecionamos a modo de amostragem dois exemplares de cada uma das matérias com os assuntos mais frequentes por mês, que incluem todas as categorias de enquadramento criadas e já citadas na tabela 6, e que discutiremos mais adiante.

6.1.1 Enquadramento noticioso nas amostras obtidas a partir dos assuntos com frequência mínima

A partir das amostras obtidas por meio dos assuntos com frequência mínima de três aparições, demonstraremos como foram realizadas as análises de enquadramento nas matérias jornalísticas do diário Clarín.

O critério dessa amostra foi selecionar por mês, uma matéria para cada um dos 11 assuntos mais comentados. A escolha dessa unidade foi realizada através do assunto considerado mais relevante. Embora pareça subjetivo, é necessário considerar que boa parte dessas matérias eram *suites*⁶⁶, recurso muito utilizado pelo jornal Clarín na ausência de novos assuntos.

⁶⁶ Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de notícia publicada na edição anterior. (Manual de Redação da Folha de São Paulo, 2015).

No mês de setembro, as tabelas 10 e 11 demonstram a análise para os assuntos mais frequentes *7D* e *Rejeição ao governo* (ver anexo 1 e 2):

TABELA 10 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO 7D

Id	05
Edição	23-09-2012
Capa	Não
Assunto	7D
Título	Para los constitucionalistas, la fecha no cambia nada
Definição do problema	Governo não interpreta corretamente a decisão da Corte Suprema
Causas diagnosticadas	Governo mente ou não obedecerá a decisão da Corte Suprema
Julgamentos morais	Degradação dos sistemas democráticos
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Pressão
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 11 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO REJEIÇÃO AO GOVERNO

Id	08
Edição	25-09-12
Capa	Sim; Centro-direita; sem imagem
Assunto	Rejeição ao governo

continua

TABELA 11 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO REJEIÇÃO AO GOVERNO

continuação e conclusão

Id	08
Título	La Sociedad Interamericana de Prensa y emisoras de todo el mundo repudian el ataque al Grupo Clarín
Definição do problema	Órgãos internacionais repudiam as ameaças e pressões do governo contra o Grupo Clarín sobre o 7D
Causas diagnosticadas	Governo usa espaços publicitários da TV Pública para atacar o Grupo Clarín
Julgamentos morais	É deplorável o uso que o governo faz com o espaço da TV Pública
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Repúdio
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Rejeição

FONTE: A autora (2014).

No mês de outubro, as tabelas 12, 13, 14 e 15 demonstram a análise para os assuntos mais frequentes *Gagliardi*, *Magistrados*, *Rejeição ao governo* e *Per saltum* (ver anexo 3, 4, 5 e 6):

TABELA 12 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO GAGLIARDI

Id	01
Edição	01-10-12
Capa	Sim; Superior-direita; sem foto
Assunto	Gagliardi
Título	Maniobra del oficialismo para imponer un juez propio
Definição do problema	Governo favorece kirchnerista em concurso que selecionará juízes que julgarão a <i>ley de medios</i>

continua

TABELA 12 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO GAGLIARDI

continuação e conclusão

Id	01
Causas diagnosticadas	Governo faz manobras para colocar juiz alinhado ao governo e ter vantagens sobre o julgamento da <i>ley de medios</i>
Julgamentos morais	Ausente
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Pressão
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 13 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS

Id	48
Edição	19-10-12
Capa	Manchete de capa; centro; sem imagem
Assunto	Magistratura
Título	Lorenzetti: "Los jueces no cederemos a ninguna presión"
Definição do problema	Presidente da Corte Suprema diz que não vai ceder a nenhuma pressão do governo
Causas diagnosticadas	Governo tenta destruir a independência do poder judicial
Julgamentos morais	Governo corrupto e déspota
Sugestões e soluções	Ausente

continua

TABELA 13 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS

continuação e conclusão

Id	48
Saliência	Pressão
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 14 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO REJEIÇÃO AO GOVERNO

Id	34
Edição	15-10-12
Capa	Sim; Superior direita, sem imagem
Assunto	Rejeição ao governo
Título	La SIP enviaría una nueva misión por el avance oficial de los medios
Definição do problema	Preocupada pelo 7D, Sociedade Interamericana de Imprensa considera enviar uma missão a Buenos Aires para investigar o caso
Causas diagnosticadas	Governo ataca a liberdade de imprensa
Julgamentos morais	A seletividade da <i>ley de medios</i> está linchando o Grupo Clarín, oferecendo um cenário obscuro para o jornalismo e para o direito de todo cidadão expressar-se livremente
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Repúdio
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 15 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO *PER SALTUM*

Id	49
Edição	19-10-12
Capa	Não
Assunto	Per saltum
Título	Per saltum: cuestionan que se usen como método de presión
Definição do problema	Per saltum gera polémica
Causas diagnosticadas	Governo pressiona a Corte para ganhar a disputa com Clarín
Julgamentos morais	Ataque à independência dos poderes
Sugestões e soluções	O governo deve parar seus ataques à ordem judicial
Saliência	Despotismo
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

No mês de novembro, as tabelas 16, 17 e 18 demonstram a análise para os assuntos mais frequentes *Magistrados*, *Per saltum* e *AFSCA* (ver anexo 6, 7 e 8):

TABELA 16 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS

Id	30
Edição	22-11-12
Capa	Não
Assunto	Magistrados

continua

TABELA 16 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO MAGISTRADOS

continuação e conclusão

Id	30
Título	En dos meses, el Gobierno desmanteló un fuero judicial
Definição do problema	Em 2 meses governo ataca, ameaça e dizima Fóruns Comercial e Civil
Causas diagnosticadas	Justiça dizimada pelo governo
Julgamentos morais	Nunca na história da democracia argentina houve caso parecido
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Despotismo
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 17 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO *PER SALTUM*

Id	14
Edição	14-11-12
Capa	Não
Assunto	Per saltum
Título	Per saltum: buscan convertirlo en ley para presionar a la Corte
Definição do problema	Kirchnerismo quer converter per saltum em lei
Causas diagnosticadas	Governo pressiona a justiça para a constitucionalidade dos 2 artigos da ley de medios

continua

TABELA 17 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO *PER SALTUM*

continuação e conclusão

Id	14
Julgamentos morais	O projeto é uma ofensiva
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Pressão
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Totalitário

FONTE: A autora (2014).

TABELA 18 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO AFSCA

Id	18
Edição	15-11-12
Capa	Não
Assunto	AFSCA
Título	Comunicado del Grupo Clarín: " Hay un trato discriminatorio"
Definição do problema	Grupo Clarín afirma comportamento discriminatório da AFSCA
Causas diagnosticadas	A ley de medios premia medios aliados e castiga medios independientes
Julgamentos morais	A aplicação da ley de medios é seletiva
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Ley de medios

continua

TABELA 18 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO AFSCA

continuação e conclusão

Id	18
Componente enquadrado	Ley de medios
Enquadramento preponderante	Injusta

FONTE: A autora (2014).

No mês de dezembro, as tabelas 19 e 20 demonstram a análise para os assuntos mais frequentes *AFSCA* e *Ley de medios* (ver anexo 9 e 10):

TABELA 19 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO AFSCA

Id	04
Edição	01-12-12
Capa	Não
Assunto	AFSCA
Título	La AFSCA habría cambiado la reglamentación del 7D
Definição do problema	Procedimentos são modificados para as empresas que não se apresentarem na adequação voluntária antes do 7D
Causas diagnosticadas	O procedimento foi feito secretamente, para avançar sobre as licenças do Grupo Clarín
Julgamentos morais	A ação é irregular
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Manobra
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Incoerente

FONTE: A autora (2014).

TABELA 20 – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO *LEY DE MEDIOS*

Id	05
Edição	02-12-12
Capa	Não
Assunto	Ley de medios
Título	Ley de Medios: nuevas maniobras del Gobierno para demorar la causa
Definição do problema	Governo tenta obstruir a justiça
Causas diagnosticadas	Governo busca ganhar tempo para evitar a prorrogação da cautelar pedida pelo Grupo Clarín e evitar que julguem a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 161
Julgamentos morais	Em três meses o governo tenta dizimar o fórum judicial com acusações e ameaças por causa do 7D
Sugestões e soluções	Ausente
Saliência	Estratégia
Componente enquadrado	Governo
Enquadramento preponderante	Incoerência

FONTE: A autora (2014).

Com base nas análises de enquadramento amostradas acima, pudemos constatar que a *ley de medios* foi utilizada pelo Grupo Clarín para enquadrar negativamente o governo, visto que mais de 60% dos textos jornalísticos o enquadraram como “totalitarista”. As demais proporções estiveram divididas entre os quadros “incoerência”, “injusto” e “mentiroso”, respectivamente.

De forma geral, todas as notícias que induziram o leitor ao tema *ley de medios* enquadravam, na verdade, notícias que não abordavam diretamente esse assunto. Isto é, não discutiam a lei para promover a deliberação sobre a regulamentação dos meios. O critério jornalístico do Clarín foi utilizar o tema para apontar as ações do governo de forma negativa. Logo era comum o uso de expressões como “ataque”, “avanço”, “pressão”, “manobras” e “calado”, indicando um antagonista desesperado,

fora da lei, corrupto e déspota. Por outro lado, essas notícias conotavam o Grupo Clarín com os enquadres “justiça”, “democrático”, “articulador” e “coerente.

Considerando que a disputa argumentativa entre imprensa e governo sobre a *ley de medios* foi legitimá-la nas premissas democráticas, e sabendo que na perspectiva do Grupo ela prejudicaria seus interesses comerciais, pareceu-nos previsível que a mediação organizada pelo jornal enquadrasse o governo como antidemocrático. Afinal, nada mais conveniente que hierarquizar certos aspectos da realidade para salientar aquilo que se deseja ser visto, produzindo a notícia para construir a realidade e não ser uma imagem dela (TUCHMAN, 1980).

Com a catalogação dos assuntos mais frequentes, também pudemos observar que essa amostra representou 56% do conteúdo tematizado em todo o período. Isso aponta que, definitivamente, negatizar a imagem do governo foi uma estratégia comunicativa para descaracterizar a *ley de medios*, confirmando nossa primeira hipótese. Pois, uma lei criada por quem não acata às ordens da justiça, tenta impor juízes alinhados à sua doutrina política para que a *ley de medios* seja julgada conforme seus interesses. Além do mais, ataca à imprensa crítica e independente. É corrupto, incompetente, restringe sua população a comprar moeda estrangeira e ainda é rejeitado por ela. Logo não cabe outra suposição de que sua lei é tão terrível quanto quem a defende.

Nesse aspecto, nossa segunda hipótese foi refutada. Ela partia do pressuposto de que a oportunidade política oferecida nos protestos 13S e 8N estimularam o Clarín a aumentar a média semanal dos textos criticando o governo. Mas isso não ocorreu. Considerando que o período de estudo compreendeu o total de 15 semanas, a média semanal de matérias veiculadas foi de aproximadamente 10. Nas duas semanas que antecederam o 13S e o 8N, a média de publicações foram 0 e 9 respectivamente. Os pressupostos para o resultado dos protestos de setembro podem ser justificados pelo tempo de divulgação do 13S. Não há estudos que indiquem que foi uma manifestação estrategicamente articulada, nem indícios nos meios de comunicação que apontem para isso. Logo, pelas publicações que antecederam o 13S, inferimos que o Clarín não supôs que o evento reuniria um número considerável de participantes. Quanto ao 8N, apesar de o número de publicações em outubro terem sido as maiores ao longo do período analisado, a média das duas semanas que antecederam esses protestos mantiveram a média de publicações geral. Nesse sentido, o que podemos pressupor é que o Grupo Clarín, representado por seu jornal,

não tinha a intenção de que fosse relacionado um possível agendamento (Mc Combs, 2012) de suas notícias com as declarações do público, embora pesquisas exploratórias realizadas com conteúdos audiovisuais, 30 dias antes do 8N, apontassem coincidência entre as reivindicações desses manifestantes com as notícias veiculadas no telejornal, *Telenoche*, transmitido por uma emissora do Grupo Clarín.

Diante de todas essas evidências, consideramos que as oportunidades que o Clarín teve para cumprir sua função jornalística de mediador para um assunto de interesse público perdeu-se nas entrelinhas das ambições comerciais. Seus enquadramentos foram apenas para criticar massivamente todas as ações do governo, associando tais assuntos com a *ley de medios*.

6.1.2 Enquadramento nas capas do Clarín

Para corroborar a quantidade de notícias e o tipo de assunto associado à *ley de medios* destacado nas capas do Clarín, fizemos um levantamento para ver o tipo de notícia que obteve esse espaço.

Primeiramente, para nossa surpresa, verificamos que apenas 19% do assunto *ley de medios* saiu na capa, ou seja, 28 matérias. Duas delas foram manchete e apenas uma teve foto. As demais notícias consistiram em pequenos boxes localizados na parte superior direita, sem nenhum tipo de imagem associada. Em seus titulares, 80% dessas notas tinham a palavra ataque e pressão, conforme a figura 4.

Analisando a capa, exemplar do dia 25-09-12, podemos verificar que apesar da localização privilegiada, a chamada da notícia – destacada por nós em um quadro, não está em um espaço de visibilidade privilegiada. Por outro lado, das 13 linhas contidas nessa chamada, foram identificadas sete palavras: ataque, deplorou, ameaças, rejeição, deslegitimar, indignação e abuso. Como não é nosso objetivo analisar em profundidade as capas do Clarín, gostaríamos apenas de apontar que essas saliências enquadram o governo de forma negativa:



Figura 4: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 25-10-12

A edição de 18-10-12, conforme pode ser observada na figura 5, mostra uma localização mais destacada, embora tampouco utilize o recurso de imagens. Nas 16 linhas enquadradas por nós em vermelho, demonstram o uso das palavras: intimidam, pressão, controlada e Menem. As três primeiras palavras são comuns no tratamento da notícia relacionada à *ley de medios*, mas a associação do *per saltum* com Carlos Menem não foi aleatória. O ex-presidente havia utilizado esse recurso jurídico para investir nas privatizações que marcaram seu governo na década de 90, e que graças a esse processo, até hoje a Argentina não se recuperou de uma profunda crise financeira. Além do mais, Menem foi um dos maiores ícones de corrupção do país. Portanto, utilizar o argumento do *per saltum* a Carlos Menem, é uma forma de associar

Cristina Kirchner a todo um processo histórico significativamente negativo para os argentinos:



Figura 5: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 18-10-12

Na edição de 03-11-12, vemos novamente o padrão se repetir, com o uso das palavras: embate, pressiona e viciado. O argumento é que o governo estabeleceu um embate com o Grupo Clarín e por isso pressiona membro do legislativo para impor um aliado "viciado" no governo. Neste caso, o Grupo continua enquadrando o governo como o antagonista que ataca, pressiona e ainda, que vicia membros do judiciário para corromper as decisões da Corte Suprema, como pode ser visto na figura 6:



Figura 6: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 03-11-12

Finalmente, entre as poucas manchetes de capa, a edição de 06-12-12, o quadro destacado por nós em volta do título da manchete, inclui as palavras: ataque sem limites, ofensiva, impor, mentiras e opressão (ver figura 7):



Figura 7: Enquadramento de capa do jornal Clarín, edição 06-12-12

Novamente, o Clarín reforça em seus textos as saliências que pretende destacar do governo, de forma negativa, e associando assunto com a *ley de medios*, cuja matéria não discute em absoluto qualquer normativa ou processo para a regularização dos meios. Preocupa-se em destacar como o governo é opressor e ataca a justiça "sem limites".

Nas capas, o assunto mais abordado foi o embate com o setor judiciário. Conforme destacamos nesta breve discussão, as capas e os textos das matérias não tratavam diretamente o assunto da *ley de medios*. As notas de capa, no geral, eram

repetitivas, usadas apenas para sustentar os argumentos apresentados em edições anteriores. Desse modo, supomos que elas não mereciam ocupar esse espaço, pois não eram notícia e sim uma publicidade contrária ao governo para que o Grupo Clarín se legitimasse como a grande vítima das políticas de descentralização das mídias.

6.1.3 Enquadramentos gráficos

Outro aspecto de enquadramento que observamos foram as saliências gráficas praticadas nos textos publicados (ver figura 4), enfatizando um argumento favorável ao Grupo acerca da informação tratada.

No caso do trecho anexado, a notícia do dia 30 de outubro de 2012, demonstra a tentativa de sensibilizar a audiência ao responsabilizar o governo pela não distribuição dos exemplares do Clarín. A notícia relaciona setores do governo com os seguintes destaques em negrito: *intermédio*, *La Cámpora*, *intervir*, *ingerência do governo*, *atitude passiva* e *gravíssimo atentado*. Neste caso, a *La Cámpora*⁶⁷, vendedores e distribuidores de jornais kirchneristas são acusados de indiretamente organizar a paralização, endossando seu argumento com a crítica da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e a Associação de Entidades Periodísticas Argentina (ADEPA) que alegaram passividade do governo em controlar a greve. Esse tipo de prática foi frequentemente observado nos textos em questão, sendo interessante ater ao fato de que além de enquadrar na construção de sentidos de forma mais sutil, também é agressivo ao destacar seu posicionamento, sem sequer dar voz a outras perspectivas.

⁶⁷ Agrupação política alinhada ao kirchnerismo.

Esta vez el bloqueo coincidió con que en el Ministerio de Trabajo, **por intermedio de La Cámpora**, se est n articulando reuniones entre los diarios oficialistas, representantes de vendedores afines al Gobierno y distribuidores, **con la expresa tarea de intervenir la cadena de comercialización de los diarios**. Si bien sería ilegal cualquier intromisión en una cadena comercial desde el Ministerio de Trabajo, el objetivo del kirchnerismo es hacerse del control, por vía directa o indirecta, de la distribución de la información impresa. El Gobierno ubicó a un miembro de La Cámpora, Fernando Ausas, como **director de regulación** para esta materia en la cartera laboral. El 11 de octubre pasado, Ausas y medios oficialistas firmaron un acta que **abre la puerta para la injerencia del Gobierno en este campo**.

La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) condenó ayer los bloqueos y responsabilizó a la Casa Rosada de tener una **"actitud pasiva" ante la situación**. La Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas (ADEPA) lo calificó como un **"gravísimo atentado al derecho de los ciudadanos a informarse por las fuentes que eligen"**. ■

Figura 8: Trecho de una noticia do jornal Clarín com destaques em negrito

6.1.4 Fontes: o enquadramento da omissão

Independente dos fatos, outro atributo de enquadramento observado na pesquisa foi a ausência de fontes do governo, princípio básico do jornalismo “para assegurar que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações “objetivas” e “autorizadas” de fontes “dignas de crédito” (BRITES *apud* HALL, *et al*, 1999, p.229, grifos do autor).

Apesar de a ruptura com o Grupo Clarín ter impedido seu acesso às fontes oficiais e, reconhecendo que isso poderia dificultar o processo de apuração da notícia, observamos que a imparcialidade e o equilíbrio nas vozes não prevaleceram na redação dos textos.

Na ausência de interação com o governo nas narrativas jornalísticas do Clarín, o enquadramento esteve mais baseado no interesse político que no cumprimento social e deliberativo da instituição. Logo, a *ley de medios* respondeu a esse mesmo contexto político, limitado aos assuntos privados e sem um verdadeiro debate no espaço público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confronto político entre Cristina Kirchner e Grupo Clarín resultou na oportunidade política para um debate pioneiro sobre a regulamentação das mídias na América Latina, onde ainda ocorrem importantes oligopólios no setor da comunicação. Entretanto, os abusos recíprocos praticados pelo governo e imprensa ofuscaram a discussão da *ley de medios*, cuja legitimidade foi questionada no espaço público. Tal questionamento foi especialmente endossado pelo Grupo Clarín que, sob o viés do enquadramento de injustiça (GAMSON, 2011), construiu no diário Clarín textos jornalísticos com o discurso da censura e perseguição política, não abrindo espaço à compreensão e deliberação do tema por parte da sociedade.

Com a intensificação e evolução do embate, pudemos observar que a *ley de medios* dialogada nos textos do jornal Clarín sofreu um processo que Goffman denomina “maquinação do quadro primário”, ou seja, o tema inicial teve seu sentido transformado. Isto significa que quando a *ley de medios* foi anunciada pelo governo Kirchner, seu quadro primário tratava-se de uma norma para regularizar as empresas de comunicação, a modo de coibir os oligopólios do setor. Porém, com o tratamento dessa informação ao longo dos enquadramentos construídos nos três meses analisados, foi possível verificar que a lei, na perspectiva do jornal Clarín, foi ganhando novas camadas de significação, além daquele que foi emitido primariamente.

Reconhecendo a habilidade técnica jornalística para organizar, hierarquizar, salientar ou omitir informações sobre uma realidade, as narrativas dos textos publicados pelo Clarín ajudaram a dar um novo sentido interpretativo para a *ley de medios*, na perspectiva do enquadramento de injustiça: enquadres que indicavam a lei como abusiva, incoerente, criada pelo governo totalitarista que ataca, oprime, pressiona, etc.

A exploração desses enquadramentos foi a grande questão no processo deliberativo em torno da *ley de medios*, pois ela camuflou o que deveria ter sido a verdadeira motivação de debate acerca do assunto. Porém, o papel de vítima incorporado pelo Grupo Clarín deu mais visibilidade que a lei em si, especialmente, quando a empresa assumiu a missão de lutar contra o governo injusto e déspota. Nesse sentido, o interesse privado para o debate da *ley de medios* prejudicou o processo democrático em dois aspectos: por um lado, a espetacularização do

confronto entre governo e imprensa diluiu a força e a credibilidade da lei, por outro, o Grupo Clarín foi um importante ator na mediação dessas informações, mas ele não cumpriu com a função básica do jornalismo, que é o de informar e promover o debate sobre um tema. Ao contrário, ele assumiu o papel de porta-voz da *ley de medios* e nessa mediação se restringiu em assegurar seus interesses, exclusivamente. Logo, as 149 matérias analisadas ajudaram a identificar que o Grupo Clarín usou a *ley de medios* para atacar o governo, enquanto tentou mobilizar a opinião pública argentina para se indispor com a presidente e deslegitimar sua lei.

Outro aspecto que queremos destacar é que, jornalisticamente, isto é, no trato com as fontes, o jornal Clarín não confrontou antagonistas ou demonstrou tentativas de interagir e dar voz a qualquer membro do governo para que fosse realizado um contra argumento dos fatos produzidos em suas matérias. Logo, o Grupo Clarín usou sua credibilidade institucional apenas para desqualificar as políticas de democratização dos meios e mediar assuntos privados. Isso amplia as possibilidades de prosseguir com futuras pesquisas que tratam de observar o discurso de membros do governo Kirchner em meios de comunicação que o apoiaram, ou em mídias oficiais onde foi evidenciado o diálogo da presidência para defender a *ley de medios* e as acusações recebidas por seu rival.

De modo geral, a presente investigação rendeu-nos as respostas para a problemática proposta, evidenciando no jornal Clarín que os meios de comunicação são importantes atores políticos que atuam sobre a realidade organizada em seus discursos. Esse atributo é sustentado pelo simples fato de não dominarmos a grande maioria do fluxo de assuntos que circulam no espaço público, o que faz das mídias um importante dispositivo articulador de uma informação “mais noticiável, significável ou memorável para as audiências” (ENTMAN, 2004, p.15), produzindo sentidos acerca dos fatos e eventos que ocorrem no cotidiano. O poder sobre a informação de temas pouco dominados pelo público foi um verdadeiro prejuízo político para o kirchnerismo, mas também foi para a sociedade argentina, que perdeu a oportunidade de dialogar sobre o processo de democratização de mídias que estava ocorrendo em seu país.

Através das comunicações emitidas pelo Clarín e sob o viés do governo, o 7D foi um grande gasto de energia, um desgaste desnecessário para a imagem da presidência. Pois como não havia voz para ele dentro dos principais meios de

comunicação – que configuravam grandes grupos de mídia, a realidade enquadrada por meios como o Clarín era a de um governo cada vez mais solitário e diminuído.

Apesar da ampla aplicabilidade do conceito de enquadramento, os estudos do *media effects* ajudaram a constatar o potencial dos textos jornalísticos, demonstrando que eles não se reduzem ao fato de poder induzir sobre o que a audiência deve pensar (Mc COMBS, 2009). O processo é muito mais complexo, pois interage com os quadros de referência subjetivos do indivíduo (GOFFMAN, 2006), o qual a técnica de hierarquizar, salientar ou omitir, combinada com a definição, interpretação, avaliação ou recomendação de um dado assunto, assume a capacidade jornalística de construir uma versão singular sobre ele (MOUILLAUD; PORTO, 2002). Entretanto, o fato de não possuir uma metodologia específica causou certas dificuldades nesta pesquisa, em especial, no processo de interpretação de dados, o qual tentou suprimir ao máximo a subjetividade. Mas, acreditamos que com a interação de múltiplas pesquisas que abordam diferentes temas e métodos neste campo, será possível definir em breve uma metodologia mais objetiva e específica para este tipo de análise.

Quanto aos critérios de identificação de enquadramento propostas por Entman (1993), eles permitiram um caminho mais lúcido e objetivo na identificação das causas de um problema dentro dos textos estudados, função esta que acreditamos ser a mais relevante na identificação do agente e do problema apontado na narrativa. Por outro lado, a função “sugestão ou solução” se mostrou pouco importante na identificação de um enquadramento, tanto que para o período estudado foi identificada uma única vez.

Esta pesquisa apresentou o desafio de analisar o confronto, a oportunidade política e o enquadramento em um contexto cujos conceitos são geralmente analisados na perspectiva dos conflitos entre a base da sociedade e suas elites. No caso da Argentina, proporcionou um tipo de investigação cujo embate foi estudado nas próprias elites e que, posteriormente, desencadeou em outros confrontos entre elite e base. Tal experiência endossa a necessidade de estudar lutas ocorridas nas próprias elites, ampliando os dados e os conceitos que possam ser aplicados nesse tipo de realidade, sem desviar da teoria da mobilização política, tão fundamental neste trabalho.

Sobre o processo de democratização dos meios, este trabalho também sugere a extensão de mais estudos para compreender todo esse processo na América Latina, especialmente pelo fato de existir uma forte concentração regional de

oligarquias de mídias e países dispostos a discutir ou implementar tais medidas regulatórias, como é o caso do Equador e Uruguai.

Partindo da experiência Argentina, ficam algumas lacunas a serem resolvidas em pesquisas futuras, como a análise do diálogo do governo Kirchner com a população sobre a *ley de medios*; compreender qual é o jornalismo de referência na Argentina, isto é, o que foi estudado no jornal Clarín é um padrão, um espelho da cultura local ou uma linha editorial assumida ao longo do conflito?

No caso do Brasil, onde existe um dos maiores grupos de mídia do mundo, a *ley de medios* argentina pode trazer subsídios para avaliar o cenário brasileiro, por exemplo, com a lei de Cristina Kirchner foi enquadrada nos jornais brasileiros? Como ocorre a discussão de democratização das mídias em nossa imprensa? Tais pressupostos possibilitam um estudo comparativo entre esses dois países, analisando, inclusive, esse processo em demais países onde a discussão está mais definida, como é o caso do Equador e Uruguai.

8 BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Jorge. La concentración mediática no es un asunto de privados. **Revista Quehacer** v. 191, n. 64. Lima, 2014.

ARGENTINA. Decreto-lei n. 24.522, de 20 de julho de 1995. **Información legislativa del Ministerio de Economía y Finanzas Públicas**, Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/3n4AGD>> Acesso em: 18/04/2014.

ARGENTINA. Lei n. 26.522, 2010. **Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual**, Buenos Aires, 2010.

BITONTE, María E.; DEMIRDJIAN, Liliana A. **Los procesos de concentración en Argentina**: El caso de la “Ley Clarín”. Trabalho apresentado no Congresso Internacional Políticas Culturais e Integração Regional, Buenos Aires, 2004.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, Charles (Org.) **Teoria da Comunicação**: textos básicos. SP: Mosaico, 1980.

BRITES, Maria J. Fontes e seus enquadramentos as notícias sobre delinquência juvenil. **Biblioteca Online de Ciência em Comunicação**, Lisboa, 2010.

BURCH, Sally. In: LEÓN, Osvaldo. Democratizar la palabra: movimientos convergentes en comunicación. **Agencia Latino Americana de Información**. Quito, 2013.

CAPELLA, N. C. Ana. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. In: **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: Anais 2005.

CHERNY, Nicolás; Germán, FEIERHERD; NOVARO, Marcos. El presidencialismo argentino: de la crisis a la recomposición del poder (2003-2007). Salamanca: **América Latina Hoy**, n.54, 2010, pp. 15-41.

COBB, Roger W. & ELDER, Charles D. The politics of agenda-building: an alternative perspective for modern democratic theory. **The Journal of Politics**, v.33, n. 4, nov. 1971.

COBB, Roger W.; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc H. Agenda building as a comparative political process. **The American political science review**, v. 70, n. 1, mar.1976.

CUNHA, André; FERRARI, Andrés. A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.29, n.01, 2009, p. 2-23.

ENTMAN, Robert. M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal Communication**, v. 43, n.4, 1993.

ENTMAN, Robert. **Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy**, Chicago: Chicago Press, 2004.

GAMSON, William A. **Falando de política**. Coleção Comunicação e Mobilização Social 9. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1-37, 1989.

GIARRACA, N.; TEUBAL, M.; PALMISANO T.: "Paro agrario: crónica de un conflicto alargado". **Realidad Económica**, n. 237. Buenos Aires: IADE, jul-ago 2008.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the news left**. Londres: University California Press, 1980.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2006.

GOMES, Wilson. **Trasformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 3ª ed, 2011.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política, São Leopoldo. **Fronteiras Midiáticas** – estudos midiáticos. v. VII, n. 3, set-dez.2005.

GUTMANN, Juliana F. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporanea**, v. 4, n.1, p. 25-50, jun. 2006.

HENKEL, Cristian; MORCILLO, Julián. **La palabra liberada: una crítica marxista a la ley de medios**, Buenos Aires: Eudeba, 2013.

KASTA, Verónica. Liderazgo Político de Eduardo Duhalde: "el hombre que nunca se rinde. El hombre que está condenado al éxito. **Revista de Ciencia Política**. Buenos Aires, n. 07, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/8o40ru>>. Acesso em: 12/01/14.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. Pearson, 2003.

LANDI, O. Devórame outra vez. **Qué hizo la televisión con la gente. Qué hizo la gente con la televisión**. Planeta, Buenos Aires, 1992.

LEIRAS, Marcelo; CRUZALEGUI, Inés. Argentina: Problemas Macroeconómicos, Conflicto Social y Debilitamiento de la Coalición de Gobierno. **Revista de Ciencia Política**. Santiago), v.29, n.2, pp. 223-246, 2009.

LINS, E. B. Felipe. Argentina: nova lei dos meios audiovisuais. **Consultoria Legislativa do Brasil**, Brasília, nov. 2009.

JOHNSON-CARTEE, Karen S. **News narratives and News framing: constructing political reality**. Rowman & Littlefield Publishers, Oxford, 2005.

MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. 50 años de concentración de medios en América Latina: del patriarcado artesanal a la valorización en escala. **Sala de Prensa**, v. 2, ano 5, ago. 2003.

MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. Presente y tendencias de la concentración de medios en América Latina. **ZER - Revista de Estudios de Comunicación**, v. 12, n. 22, 2007.

McCOMBS, M. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDONÇA, Ricardo F.; SIMÕES, Paula G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n.79, jun. 2012.

MIGUEL, Luis F.; BIROLI. O calidoscópio convexo: visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – **COMPÓS**, 19. Rio de Janeiro: Anais, 2010.

MIGUEL, Luis F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, 2002.

MOCHKOFISKY, Graciela. **Pecado original: Clarín, los Kirchner y la lucha por el poder**. Buenos Aires: Planeta, 2011.

MONTENEGRO, Maximiliano. **Es la eKonomía estúpido: la historia secreta de las decisiones, trampas y falacias del kirchnerismo**. Buenos Aires: Planeta, 2011.

MOUILLARD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (orgs.) – **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Univesidade de Brasília, 2002.

NEPOMUCENO, Eric. O caso Papel Prensa. Mídia Argentina, Caderno da Cidadania: **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 27 dez. 2011, ed. 674. Disponível em: <<http://goo.gl/zdRTmp>>. Acesso em 19 out. 2013.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu, 2002.

PRUDENCIO, Kelly. C.S. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política, **Revista Compolitica**, v. 5, n. 1, jan-jul. 2015

RUBIM, Antonio Albino C. (2000). **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SARLO, Beatriz. **La audacia y el cálculo**: Kirchner 2003-2010. Buenos Aires: Sudamérica, 2011.

SARTELLI, Eduardo. **Patrones en la ruta**. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2008.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as theory of media effects. *Journal of Communication*, 49 (1), p. 101-120, 1999.

SIMÓN. R. Fabián. **Clarín y la ley de medios**. Buenos Aires: Planeta, 2013.

SIVAK, Martín. **Clarín, el gran diario argentino**: una historia. Buenos Aires: Planeta, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TEUBAL M., PALMISANO T. El conflicto agrario en la Argentina (2008/2010): sojización vs. agricultura familiar de alimentos. In: **VIII Congreso Latino-americano de Sociología Rural**. Porto de Galinhas, 2010.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque As Notícias São Como São. Florianópolis: Insular, V.1, 3ª Ed. 2012.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. Nova Iorque: The Free Press, 1980.

UNESCO. Tendencias mundiales en libertad de expresión y desarrollo de los medios: situación regional en América Latina y Caribe. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Montevideo: **Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe**, Sector Comunicación e Información, 2014.

VIMIEIRO, Ana C.; MAIA, Rousiley C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Famecos**, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan-abr. 2011.

SITES CONSULTADOS

BERLANGA, Angel. ¿Para qué le habrán puesto Clarín? Página 12. Disponível em: <<http://goo.gl/6hyEqm>> Acesso em 02 set. 2014.

CASA ROSADA. Papel Prensa: una querrela sin estridencias. Disponível em: <<http://goo.gl/ITnJE1>>. Acesso em 04 set. 2014.

DESREGULAN LA venta y distribución de diarios: el paro y sus consecuencias. Página 12. Disponível em: <<http://goo.gl/f4UhYS>>. Acesso em 04 set. 2014.

EL FUTBOL para Todos cumplió un año en rojo. Disponível em: <<http://goo.gl/bAsCh0>> Acesso em 04 ago. 2014.

EL PAIS. FA postergó votación de ley de medios para después de las elecciones. Disponível em: <<http://goo.gl/kXX5ud>> Acesso em: 15/07/2014.

EL PAÍS. Un órgano de la OEA denuncia la ley de Comunicación de Ecuador. Disponível em: <<http://goo.gl/lutoXI>> Acesso em 13/08/2014.

FÓRUM ARGENTINO de Rádios Comunitárias. Ley 26522. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://goo.gl/zvof3F>> Acesso em: 10/05/2014.

GRUPO CLARÍN. Institucional. Disponível em <<http://goo.gl/HwnyOF>>. Acesso em 04 out. 2013.

GRUPO CLARÍN. Empresas. Disponível em <<http://goo.gl/lKi6ue>>. Acesso em 04 out. 2013.

MONITOREO DE la opinión pública a nivel nacional. Management y Fit, Buenos Aires, jun. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/tAf7CP>>. Acesso em: 18 out. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Relator da ONU fala sobre liberdade de imprensa, critica ação no STF e elogia 'Ley de medios'. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<http://goo.gl/YGSZfY>>. Acesso em 07 out. 2013.

NÉSTOR Kirchner: "¿Por qué estás tan nervioso, Clarín?" Perfil. Disponível em: <<http://goo.gl/Otcwno>>. Acesso em 12 ago. 2014.

9 ANEXOS

Anexo 1	104
Anexo 2	105
Anexo 3	106
Anexo 4a	107
Anexo 4b	108
Anexo 5	109
Anexo 6	110
Anexo 7	111
Anexo 8	112
Anexo 9	113
Anexo 10	114
Anexo 11	115

Para los constitucionalistas, la fecha no cam

Todos los constitucionalistas coincidieron en que el 7 de diciembre no debe suceder jurídica ni fácticamente nada con los medios del Grupo Clarín. Mario Midón, presidente de la Asociación Argentina de Derecho Constitucional, explicó que “hay tres escenarios: puede ocurrir que antes se dicte sentencia sobre el juicio de fondo, que se renueve la cautelar o que el 7 de diciembre termine la cautelar que protege a Clarín y entre a correr el año que la ley prevé para que la empresa venda o negocie los medios. Pero en ningún caso podría ocurrir que ese día se extingan las licencias de las empresas, porque a lo sumo entraría a correr el término de un año a los fines de la desinversión”, dijo Midón.

Martín Böhmer sostuvo que “el juicio todavía no terminó, no hay sentencia, de modo que no surge que ese día tengan que vender sus medios”. En el peor de los casos,

vence la medida cautelar que suspende el artículo 161 de la ley de medios. “Pero así como la cautelar no puede permanecer para siempre, tampoco se le puede dar por ganado el juicio al Estado, porque eso no ocurrió”.

Carlos Laplacette sostuvo que con cualquier acción de hecho, “además de interpretarse mal lo que decidió la Corte, se estaría privando a la empresa de sus derechos afectados y, de modo aún más grave, se le estaría negando el acceso a la Justicia, porque de nada le serviría la sentencia que se dicte después de que el Estado haya consumado la desinversión”.

Para Daniel Sabsay el 7 de diciembre vencería el “plazo razonable” para que el juez dicte sentencia sobre la inconstitucionalidad de los artículos 45 y 161. Si para entonces esta cuestión de fondo no estuviese resuelta, “podría ampliarse la medida cautelar, como surge del fallo



Midón. “Hay tres escenarios”.



Bohmer. “Aun no hay sentencia”.

de la Corte. Si no hubiera sentencia de fondo ni ampliación de la cautelar, entraría en vigencia el artículo 161. Y a partir de esa fecha comenzaría a correr el plazo de un año que exige la ley”.

Andrés Gil Domínguez aseguró que “el 7 de diciembre será un día

más o un día que engrose la lista de los lamentables ejemplos históricos que sólo han contribuido a la degradación del sistema democrático”. Y agregó: “La Corte Suprema estableció que ese día vencía el plazo de la medida cautelar de no innovar. En la medida que no se

di
m
br
se
añ
er
no
ch
fo
re
le
pl
qu
sa
la
co
lo
te
y
“E
un
dr
he
pl

Anexo 2



6

El País

Ataque del Gobierno a los medios

Ley de medios Maniobra del oficialismo para imponer un juez propio

► Como no tiene mayoría, el kirchnerismo intentará apartar a miembros no oficialistas del Consejo de la Magistratura. Busca nombrar un magistrado afín en la causa iniciada por el Grupo Clarín.

El Consejo de la Magistratura se reunirá hoy para debatir, entre otras cosas, la cobertura de las vacantes en cinco juzgados federales en lo Civil y Comercial. En uno de ellos se encuentra la causa por la Ley de medios, iniciada por el Grupo Clarín. Fuentes del organismo creen que el kirchnerismo intentará una maniobra para colocar a un candidato afín en ese lugar.

Pese a que no está contemplado en el reglamento de la Magistratura, la maniobra consistiría en recusar a uno o dos miembros del Consejo que no forman parte del bloque oficialista. Así, el kirchnerismo lograría el número, que por sí sólo no tiene, para aprobar un concurso que está impugnado judicialmente por irregularidades. Los consejeros apuntados serían el juez Ricardo Recondo y el diputado Oscar Aguad (UCR). De esta manera se alteraría la relación de fuerzas prevista por la ley para designar jueces. Por eso, todos en el Consejo miran con atención qué actitud tomarán dos jueces que suelen votar con el kirchnerismo, Mario Fera y Alejandro Sánchez Freites.

Una de las candidatas que buscaría imponer el Gobierno es María Lorena Gagliardi, quien ya había sido favorecida con un corrimiento de puestos desde el lugar número 15 hasta el sexto, para poder entrar en la terna ampliada que hoy se discutirá a partir de las 15. El total de candidatos son siete y sólo cinco serán elegidos.

El concurso —que ya investiga la justicia penal— es el 258 y además de Gagliardi están postulados Silvana Bracamonte, Víctor Trionfetti, Carmen Palacios, Marisa Garso, Marcelo Gota y Javier Pico Terrero. "Lo vamos a sacar por las buenas o por las malas", advirtieron desde el oficialismo, según dijeron fuentes del Consejo.

Fuentes del organismo recordaron que la causal de recusación de sus miembros no está prevista en el reglamento. Sólo se permite la recusación de un jurado elegido para evaluar a los candidatos en un



Consejo de la Magistratura. El plenario, reunido el 5 de julio, cuando rechazó irregularmente el juicio político al juez Walter Berto. / GUSTAVO GASTRINO

Oyarbide, a salvo de otro juicio

El kirchnerismo también tiene previsto desestimar hoy en el Consejo de la Magistratura un pedido de juicio político contra el polémico juez federal Norberto Oyarbide. Se trata de una presentación del diputado Federico Pinedo (PRO) por un presunto mal desempeño de Oyarbide en la causa en la que procesó al jefe de Gobierno Mauricio Macri por supuesto espionaje y asociación ilícita.

concurso pero no a la hora de votar en el plenario del organismo para aprobar o rechazar candidatos. Si se permite la recusación, por ejemplo, de un miembro del Jurado de

En este caso, el oficialismo contará con el apoyo de los dos consejeros radicales, el diputado Aguad y el senador Mario Cimadevilla, ya que el dictamen de comisión que se aprobaría fue elaborado y firmado por el último de estos legisladores. El argumento para la desestimación será que las decisiones que adoptó Oyarbide contra Macri fueron ratificadas por una Cámara Federal.

Enjuiciamiento de Magistrados, pero no existe esta posibilidad en el Consejo de la Magistratura. Gagliardi es abogada del Organismo Nacional de Admin-

tración de Bienes del Estado, que recientemente pasó a la órbita del jefe de Gabinete, Juan Manuel Abal Medina. La candidata ocupó allí las gerencias de Asuntos Jurídicos, Auditoría Interna y Administración y Operaciones.

La mujer ya había sido favorecida con la suma de puntaje que no le correspondía, ya que se consideraron sus antecedentes como si hubiera trabajado dentro del Poder Judicial, cuando lo hizo dentro de la órbita del Poder Ejecutivo.

Además, es hija de un kirchnerista de Río Negro elegido diputado suplente en 2011 y que tiene relación con Miguel Ángel Pichetto, jefe del bloque de senadores K.

Según informó Perfil hace un mes, Gagliardi habría comentado públicamente que era "la elegida" para llevar la "Causa Clarín". El concurso que hoy intentará

aprobar el kirchnerismo fue incluso objetado judicialmente por un abogado, Edgardo Carranza, de la Asociación Civil de Defensa del Pasajero y del Usuario, que denunció una "manipulación" de operadores oficialistas para elegir a determinados candidatos.

La denuncia de Carranza incluye también el concurso 140, para elegir cuatro magistrados en igual cantidad de juzgados vacantes en los tribunales federales de Comodoro Py. Estos candidatos ya pasaron hace diez días por el Senado, que votará esta semana.

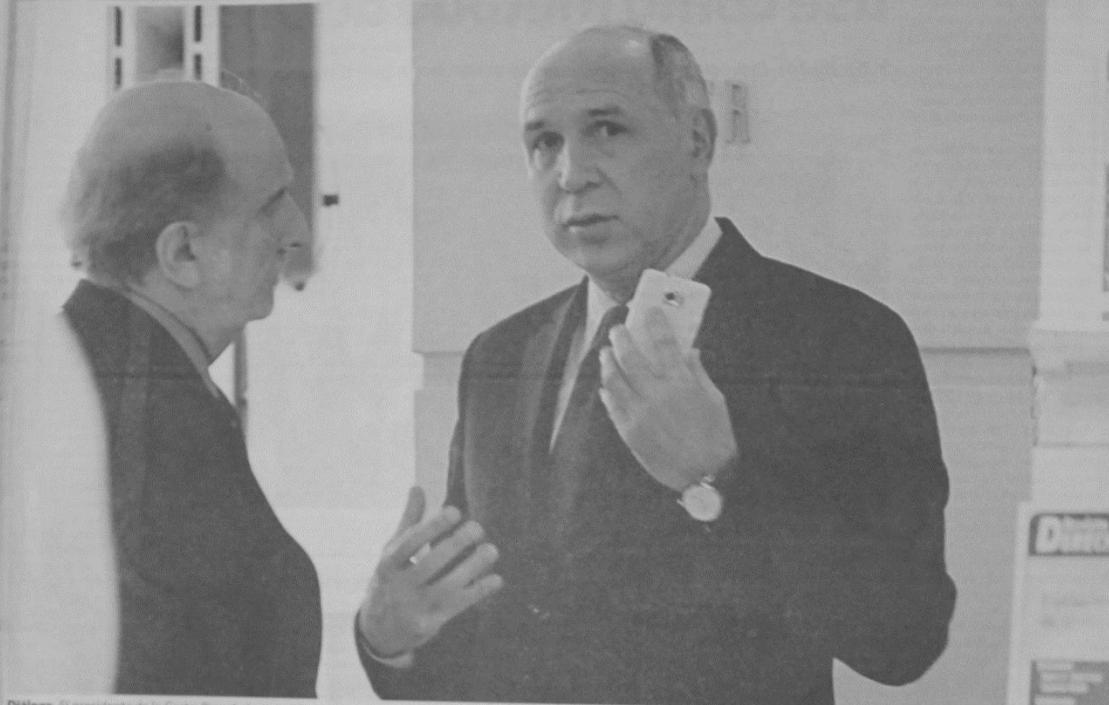
Entre esos candidatos se encuentra el actual juez de instrucción -ordinario, no federal- Luis Rodríguez, objetado incluso por organizaciones cercanas a las políticas del kirchnerismo como el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). ■

Anexo 4a

CLARIN VIERNES 19 DE OCTUBRE DE 2013 3

Tema del Día

Avance del Gobierno sobre los medios



Diálogo. El presidente de la Corte, Ricardo Lorenzetti, conversa ayer con el camarista-consejo Recondo en la conferencia anual de jueces nacionales que se realiza en Mendoza. DELLO RODRIGUEZ

Lorenzetti: "Los jueces no cederemos a ninguna presión"

El presidente de la Corte respondió así al avance del oficialismo sobre la Justicia en la causa por la ley de medios. "Tenemos que aplicar la Constitución Nacional, esté quien esté adelante", advirtió.

MENDOZA, CORRESPONSAL
Roxana Baladoni
mendoza@clarin.com

Declaraciones del presidente de la Corte sobre el per saltum y la pobreza

“A nosotros muchas veces nos pidieron aplicar el per saltum en causas judiciales, pero no hay ley. Si hay ley, se aplicará pero aclaro que es una facultad del Congreso. Los jueces no somos legisladores”

“Hay debate entre mano dura y debido proceso... Pero debe existir una política de Estado que se enfoque de modo consistente en la inseguridad. Se dice 'el problema son los jueces'. Y esto no es así”

“Escuchamos discursos de la igualdad pero no es lo que la gente vive, aquí y en el mundo... Nunca se ha hecho tan poco por la igualdad. La pobreza no preguntan de qué partido somos”

Defendió la independencia del Poder Judicial del Gobierno, la República con la representación de mayorías y minorías y pidió que dejen a los jueces exponer sus argumentos.

En su mensaje marcó un punto de inflexión: "Si cedemos una vez, cedemos siempre. No vamos a ceder a ninguna de las presiones. No importa quién esté por delante. Las presiones no deben amenazar a jueces y jueces".

Lorenzetti que acaba de ser reelecto como presidente de la Corte por un tercer periodo de tres años, abrió ayer la V Conferencia Nacional de Jueces en la ciudad de Mendoza.

Luego en una conferencia de prensa, respondió que "a nosotros muchas veces nos pidieron el per saltum, pero no hay ley", dijo.

En ese sentido, aceptó que "si hay ley, se aplicará" pero aclaró que "es una facultad del Congreso" (Ver página 4).

Lorenzetti relativizó las declaraciones de dirigentes del oficialismo, como el senador Miguel Angel Pichetto, quien cuestionó el accionar de la Justicia respecto de la ley de medios.

En ese sentido, dijo que "todas esas cuestiones que puedan darse, de posiciones, nosotros las vemos como cuestiones menores. Ni a mí ni a la Corte Suprema nos asusta ni nos provoca ninguna inquietud".

"Lo veo como cosas que cada uno

Sigue en la página 4

Lorenzetti: "Los jueces no cederemos a ninguna presión"

►El presidente de la Corte respondió así al avance del oficialismo sobre la Justicia en la causa por la ley de medios. "Tenemos que aplicar la Constitución Nacional, esté quien esté adelante", advirtió.

MENDOZA. CORRESPONSAL
Roxana Baladoni
mendoza@clarin.com

Sin vueltas, el presidente de la Corte Suprema de la Nación, Ricardo Lorenzetti, le habló a los jueces en medio de la avanzada del Gobierno por la Ley de Medios: "No vamos a ceder a ninguna presión".

Defendió la independencia del Poder Judicial del Gobierno, la República con la representación de mayorías y minorías y pidió que dejen a los jueces exponer sus argumentos.

En su mensaje marcó un pun-

to de inflexión: "Si cedemos una vez, cedemos siempre. No vamos a ceder a ninguna de las presiones. No importa quién esté por delante. Las presiones no deben amedren-

tar a juezas y jueces". Lorenzetti que acaba de ser reelecto como presidente de la Corte por un tercer período de tres años, abrió ayer la V Conferencia Na-

Declaraciones del presidente de la Corte sobre el per saltum y la pobreza

“A nosotros muchas veces nos pidieron aplicar el per saltum en causas judiciales, pero no hay ley. Si hay ley, se aplicará pero aclaro que es una facultad del Congreso. Los jueces no somos legisladores”

“Hay debate entre mano dura y debido proceso ... Pero debe existir una política de Estado que se enfoque de modo consistente en la inseguridad. Se dice 'el problema son los jueces'. Y esto no es así”.

“Escuchamos discursos de la igualdad pero no es lo que la gente vive, aquí y en el mundo... Nunca se ha hecho tan poco por la igualdad. La pobreza no preguntan de qué partido somos”.

cional de Jueces en la ciudad de Mendoza.

Luego en una conferencia de prensa, respondió que "a nosotros muchas veces nos pidieron el per

saltum, pero no hay ley", dijo.

En ese sentido, aceptó que "si hay ley, se aplicará" pero aclaró que "es una facultad del Congreso" (Ver página 4).

Lorenzetti relativizó las declaraciones de dirigentes del oficialismo, como el senador Miguel Angel Pichetto, quien cuestionó el accionar de la Justicia respecto de la ley de medios.

En ese sentido, dijo que "todas esas cuestiones que puedan darse, de posiciones, nosotros las vemos como cuestiones menores. Ni a mí ni a la Corte Suprema nos asusta ni nos provoca ninguna inquietud". "Lo veo como cosas que cada uno

Sigue en la página 4

CLARÍN LUNES 15 DE OCTUBRE DE 2012

El País 13

Sería en diciembre próximo

La SIP enviaría una nueva misión por el avance oficial sobre medios

► Es por los ataques contra el Grupo Clarín. La Sociedad Interamericana de Prensa está preocupada por el 7-D.

SAN PABLO, CORRESPONSAL

Con creciente preocupación por la ofensiva gubernamental contra los medios de información privados en Argentina, la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), reunida en Asamblea en San Pablo en su tercera jornada, consideró ayer enviar una tercera misión a Buenos Aires el 7 de diciembre próximo, fecha en la que la Presidenta Cristina Kirchner insinuó una intervención oficial sobre medios audiovisuales del Grupo Clarín.

Así lo adelantó ayer el presidente de la Comisión de Libertad de Expresión de la organización, Gustavo Mohme, director del diario *La República*, de Perú, tras el duro informe presentado por el argentino Daniel Desein, vocero de la delegación argentina y editor del diario *La Gaceta de Tucumán*. Sería esta la segunda misión oficial de la SIP durante el mandato de Cristina Fernández de Kirchner.

Para el presidente de la SIP, el decano periodista del diario *The Washington Post*, Milton Coleman, la Argentina está en la lista de países donde ha "empeorado" el clima imperante para el ejercicio de la actividad periodística.



Asamblea. El alcalde de Río, Eduardo Paes, abre ayer una nueva jornada de la asamblea de la SIP, donde el caso argentino ocupó un lugar protagónico.

► "Seguramente contarán allí con nosotros", indicó un directivo de la SIP

De ese clima, se sostuvo en la SIP, son prueba la "serie de declaraciones agraviantes y amedrentadoras" de parte de funcionarios públicos, que "oscurecen" las perspectivas para el trabajo informativo que cumple la prensa. Abundaron también las críticas para los medios financiados por el Estado o directamente públicos, que los lleva a funcionar como "órganos partidarios". Tan álgida es la situación, que la Asamblea alteró su habitual protocolo de informes, siempre en orden alfabético, para coordinarlos por temas. Así, tras Argentina, el primer informe, siguieron los de Venezuela y de Ecuador, lo que reforzó el universo de amenazas y estrategias en común en los tres países.

"Evaluaremos el camino a seguir pero seguramente contarán allí con nosotros", indicó Mohme sobre el conflictivo 7-D, en respuesta al pedido del presidente de ADEPA (Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas) y director de *La Voz del Interior*, Carlos Jornet, y del director de *Los Andes*, de Mendoza, Arturo Guardiola, a fin de que una misión oficial visite

Imágenes de la embestida en contra de los periodistas

El caso argentino siguió ocupando un lugar de privilegio en la asamblea de la SIP. Ayer, además de informes orales, se expuso un video de 12 minutos que dejó perplejos a los asistentes. Fue un compilado de imágenes y audios que intentó graficar que la embestida oficial contra los medios y los periodistas, no es un hecho aislado ni casual. Por caso, se mostraron algunos fragmentos de las cadenas nacionales de la Presidenta, donde fueron inerepados un corredor inmobiliario o un jubilado, el "abuelito amarrete". También se recordaron los casos de abusos de poder desde la AFIP contra un

el país en esa fecha.

Desein fue el primero en trazar el alarmante panorama de conflictos y ataques que no ceden contra la prensa, y la rauda expansión de medios adictos al gobierno, ya sea por estar en manos del Estado o por ser controlados indirectamente a través de la publicidad oficial. Cerrando su alegato, un video de 12 minutos hizo repertorio de la cascada de represalias contra los diversos medios que integran el Grupo Clarín (Ver Imágenes...).

tablero crítico del gobierno o incluso contra el cineasta Eliseo Subiela, cuya declaración jurada fue violada en público. Se recordaron algunos hechos notorios de censura, como el que sufrió el periodista Marcelo Longobardi, o los escraches públicos como el que sufrió Marcelo Bonelli. No faltaron las respuestas irritadas de Cristina Kirchner en las conferencias abiertas de Georgetown y Harvard, en Estados Unidos. Ni el abuso de la cadena nacional, ni el increíble silencio de los medios oficialistas y paraoficiales frente al masivo cacerolazo en todo el país de semanas atrás.

"Una serie de resoluciones gubernamentales, maniobras judiciales, declaraciones agraviantes y amedrentadoras de funcionarios públicos, además de medidas de hecho contra medios y amenazas y ataques físicos contra periodistas, configuran un escenario oscuro para el ejercicio del periodismo y del derecho de todo ciudadano a expresarse libremente", dijo ante los más de cien directores y propietarios de diarios iberoamericanos y estadounidenses.

Antecedentes

● La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) es una organización sin fines de lucro dedicada a defender la libertad de expresión y de prensa en todo el continente americano.

● Fue creada en 1926 y está compuesta por 1300 publicaciones que distribuyen 43 millones de ejemplares en papel y un creciente número en Internet. Actualmente, en San Pablo, se desarrolla la asamblea anual de la organización.

● De concretarse la misión prevista para el 7-D, se trataría de la tercera misión oficial de la SIP en visitar la Argentina desde que gobiernan los Kirchner; la segunda durante el mandato de Cristina.

"La inversión estatal en comunicaciones ascenderá en 2012, de acuerdo a cifras de la Oficina Nacional de Presupuesto, a 7.143 millones de pesos, es decir, 1.500 millones de dólares", precisó.

Durante la exposición del caso argentino, Desein destacó que la aplicación selectiva de la Ley de Medios enciende una "señal de alarma sobre lo que puede ocurrir en el futuro próximo". Dijo que "existen varios grupos mediáticos que no se ajustan a lo previsto en

distintos artículos de la norma". Y sin embargo, sostuvo, esos medios no fueron intimidados para cumplir con la legislación. Esto incluso llevó a la ex diputada Silvia Vázquez, una de las mentoras del proyecto oficial de la ley, a temer que ese instrumento legal sea "utilizado como un linchamiento" contra el Grupo Clarín.

Desein hizo especial mención a los ataques sufridos por periodistas, que en el primer semestre de 2012 llegaron a 161, incluido el que sufrieron los equipos periodísticos del estatal Canal 7. Desein alertó respecto a la fecha del 7 de diciembre, que el gobierno argentino llama 7-D, y apeló a la ironía de que caso fue llamado así en referencia al histórico Día D, por el desembarco aliado en Normandía durante la Segunda Guerra Mundial.

Por cierto, en uno de los paneles en paralelo de la mañana de ayer, sobre el actual "empobrecimiento del sistema interamericano de derechos humanos" y de la Relatoría por la libertad de expresión, de la OEA, el titular de la ONG Human Rights Watch, el chileno José Miguel Vivanco, ubicó a la Argentina como uno de los países que bajo pretextos y eufemismos como la "modernización", está resultando más funcional al debilitamiento del sistema.

Así, el caso argentino se ha convertido en una de las emergencias más acuciantes para la prensa en todo el continente. ■

4 Tema del día

Avance del Gobierno sobre los medios

Viene de la página 4
dice. Nosotros no podemos tomar nuestras decisiones en base a lo que cada uno declare, nosotros tenemos que aplicar la Constitución y la ley, esté quien esté adelante", afirmó. Sostuvo que "hemos tenido muchas situaciones donde hay lógicamente presiones. Nosotros no vamos a ceder a ninguna".

En su discurso, pidió a sus pares mantenerse "unidos" y reclamó un modelo de "Nación con inclusión" y "políticas de Estado contra la inseguridad".

Recibió una ovación al terminar su discurso. El auditorio del hotel Diplomatic estaba repleto de magistrados de los fueros Federal y de Provincias. Lorenzetti arrancó su alocución hablando de la expectativa del ciudadano con la Justicia y como hacer frente a las presiones que sufre el Poder Judicial.

"Sabemos que va a ver presiones, pero que nosotros no vamos a cambiar nuestros principios esté quien esté en ese caso", dijo. Y destacó varias veces la necesidad de estar unidos para poder "enfrentar cualquier viento de tormenta que venga". Habló de fortalecer la imagen del Poder Judicial en la sociedad. "Tenemos que empezar a aportar credibilidad, buenos criterios, respeto entre nosotros". También cuestionó algunos métodos, como: "se discute siempre al emisor y esto nos es práctico del debate democrático".

Las declaraciones del magistrado suceden en medio de la fuerte embestida del Gobierno nacional sobre el Consejo de la Magistratura, donde la minoría se opone, desde hace dos semanas, a que se nombre a la funcionaria del ONABE María Lorena Gagliardi en el juzgado del fuero Civil y Comercial federal, donde el Grupo Clarín pidió que se declaren inconstitucionales los artículos 161 y 45 de la ley de medios.

En su avanzada, el Gobierno además impulsó en la Magistratura la apertura de un sumario donde llamó a declarar como imputado al camarista-consejero Ricardo Recondo y al resto de los camaristas de ese fuero, en una medida sin precedentes. Además, ordenó reglamentar el per saltum en un momento polémico.

En un discurso que duró cerca de 40 minutos y sin leer, Lorenzetti insistió con respetar los principios básicos de la República.

"Se puede tener mayorías reguladas en su procedimiento de actuación, que también defiendan a las minorías. Las decisiones de la mayoría también pueden ser inconstitucionales y contrarias a algunos derechos constitucionales", planteó. Como ejemplo recordó el Holocausto, "donde una mayoría en Alemania llevó a una catástrofe".

Junto a Lorenzetti estaban los ministros de la Corte Elena Highton de Nolasco y Juan Carlos Maqueda. El título de la V Conferencia Nacional de Jueces, que sigue hasta hoy, es Responsabilidad y obligaciones de los jueces. Lorenzetti cerró recordando a Borges: "Necesitamos un mundo de hombres que tengan la extraña necesidad de ser razonables". ■

Per saltum: cuestionan que se use como método de presión

► Diputados radicales y del PJ disidente advirtieron que buscaría condicionar a la Corte.



Cumbre cuyana. Lorenzetti, ayer en Mendoza, junto a los asistentes a la V Conferencia Nacional de Jueces. (DPA)

El proyecto presentado por Miguel Pichetto y otros senadores kirchneristas para reglamentar el recurso del per saltum, como parte de la estrategia oficialista para presionar a la Justicia en la disputa por la aplicación de la ley de medios, generó polémica entre referentes del Gobierno y la oposición.

Al pronunciamiento en conjunto de un grupo de diputados de bloques opositores, que reclamaron "que el Gobierno cese sus ataques al orden constitucional", se sumaron los cuestionamientos a la estrategia oficialista de parte de otros referentes políticos.

"El proyecto recoge muchas vías iniciativas en ese sentido. En el

Cuando Cristina se oponía

El proyecto de los senadores K fue elaborado en base a un dictamen de 2004 impulsado por Cristina Kirchner -en ese momento senadora-, aunque nunca llegó al recinto. "Faltó voluntad política para aprobarlo", dijo una fuente. A su vez, durante un debate en mayo de 2006, la UCR planteó que era necesario el per saltum para que la Corte se expediera sobre los pedidos de acreedores privados para evitar que jueces decidieran

rematar viviendas de pobres. Cristina se opuso: "Este es un per saltum para causas buenas. Yo no sé, en materia de derecho, cómo se hace una distinción entre per saltum para causas buenas y per saltum para causas malas". Y agregó: "No se puede legislar un instituto para una situación particular, porque luego va a venir otro a pedir exactamente lo mismo y quedaríamos en el medio de la inconstitucionalidad".

fondo puede no ser objetable, pero lo cierto es que como otras iniciativas lo objetable es el motivo. El oficialismo busca sancionar una ley para tratar de llevar la causa de la Ley de Medios directamente a la Corte", consideró el radical Ricardo Gil Lavedra.

"La intención del oficialismo con el proyecto de reglamentación del per saltum es presionar a la Corte", aseguró la puntana Liliana Negre de Alonso, senadora del PJ disidente.

"Cuando se usó este mecanismo, en los 90, el máximo tribunal sufrió un fuerte desgaste y terminó siendo en la práctica una escribanía del Ejecutivo", recordó José Antonio Romero Ferris. "Estamos ante otro ataque a la independencia de poderes, que hace necesario que urgentemente salgamos en defensa de las instituciones y en rechazo a las presiones que se ejercen desde el oficialismo", agregó.

El senador oficialista Aníbal Fernández consideró "incorrecto" atribuir al oficialismo que el motivo de la presentación del proyecto hubiera sido presionar a la Corte por la ley de medios. Afirmó iniciativa busca "regular el formato del per saltum" para establecer "un marco" general y no vinculado con "un tema determinado".

"Aprobamos el marco. Si sirve para alguna discusión, bienvenido sea", dijo Fernández sobre el mecanismo que permite que la Corte se avoque a un caso de un tribunal inferior antes de que se cumplan los pasos procesales, los fallos y las apelaciones habituales, por lo que afecta el derecho a la defensa al saltar instancias. ■

Mendoza. Campaña K contra jueces



La calle Belgrano de la ciudad de Mendoza, recién remodelada por la llegada del metrotranvía, amaneció con pegatina de carteles con ataques a los jueces Ricardo Recondo y Martín Farrell. El cartel rojo decía: "Conozca a los jueces de Clarín. Estos son los que bloquean a la Constitución", junto a la foto de esos camarista federales.

Lula: "La prensa no es culpable de todo"

El ex presidente del Brasil Lula opinó ayer que los políticos "debemos creer en la sabiduría de los lectores, de los radioyentes y de los televidentes. Ellos sabrán juzgar los valores del comportamiento de un político, y también del comportamiento de la prensa".

"Cuando la prensa está exageradamente en contra, entonces nadie le cree. De la misma forma que nadie le cree cuando está exageradamente a favor. Pienso que el equilibrio, la serenidad, el compromiso con la verdad es lo que da credibilidad, tanto al político como a la prensa", agregó el ex líder del Partido de los Trabajadores, al explicar cómo debe ser la relación entre un gobierno y la prensa.

En declaraciones al diario La Nación también dijo que "ustedes en la Argentina nos siguen bien de cerca. Yo aprendí a no estar reclamando y decir que la prensa es culpable de todo. Cada uno es responsable de sus actos. Yo soy responsable por mis actos, y la prensa es responsable por sus actos, y por eso seremos juzgados".

"Yo ya fui juzgado, yo fui reelecto en 2006, yo elegí a mi presidenta en 2010, así que he cumplido mi misión. Ahora espero que la prensa siga cumpliendo su misión de informar a la sociedad brasileña y al mundo entero", añadió antes de participar del encuentro de IDEA en Mar del Plata (Ver páginas 30 y 32). ■

10 El País

Presión oficial contra la Justicia

El Gobierno pide celeridad, pero frena el nombramiento de 69 jueces

► Hay demoras de años y jueces subrogantes. Pero a Cristina sólo le preocupa el juzgado de la ley de medios.

Lucio Fernández Moores
lfmoores@clarin.com

Mientras el kirchnerismo se desespera por aprobar como sea en el Consejo de la Magistratura el concurso para elegir a la candidata oficialista para el juzgado que deberá definir la constitucionalidad o no de la ley de medios, en los juzgados de la Presidencia de la Nación descansan hace meses y años, en algunos casos -las ternas de postulantes seleccionados por ese mismo organismo para ocupar más de medio centenar de cargos vacantes en diversos juzgados o cámaras de apelaciones o tribunales orales de todo el país.

En total, hay 69 puestos de jueces hoy vacantes, que deberían estar cubiertos desde hace meses si la Presidenta hubiera enviado sus pliegos al Senado en vez de reternerlos en la Casa Rosada para un prolongado análisis.

El caso más dramático es el del fuero laboral nacional con asiento en la Capital Federal. Más de un tercio de los juzgados de primera instancia está vacante. Son 33 de los 80 juzgados en los que se resuelven los litigios entre los trabajadores y sus empleadores. Y por la desidia del Poder Ejecutivo -que no envía al Senado las ternas de los candidatos aprobados por el Consejo de la Magistratura- el fuero debe funcionar con jueces subrogantes, lo que lentifica la administración de Justicia.

La situación es tan grave que hasta mereció el inicio de una acción de amparo ante la Justicia por parte de la Asociación de Abogados Laboralistas (AAL) (ver El fuero...), cuyos miembros sufren a diario la falta de jueces naturales. La decisión demorada está en manos de la presidenta Cristina Fernández, que debe elegir a sus candidatos en las ternas y enviar al Senado sus pliegos para su aprobación -o rechazo- y posterior designación en el cargo.

Hay 17 ternas de candidatos para ese fuero que la Presidenta tiene a su largo estudio -o en los cajones del secretario Legal y Técnico de la Presidencia, Carlos Zannini- hace ya más de dos años, según la demanda planteada por los abogados laboristas, los más perjudicados por las demoras del Ejecutivo junto con los trabajadores a los que representan. Desde los tribunales en lo Contencioso Administrativo federal ya se le pidieron explicaciones al Ejecutivo por este tema.

De acuerdo con un relevamiento realizado recientemente por la Asociación por los Derechos Civiles (ADC), de los 908 cargos de jueces nacionales o federales existentes, 165 de ellos son cubiertos hoy por subrogantes, sean magistrados jubilados, en actividad o conjueces. Es decir, el 18% de los jueces que hoy resuelven causas no son como manda la Constitución, es decir aprobados en un concurso

Vacantes

234

son las vacantes existentes, al viernes pasado, en diversos tribunales nacionales o federales repartidos por todo el país. Sobre un total de 908 cargos de jueces, es el 18%.

69

de las vacantes corresponden a ternas en las que la Presidenta debe elegir a uno de los postulantes para proponerlo al Senado. Algunos casos esperan hace 27 meses.

165

de esas vacantes están en la instancia del Consejo de la Magistratura. Hay 83 concursos en trámite y otros 82 que esperan su inicio.

y con acuerdo del Senado. Uno de cada cinco, según la cuenta de la ADC, es subrogante.

"El elevado número de jueces provisorios que existe en la actualidad y el mantenimiento de esta situación a través del tiempo han tomado en regla un sistema que debería responder ante casos excepcionales", dijo el director ejecutivo de la ADC, Alvaro Herrero, sobre la abundancia de juzgados o cargos de magistrados vacantes.

"El problema de fondo no es Clarín o el Gobierno, sino las vacantes y la demora en cubrir esas vacantes", explicó una fuente del cuarto piso del Palacio de Justicia, donde se encuentran los despachos de los jueces y secretarios de la Corte Suprema de Justicia de la Nación, donde se dirimirá, en última instancia, el pleito por la ley de Medios.

El Consejo de la Magistratura tiene en trámite concursos para

cubrir otras 83 vacantes en el Poder Judicial y tiene demorado el inicio de otros 82 concursos en los que todavía no se ha conformado siquiera el jurado que tomará cada uno de esos exámenes. En total, según las cuentas que pudo conocer Clarín en el propio Consejo de la Magistratura esta misma semana, actualmente hay 234 vacantes en las Justicias nacional y federal.

El último envío de pliegos por parte del Ejecutivo al Senado ocurrió hace unos cinco meses, cuando se remitieron los nombres de 35 hombres y mujeres para ocupar vacantes tanto de jueces como de defensores oficiales y fiscales.

Los más notorios -ya aprobados por el Senado y en funciones desde la semana pasada- son los de los cuatro nuevos jueces federales penales porteños de Comodoro Py, donde se investigan a los funcionarios públicos. Estos juzgados estuvieron vacantes casi 5 años.

El fuero laboral es el más afectado

El Poder Ejecutivo deberá responderle esta semana a la Justicia por qué demora tanto tiempo en enviarle al Senado los pliegos de 17 candidatos a jueces del fuero laboral, quienes ya pasaron por la instancia de concursos en el Consejo de la Magistratura. Estos pliegos llevan 27 meses dormidos en los despachos de la Casa Rosada. El pedido de informes fue formulado por la jueza en lo Contencioso Administrativo Claudia Rodríguez Vidal, que decidió dar curso a una acción de amparo planteada por la Asociación de Abogados Laboralistas (AAL). El fuero laboral tiene 80 juzgados de primera instancia y 33 de ellos están vacantes. Allí de dirimen los juicios de los trabajadores.



Últimos. Rodríguez, Martínez de Giorgi, Casanello y Ramos, jueces federales desde hace 10 días. / GERARDO DELLODDO

14 El País

Avance oficial sobre la Justicia

Per saltum: buscan convertirlo en ley para presionar a la Corte

► El kirchnerismo lo aprobaría hoy en Diputados, para tratar de aplicarlo contra los medios.

En el marco de su embestida contra los medios, el kirchnerismo buscará hoy en Diputados convertir en ley el polémico proyecto para reglamentar el per saltum, un recurso para saltar instancias judiciales y llevar un caso directamente a la Corte Suprema. El oficialismo avanzó con el proyecto, que tiene media sanción del Senado, como parte de la estrategia para presionar a la Justicia para la aplicación de dos artículos de la ley de medios objetados por el Grupo Clarín, que pidió que se los declare "inconstitucional".

El texto establece que el per saltum podrá ser aplicado en "causas de competencia federal en las que se acredite que entrañen cuestiones de notoria gravedad institucional". La oposición adelantó su rechazo, por calificarlo de inconstitucional y por limitar el derecho a la defensa. También el kirchnerista Jorge Yoma se separó de la estrategia oficial y presentó su propio dictamen con diputados del peronismo disidente.

El kirchnerismo tendrá que juntar por su cuenta el quórum de 129 diputados. "Tenemos el número", adelantaron ayer fuentes de ese bloque, después del puntaje habitual. El oficialismo tiene mayoría, aunque más de una vez debió transpirar para conseguir el número para abrir la sesión. En las últimas sesiones, por la reforma de las ART y el voto desde los 16 años, un puñado de macristas y otros opositores sueltos colaboraron para abrir el tratamiento.

Desde que comenzó a avanzar el



Última instancia. La Corte deberá definir si acepta los casos que salteen pasos jurídicos previos. / JUAN JOSÉ TRAVERSO

Para Fargosi, es "una medida inconstitucional"

"El per saltum debilitará el control judicial sobre los actos de los otros poderes del Estado", aseguró ayer Alejandro Fargosi, representante de los abogados en el Consejo de la Magistratura. Sobre el proyecto de regulación de ese instituto, a punto de ser aprobado en el Congreso, dijo que se trata de "una medida inconstitucional".

Para Fargosi, "el per saltum creará aun más inseguridad jurídica, por-

que al permitir eliminar la doble instancia que exigen los convenios internacionales en vigor, se debilitará el control judicial sobre los actos de los otros poderes del Estado".

El jurista, uno de los que resiste en el Consejo la designación irregular de un juez del fuero civil y comercial federal digitado por el Gobierno para que se haga cargo de definir la constitucionalidad de dos artículos de la ley de medios,

indicó que "la función primordial de la Justicia es proteger a los ciudadanos de los gobiernos y no a los gobiernos de los ciudadanos". Y opinó que "es por eso que los jueces deben ser independientes y firmes frente a las presiones de todos los grupos de poder, sobre todo del más importante y fuerte que es el Poder Ejecutivo". Agregó que "si el objetivo es acelerar los trámites judiciales, debe reformarse el sistema pro-

yecto, legisladores kirchneristas reconocieron que la iniciativa forma parte de la ofensiva por la aplicación de los dos artículos de la ley de medios suspendidos por la Justicia y que están en tratamiento en el fuero federal en lo civil y comercial.

Cuando se debatió en el Senado, Miguel Pichetto, jefe del bloque K, aseguró que se buscará usarla para que "les ponga fin a cuestiones de monopolio". Durante su mandato como senadora, en 2006, Cristina Kirchner rechazó reglamentar el per saltum ante una iniciativa del radicalismo para proteger a los deudores hipotecarios no pesificados. "No se puede legislar un instituto para una situación particular, porque luego va a venir otro a pedir exactamente lo mismo y quedaríamos en el medio de la inconstitucionalidad si a unos se les acuerda el per saltum y a otros no", argumentó en ese momento. También dijo: "Vamos a aceptar la figura del per saltum, que fue denostada y demonizada durante

► "No se puede legislar un instituto para una situación particular", decía Cristina en 2006

la administración anterior?". A principios de los 90, Carlos Menem usó el per saltum en las privatizaciones de Aerolíneas y de los aeropuertos.

En su dictamen de rechazo, el PRO consideró el proyecto "innecesario, inconveniente y peligroso". La UCR lo enmarcó en las "políticas tendientes a la monopolización de la verdad oficial, a acallar voces disidentes y a presionar a un poder del Estado". Para Elisa Carrió, "atenta contra el orden republicano y democrático". El de Yoma (firmado por los peronistas disidentes Gustavo Ferrari, Natalia Gabbro y Carlos Carranza) sólo permite que lo pidan particulares. ■

Anexo 9

CLARIN JUEVES 15 DE NOVIEMBRE DE 2012 El País 19



**Comunicado del Grupo Clarín:
"Hay un trato discriminatorio"**

El Grupo Clarín publica hoy una solicitada en la página 15, donde además de la propia situación, afirma que "preocupa el trato discriminatorio del titular de AFSCA a los distintos grupos mediáticos, lo que no hace más que confirmar la aplicación selectiva de la ley que el Gobierno está haciendo desde hace tres años, con el objetivo de premiar a los medios aliados y castigar a los independientes". Y agregó: "Así, llaman la atención, entre otras cosas, que se haya pasado por alto la incompatibilidad de quien resulta ser el principal licenciatario de servicios de televisión abierta, por ser su titular el principal operador del servicio público de telefonía, y de capital extranjero; que no se haya mencionado la situación de otro canal de televisión, propiedad de accionistas extranjeros, prohibidos por la ley; la imprecisión respecto de la cantidad de licencias del segundo cableoperador del país, del que se mencionaron 49 licencias, pese a que su titular manifestó públicamente poseer más de 90; que se haya avalado una reciente transferencia de medios audiovisuales que viola expresamente la ley de medios, en favor de un empresario aliado al Gobierno; que no se haya mencionado la situación de un grupo de radios de un ex banquero menemista, que excede claramente el número de licencias", entre otras.

Conferencia. Martín Sabbatella detalló ayer los grupos que deberían desprenderse de licencias. /JUAN JOSÉ TRAVERSO

... de medios

La AFSCA habría cambiado la reglamentación del 7D

Alejandro Alfie
aalfie@clarin.com

AFSCA habría modificado los procedimientos establecidos para aquellos grupos que no presenten su adecuación voluntaria a la ley de medios antes del 7 de diciembre, para avanzar "de hecho" sobre las licencias del Grupo Clarín.

Hasta ahora rige la Resolución 297 de 2010 que establece una se-

rie de mecanismos para la implementación del artículo 161 de la ley de medios. AFSCA tenía que notificar al titular de la licencia que no se adecua a las limitaciones, "intimándolo para que en el plazo de 30 días presente la propuesta de adecuación a la normativa". Eso se habría eliminado en las nuevas resoluciones del AFSCA.

También se habría modificado la Resolución 901 de 2012, que fijaba la fecha límite del 7 de diciembre y establecía los plazos para la transferencia de oficio. Se habrían fijado otros plazos para las transferencias voluntarias y de oficio.

Las modificaciones se habrían hecho en una reunión de directorio secreta, que se realizó el jueves

22 de noviembre y que recién ayer trascendió, cuando se publicó en el sitio institucional de AFSCA un Acta de Directorio firmada una semana después, el jueves 29, por su titular, Martín Sabbatella, y los directores Claudio Schifer, Ignacio Saavedra y Eduardo Seminara.

Esa Acta de Directorio N°31 menciona la aprobación "por unanimidad" de dos "resoluciones de alcance general", que son el "Reglamento de Gestión y Tramitación de Propuesta de Adecuación" y el "Reglamento de Transferencia de Oficio".

Pero ayer fue imposible acceder a ambos reglamentos, ya que en el acta solo figuran con su título y número de expediente, pero su contenido no está en ningún lugar.

De hecho, el director de AFSCA que asumió por la oposición, Marcelo Stubrin, tampoco logró acceder al contenido de ambas resoluciones, pese a que ayer hizo un reclamo formal por esta irregularidad. Hasta anoche no había ob-

tenido ninguna respuesta de parte de Sabbatella.

Stubrin no participó de esa reunión de directorio de la semana pasada donde se habrían aprobado las modificaciones al procedimiento de adecuación a la ley de medios, porque se hizo el mismo día en que la presidenta Cristina Fernández de Kirchner firmó su designación, que se notificó al día siguiente. ¿Casualidad?

El otro director propuesto por la oposición, Alejandro Pereyra, fue impugnado y su pliego volvió a la Comisión Bicameral de la Comunicación Audiovisual. Es irregular dictar "esos dos reglamentos de alcance general", ya que "no se pueden generar derechos en contra de los administrados en el medio de los procesos que ya lleva adelante el Gobierno, que de esta forma alega su propia torpeza", dijo Pereyra.

AFSCA habría modificado las normas que regulan cómo será el 7D, ajustándolas a las necesidades políticas del Gobierno. ■



Martín Sabbatella.

ARANDANOS
CALIDAD DE EXPORTACION **COSECHE USTED MISMO**
2 Kg. = \$50 CONSULTE
(011) 4312-7286 de 10 a 16hs.
15-4407-7343 ó 15-6189-1210

26 El País

La ofensiva contra la Justicia

Ley de medios: nuevas maniobras del Gobierno para demorar la causa

► Pese a la orden de la Corte de que se resuelva urgente, volvió a hacer planteos dilatorios en las dos instancias.



Máximo Tribunal. Los miembros de la Corte Suprema de Justicia. en un encuentro reciente.

En otro intento por obstruir la Justicia e impedir -contra lo que ordenó la Corte Suprema- un fallo inmediato sobre la ley de medios, el Gobierno sigue haciendo presentaciones en primera instancia y ante la Cámara Civil y Comercial Federal, que buscan demorar el proceso.

Mientras que ante el juzgado de primera instancia insiste en que se incorpore a AFSCA, como parte en el expediente, pese a que el Estado actúa desde hace tres años a través de la Jefatura de Gabinete, en la Cámara pretende una serie

de pruebas destinadas a demorar la resolución de la Sala I sobre la recusación de varios jueces pedida por el propio Gobierno.

La intrincada trama judicial que intenta dilucidar si dos artículos de la ley de medios son o no constitucionales, requiere de una explicación minuciosa para asomarse al menos a su comprensión.

Pero lo que queda claro es que, con estas demoras, el Gobierno ha lanzado ahora un claro desafío a la Corte que hace apenas cinco días ordenó un fallo inmediato sobre la inconstitucionalidad o no de los dos artículos de la ley. Y también

conformar la Cámara que debe decidir sobre la prórroga de la cautelar para evitar una denegación de justicia.

La estrategia del Gobierno estos tres años y en especial en los últimos tres meses, ha sido evitar a cualquier precio, incluso el de diezmar con acusaciones y amenazas a un fuero judicial completo, una sentencia judicial previa al 7D.

¿Cuál es el laberinto en el que se halla la ley de medios? La Justicia debe decidir sobre la constitucionalidad de esos dos artículos, el 161 y el 45, suspendidos por una medida cautelar ratificada en las

Las instrucciones de la Corte

El 20 de noviembre el Grupo Clarín recurrió a la Corte para plantear una eventual denegación de Justicia: las maniobras del Gobierno habían diezmando al fuero Civil y Comercial Federal que debe fallar sobre la ley de medios. El 27, la Corte ordenó dictar en forma urgente una sentencia sobre el fondo de la causa y conformar sin dilaciones la Cámara de Apelaciones que debe decidir sobre la cautelar. Ese mismo día, la Cámara Civil y Comercial Federal denunció ante la Comisión Permanente de Protección de la Independencia Judicial de la Corte, que sentía afectada su independencia.

sólo magistrado.

Ante la virtual denegación de Justicia, el Grupo Clarín recurrió a la Corte el pasado 20 de noviembre y una semana después, el Tribunal en pleno ordenó un fallo inmediato sobre la constitucionalidad de los dos artículos de la Sala I de la Cámara, para que sus tres jueces decidan sobre las recusaciones que cayeron sobre diez de sus pares.

La Corte, de allí el desafío lanzado por el Gobierno, dejó expresamente establecido que "cualquier incidente que planteen las partes o terceros deberá ser interpretado restrictivamente en función de la rápida finalización del proceso" y que el juez de la causa "deberá exigir a las partes y terceros el cumplimiento estricto del deber de buena fe procesal, adoptando medidas necesarias para prevenir conductas obstruccionistas".

Estos intentos no son nuevos. Desde el inicio de la causa, en diciembre de 2009, el Gobierno buscó por todos los medios dilatar su trámite para no llegar a una sentencia de fondo. En 2010, el expediente estuvo casi diez meses paralizado por presentaciones inoficiosas del Estado, como el intento de cambiar de fuero a la causa y pasarla al Contencioso Administrativo.

Otra pretensión dilatoria fue la de incluir como parte a una extraña ONG vinculada al grupo de medios Vila-Manzano que pidió la recusación de un juez. El pedido fue rechazado de plano por la Cámara Civil y Comercial Federal. ■

tres instancias.

En septiembre pasado, el entonces juez de primera instancia Civil y Comercial Federal, Raúl Tettamanti, rechazó una prórroga de esa cautelar porque, dijo, estaba a punto de dictar sentencia. Fue su minuto fatal. Una lluvia de acusaciones y recusaciones cayó sobre los jueces de ese fuero, desatadas por el Gobierno y por sus ministros, funcionarios y operadores en el Poder Judicial. Durante dos meses la Sala I, que debía decidir sobre la apelación al rechazo de la cautelar y sobre las recusaciones a los jueces, estuvo integrada por un